

Ministério do Turismo

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



Sumário

1. Governança do Ministério do Turismo	12
1.1. Mensagem do Ministro	12
1.2. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	14
1.2.1. Missão e Visão.....	14
1.2.2. Estrutura Organizacional	15
1.2.3. Estrutura de Governança	19
1.2.4. Modelo de Negócio.....	20
1.2.5. Ambiente Externo	20
1.2.6. Materialidade	21
1.3. Estratégia e Governança	22
1.3.1. Planejamento Estratégico 2020	22
1.3.2. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	26
2. Resultados da Gestão	31
2.1. Carta da Secretaria Executiva	31
2.2. Desenvolvimento e Competitividade do Turismo.....	33
2.2.1. Inovação e Gestão do Conhecimento	33
2.2.2. Promoção de Produtos Turísticos	35
2.2.3. Promoção e Incentivo a Viagens	39
2.2.4. Promoção e Eventos Turísticos	40
2.2.5. Qualificação do Turismo	41
2.2.6. Regulação do Turismo	42
2.2.7. Promoção do Turismo Responsável.....	43
2.3. Estruturação do Turismo	44
2.3.1. Infraestrutura Turística	45
2.3.2. Ordenamento do Turismo	46
2.3.3. Aperfeiçoamento da legislação e melhoria do ambiente de negócios.....	49
2.4. Integração Interinstitucional do Turismo	50
2.4.1. Parcerias e Concessões	50
2.4.2. Meio Ambiente, Cultura e Economia Criativa	51
2.4.3. Segurança Turística.....	52

2.4.4. Mobilidade Urbana	52
3. Conformidade e Eficiência da Gestão	53
3.1. Carta do SPOA.....	53
3.2. Gestão Orçamentária e Financeira	55
3.2.1. Perfil do Gasto do Ministério do Turismo	55
3.2.2. Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga)	56
3.2.3. Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa	56
3.2.4. Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações	58
3.2.5. Análise conjuntural do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado	59
3.2.6. Principais desafios e ações futuras	60
3.3. Gestão de Custos	60
3.4. Gestão de Licitações e Contratos	61
3.4.1. Conformidade legal	61
3.4.2. Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo	61
3.4.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações.....	63
3.4.4. Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização	64
3.4.5. Principais desafios e ações futuras	64
3.5. Gestão de Infraestrutura e Patrimonial	65
3.5.1. Conformidade legal	65
3.5.2. Gestão de Infraestrutura.....	65
3.5.3. Gestão Patrimonial.....	65
3.5.4. Principais desafios e ações futuras	66
3.6. Sustentabilidade Ambiental	67
3.6.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.....	67
3.6.2. Redução de resíduos poluentes e do consumo de recursos naturais.....	67
3.7. Gestão de Pessoas.....	68
3.7.1. Conformidade legal	68
3.7.2. Avaliação da força de trabalho	68

3.7.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas	70
3.7.4. Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/a diminuição.	70
3.7.5. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia	71
3.7.6. Capacitação: estratégia e números.....	73
3.8. Gestão de Tecnologia da Informação	74
3.8.1. Conformidade legal	74
3.8.2. Modelo de governança de TI.....	74
3.8.3. Montante de recursos aplicados em TI.....	74
3.8.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI	75
3.8.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor	75
3.8.6. Segurança da informação	78
3.8.7. Principais desafios e ações futuras	78
3.9. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	79
3.10. Prestação de Contas de Convênios	80
3.11. Relacionamento com a Sociedade.....	82
3.11.1. Manifestações de Ouvidoria e Pedidos de Acesso à Informação.....	82
3.11.2. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	84
3.11.3. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade	85
3.11.4. Carta de Serviços ao Cidadão.....	86
3.11.5. Plano de Dados Abertos	86
4. Demonstrações Contábeis	87
4.1. Ministério do Turismo	87
4.1.1. Declaração da Contadora	87
4.1.2. Demonstrações Contábeis	90
4.1.3. Notas Explicativas	98
4.2. Fundo Geral do Turismo (Fungetur)	107
4.2.1. Declaração do Contador	107
4.2.2. Demonstrações Contábeis	108
4.2.3. Notas Explicativas	113

Índice de ilustrações

Figura 1 – Referenciais Estratégicos.....	14
Figura 2 – Organograma	15
Figura 3 – Modelo de Governança do Ministério do Turismo.....	19
Figura 4 – Modelo de Negócio	20
Figura 5 – Materialidade	21
Figura 6 – Cadeia de valor	23
Figura 7 – Mapa Estratégico.....	24
Figura 8 – Marca Gestão Estratégica	25
Figura 9 – Informativos.....	25
Figura 10 – Modelagem de Gestão de Risco e Controle Internos - Linhas de Defesa.....	26
Figura 11 – Painel de Integridade CGU. Ministério do Turismo - Exercício de 2019.....	27
Figura 12 – Câmara Técnica de Integridade.....	28
Gráfico 1 – Demandas dos órgãos de controle de 2019.....	29
Gráfico 2 – Evolução do número de usuários no portal Dados e Fatos - 2019 vs 2018.....	34
Gráfico 3 – Eventos cadastrados no sistema SIDTUR - 2016-2019.....	36
Figura 13 – Marca Rede de Inteligência de Mercado no Turismo.....	36
Figura 14 – Marca Investe Turismo	37
Figura 15 – Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo	38
Figura 16 – Campanha Festejos Juninos	39
Figura 17 – Campanha A Hora do Turismo.....	40
Figura 18 – Espaço "Destinos do Brasil"	40
Tabela 1 – Instrumentos celebrados para promoção e qualificação de profissionais e produtos	42
Figura 19 – Promoção do turismo sustentável	43
Tabela 2 – Execução das ações do Programa PAC Turismo	45
Tabela 3 – Celebração de Termos de Execução Descentralizada.....	46
Figura 20 – Cartilha de categorização dos municípios	47
Tabela 4 – Categorização dos municípios.....	48
Figura 21 – Selo +Turismo.....	49
Tabela 5 – Execução Orçamentária - Histórico dos últimos anos	56
Tabela 6 – Execução por Grupo e Elemento de Despesa - MTur e Fungetur	57

Tabela 7 – Execução do programa 2128 - Programa de Gestão de Manutenção do MTur	58
Tabela 8 – Execução do programa 2076 - Turismo - GND 3	59
Tabela 9 – Cancelamento de RAP - Histórico dos últimos anos	60
Tabela 10 – Quantidade e materialidade dos processos de contratação	62
Tabela 11 – Gastos por Finalidade	62
Tabela 12 – Especificação dos tipos de serviços para o funcionamento administrativo	62
Quadro 1 – Contratações mais relevantes, quanto ao vulto financeiro da contratação.....	63
Gráfico 4 – Força de Trabalho MTur - 2003-2019	68
Gráfico 5 – Distribuição dos servidores MTur	69
Tabela 13 – Situação funcional, área de trabalho e unidade de exercício (Quantidade de servidores).....	70
Tabela 14 – Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), por ano - 2016-2019.....	70
Tabela 15 – Remuneração por cargo	71
Gráfico 6 – Distribuição dos cargos em comissão e funções CNE/DAS/FCPE.....	72
Tabela 16 – Montante de recursos aplicados em TI.....	74
Tabela 17 – Contratações mais relevantes de recursos de TI.....	75
Quadro 2 – Planejamentos da Contratação de TI	77
Figura 22 – Forças e oportunidades.....	78
Figura 23 – Desafios futuros	79
Gráfico 7 – Situação dos Processos Disciplinares	80
Tabela 18 – Prestação de Contas de Convênios.....	81
Figura 24 – Atendimentos da Ouvidoria.....	82
Tabela 19 – Comparativo dos pedidos e de recursos SIC recebidos 2018/2019.....	83
Gráfico 8 – Manifestações e-OUV, por tipo	83
Figura 25 – Sistema SIMPLIFIQUE.....	83
Gráfico 9 – Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	84
Gráfico 10 – Serviço de Informação ao Cidadão - SIC	85
Tabela 20 – Unidades que compõem a UPC	90
Tabela 21 – Balanço Patrimonial Resumido.....	91
Tabela 22 – Ativos e passivos	91
Tabela 23 – Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	92
Tabela 24 – Receitas Orçamentárias.....	93

Tabela 25 – Despesas Orçamentárias.....	94
Tabela 26 – Demonstrativo de execução de restos a pagar não processados	94
Tabela 27 – Demonstrativo de execução de restos a pagar processados e não processados liquidados	94
Tabela 28 – Balanço Financeiro	95
Tabela 29 – Demonstrativo de Fluxos de Caixa	96
Tabela 30 – Estoques	99
Tabela 31 – Diversos Responsáveis	102
Tabela 32 – Demonstrativo dos restos a pagar	103
Tabela 33 – Restos a pagar não processados por UG	103
Tabela 34 – Restos a pagar não processados cancelados, por exercício.....	104
Tabela 35 – Restos a pagar não processados cancelados, por unidade gestora	105
Tabela 36 – Balanço patrimonial - Fungetur.....	108
Tabela 37 – Demonstração das Variações Patrimoniais - Fungetur.....	109
Tabela 38 – Demonstração dos fluxos de caixa	110
Tabela 39 – Balanço Orçamentário.....	111
Tabela 40 – Balanço Financeiro	112

Lista de Siglas e Abreviações

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACTs	Atividades Características do Turismo
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
AEIT	Áreas Especiais de Interesse Turístico
AGU	Advocacia-Geral da União
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
APF	Administração Pública Federal
BF	Balanco Financeiro
BI	Business Intelligence
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIMT	Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
Cadastur	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CE	Comissão de Ética
CEF	Caixa Econômica Federal
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CGRC	Comitê de Governança, Riscos e Controles
CGTI	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COINC	Coordenação de Informação de Custos
CONJUR	Consultoria Jurídica
COREG	Corregedoria
CSIC	Segurança da Informação e Comunicações
CST	Conta Satélite do Turismo
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa

DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
e-Ouv	Sistema de Ouvidoria
e-SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESAF	Escola de Administração Fazendária
ESCA-VT	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo
FCT	Função Comissionada Técnica
FG	Função Gratificada
FIC	Formação Inicial e Continuada
FUB	Fundação Universidade de Brasília
Fungetur	Fundo Geral do Turismo
GARA	Grupo de Ação Regional das Américas
GDACE	Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos
GDGPPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GM	Gabinete do Ministro
GND	Grupo de Natureza da Despesa
GSISTES	Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal
GTEF	Fórum Global de Economia do Turismo
GTGRC	Grupo de Trabalho de Governança, Riscos e Controles
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
IGRs	Instâncias de Governança Regional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei orçamentária anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	Ministério da Cidadania
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
ME	Ministério da Economia

MI	Ministério da Infraestrutura
MIPIM	Marché International des Professionnels de l'immobilier
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Medida Provisória
MPU	Ministério Público da União
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo
NI	Nível Intermediário
NS	Nível Superior
OMT	Organização Mundial do Turismo
OUV	Ouvidoria
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEA	Plataforma de Engajamento e Aprendizagem
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PF	Polícia Federal
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PIB	Produto Interno Bruto
PIELE	Programa de Incentivo Educacional em Língua Estrangeira
PIEP	Programa de Incentivo à Pós-Graduação
PNADc	Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar contínua
PNETUR	Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo
PNEVSCA	Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
PNQT	Política Nacional de Qualificação no Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PSH	Pesquisa de Serviços de Hospedagem
RMA	Relatório de Movimentação de Bens de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RP	Restos a Pagar
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo
SCDE	Sistema de Controle de Demandas Externas
SE	Secretaria-Executiva

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria Especial de Cultura
SEME	Secretaria Especial de Modernização do Estado da Presidência da República
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senacon	Secretaria Nacional do Consumidor
SETRANS	Secretaria Estadual de Transportes
SETUR/AP	Secretaria de Estado de Turismo do Amapá
SGD	Secretaria de Governo Digital
SGE	Subsecretaria de Gestão Estratégica
SGR	Subcomitê de Governança e Gestão de Riscos
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Sistema de Custos Federal
SIDTUR	Sistema de Informações sobre Destinos Turísticos
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SNDTUR	Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo
SNETUR	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo
SNINT	Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e administração
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
TCE	Tomada de Contas Especial
TCE	Tomadas de Contas Especiais
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizado
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
UF	Unidades da Federação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
WTM	World Travel Market Latin America
WTTC	World Travel & Tourism Council

1

GOVERNANÇA DO
MINISTÉRIO DO TURISMO

1.1. Mensagem do Ministro

É chegada a hora de fazer o balanço do meu primeiro ano à frente do Ministério do Turismo, imbuído desta nobre missão, com o inestimável apoio daqueles que ao meu lado aceitaram esse desafio, e alinhados ao processo de modernização da gestão, apresentamos o Relatório de Gestão 2019, em formato integrado.

Dada a peculiaridade do período de transição vivenciado no ano passado para atender a proposta de um relatório integrado buscamos minuciosamente compatibilizar as metas alcançadas ao estabelecido pelo Plano Plurianual findo em dezembro, bem como aos objetivos vigentes do Plano Nacional de Turismo 2018 – 2022, incorporando ainda os resultados gerados pelas iniciativas implementadas em consonância com o direcionamento estratégico da nova gestão do Governo Federal, como a seguir destacado.

Se nos governos anteriores, a atividade turística sempre foi tratada à margem da agenda econômica, o atual governo do presidente Jair Bolsonaro veio consertar esse erro histórico. Pela primeira vez, o Turismo foi colocado na pauta econômica do governo federal com atenção a resolução dos principais gargalos que impediam o desenvolvimento pleno da atividade responsável por 8,1% do PIB brasileiro e por sete milhões de empregos (diretos e indiretos) em 52 setores impactados pelo Turismo. Também pela primeira vez, um presidente se reuniu com as principais lideranças do setor turístico para discutir as pautas prioritárias do segmento.



Diante do comprometimento do governo com a atividade, as respostas vieram rápido e pôde-se confirmar a vocação do Turismo para geração de emprego e renda no país, bem como para seu desenvolvimento econômico e social. Logo nos primeiros meses de 2019, o presidente Jair Bolsonaro determinou a isenção de vistos para turistas americanos, australianos, canadenses e

japoneses, uma reivindicação histórica do turismo, que contribuiu para um aumento de 32,4% e 21,6% no número de turistas canadenses e norte-americanos, respectivamente, que visitaram o Brasil.

Conseguimos, no Congresso Nacional, a aprovação de até 100% de capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, o que permitirá a entrada de mais concorrentes no país. Vimos o mercado de Low Costs se consolidar com a entrada de quatro empresas: Sky Airlines, Norwegian Air, Flybondi e Jetsmart. A ampliação da oferta possibilitará a prática de menores valores no mercado e consequentemente ajudará na atração de mais turistas.

Outra importante conquista diz respeito à publicação do Decreto nº 9.743, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Gestão do Patrimônio Mundial Natural e Cultural do Brasil, que fez parte das ações de governo para o marco dos 100 dias.

Ainda no final do ano de 2019 tivemos a publicação da Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro, convertida no dia 22 de maio, na Lei 14.002, de 2020, que transformou a Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo e assegurou a manutenção de importante benefício na alíquota cobrada do Imposto de Renda sobre arrendamento mercantil para aeronaves. Certamente a transformação em agência dará mais agilidade ao trabalho de promoção e permitirá que o Brasil se torne mais competitivo frente a outros destinos mundiais já consolidados.

É importante destacar ainda no rol de principais ações o lançamento do programa Investe Turismo que destinará a quantia de R\$ 200 milhões para a estruturação de 30 rotas turísticas em 158 municípios de todo o Brasil. Assim, conseguiremos trabalhar o desenvolvimento turístico de maneira estratégica. Paralelamente houve a criação do Plano de Desenvolvimento Turístico que visitou destinos como Serra da Capivara/PI, Angra dos Reis/RJ, Rota das Emoções/MA, PI e CE e parques nacionais do Rio Grande do Sul/RS.

Colhemos bons resultados ainda em relação a atração de investidores de diversos países, na qualificação de cerca de 30 mil profissionais do setor e ao alcançar quase 100 mil estabelecimentos e profissionais regularizados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

A chegada da Secretaria Especial de Cultura, anunciada com a publicação dos Decretos nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, transferindo a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, e nº 10.108, de 7 de novembro de 2019, vinculando ao Ministério do Turismo a Agência Nacional do Cinema – ANCINE; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan; Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; a Fundação Biblioteca Nacional – FBN; a Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB; a Fundação Cultural Palmares – FCP; e a Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, para nós significou o reconhecimento superior do excelente desempenho da equipe do Ministério do Turismo.

Após meses de intensos estudos e debates em busca do formato ideal para a junção das pastas em 20 de maio de 2020, passou a vigorar a nova estrutura regimental do Ministério, com a certeza que a sinergia entre as pautas trará benefícios e bons resultados para a população brasileira.

E em 2020, logramos o posto de primeiro Ministério a aprovar um planejamento estratégico, o qual contou com a participação da alta liderança e gestores do Ministério do Turismo e que foi construído de maneira democrática para definição dos objetivos estratégicos para o período de 2020-2023.

O Ministério do Turismo seguirá trabalhando para o fortalecimento do turismo e garantindo as condições necessárias para que o setor desempenhe todo o seu potencial de geração de emprego e renda.

1.2. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.2.1. Missão e Visão

O Ministério do Turismo (MTur) reconhece seu importante papel no encadeamento do desenvolvimento do turismo como uma atividade econômica sustentável, relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. No contexto do primeiro ano do novo governo, o órgão conduziu suas ações para a construção de uma nova estratégia a nortear e inovar suas políticas, bem como estabelecer iniciativas para ampliar a produtividade e a competitividade do setor.

Em 2019, tendo iniciado o ano sem planejamento estratégico vigente, o MTur decidiu por construir esse instrumento amparado no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, por este refletir a política de governo que se pretende desenvolver no País.

Mesmo não se referindo ao exercício, a missão e visão construídas na nova gestão refletem a identidade do Ministério redesenhadas no ano passado, conforme demonstrado adiante.

Figura 1 – Referenciais Estratégicos



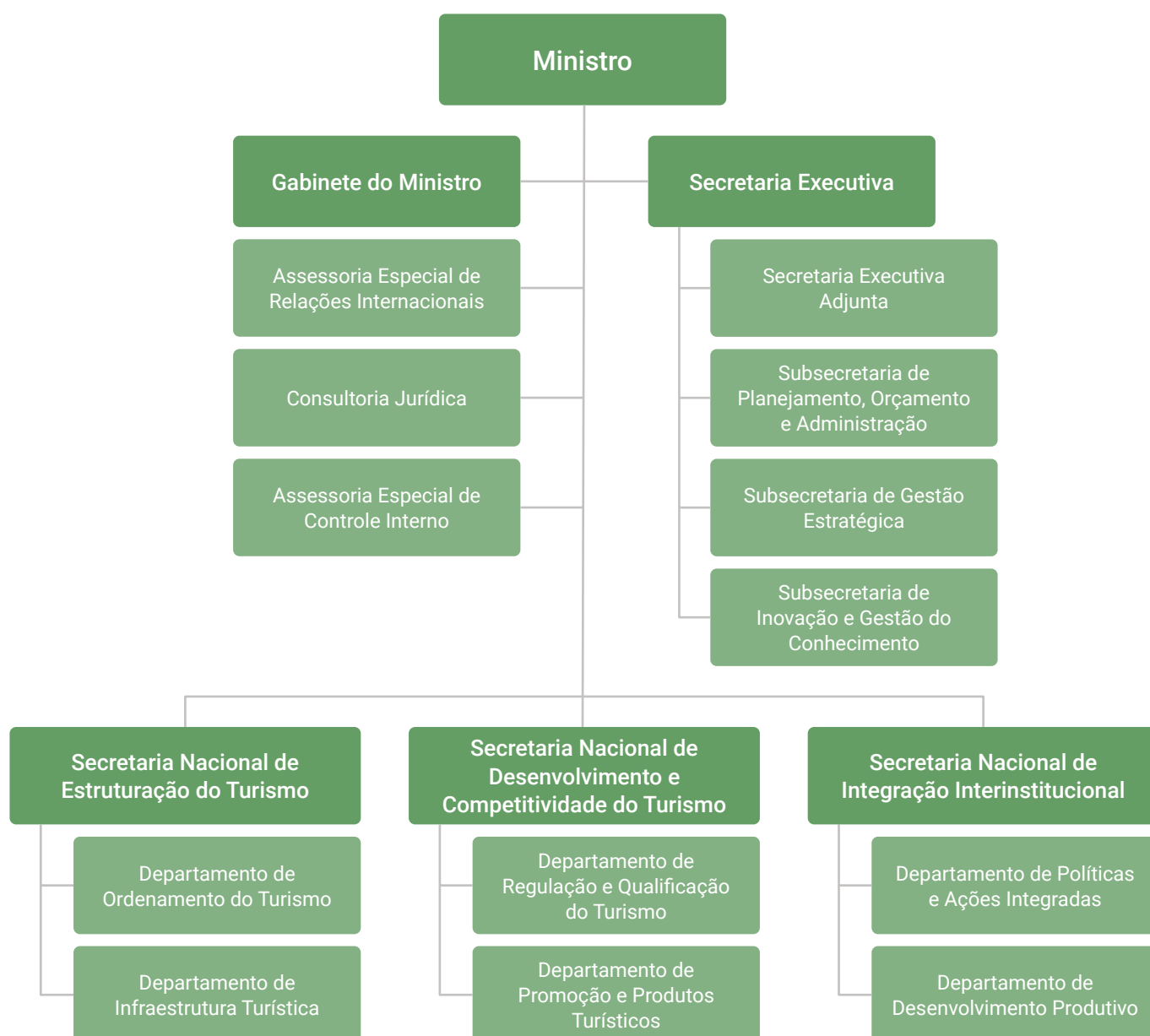
Fonte: MTur

1.2.2. Estrutura Organizacional

O MTur é um órgão da Administração Direta, cujas estrutura e competências estão dispostas de acordo com o Decreto nº 9.664, de 2 de janeiro de 2019, o qual aprova a sua Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE.

Ao final de 2019, o Decreto nº 10.107, de 6 de novembro, transferiu a Secretaria Especial de Cultura (SECULT), suas Secretárias e Colegiados, todos do Ministério da Cidadania (MC), para o MTur; e o Decreto nº 10.108, de 7 de novembro, também transferiu as entidades indiretas relacionadas à área da cultura ao MTur. Posteriormente, em 21 de maio de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.359, que aprovou a nova estrutura regimental dessa Pasta, englobando ao MTur a estrutura advinda do MC, mencionada.

Figura 2 – Organograma



Fonte: MTur

Perfil dos Gestores



Marcelo Álvaro Antônio
Ministro de Estado do Turismo

Marcelo Henrique Teixeira Dias nasceu em Belo Horizonte, empresário, entrou na política em 2012 como vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Em 2014 foi eleito o terceiro Deputado Federal mais votado na capital mineira, e em 2015 aderiu à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo. Na Câmara dos Deputados, participou também como membro titular das comissões: Especial PEC 333/17, que tratou da extinção do Foro Especial; Permanente de Desenvolvimento Urbano; Comissão de Finanças e Tributação; Minas e Energia; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Comissão de Viação e Transportes; Comissão de Desenvolvimento Urbano; e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Aderiu às frentes Parlamentar Mista do Imposto Único Federal e pela Abertura Comercial do Brasil. Nas eleições de 2018 foi reeleito Deputado Federal, alcançando o título de deputado mais votado do Estado de Minas Gerais. Ministro de Estado do Turismo desde janeiro de 2019.



Daniel Diniz Nepomuceno
Secretário-Executivo

Graduado em Direito e Pós-graduado em Ciência Política pela Universidade de Barcelona e tem em seu histórico profissional cargos de alta gestão e liderança, tendo atuado, por exemplo, como Secretário Adjunto de Estado de Defesa Social de Minas Gerais no período entre 2009 e 2010. Entre 2013 e 2015, exerceu a função de Secretário Municipal de Serviços Urbanos de Belo Horizonte, e em 2014, assumiu a Presidência do Clube Atlético Mineiro, onde permaneceu até 2016. À época, foi eleito, por unanimidade, como presidente do Conselho Nacional de Clubes, numa votação com todos os clubes de futebol do Brasil na Confederação Brasileira de Futebol. Mais recentemente, entre os anos de 2017 e 2018, antes de assumir o cargo de Secretário Executivo do Ministério do Turismo, desempenhou a função de Secretário Municipal de Desenvolvimento de Belo Horizonte, pasta responsável pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. Durante sua gestão, a capital mineira resgatou o carnaval, que passou a ser conhecido nacionalmente.



Higino Brito Vieira
Secretário-Executivo Adjunto

Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Gestão Pública. No início da carreira atuou junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como exerceu o cargo de Diretor de Processamento de Dados da Fundação Casa de José Américo - FCJA. Em 2016 ingressou no Senado Federal atuando na Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, no Data Senado, no Programa Interlegis e no Instituto do Legislativo Brasileiro - ILB. Em 2016, assumiu o cargo de Diretor de Políticas de Trabalho

e Emprego para a Juventude no Ministério do Trabalho, passando a exercer, posteriormente, o cargo de Diretor de Políticas de Empregabilidade do referido Ministério. Em 2019 foi nomeado Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Turismo e em seguida passou a Secretário Executivo Adjunto, cargo que ocupa atualmente. Exerceu, ainda, as funções de Secretário-Executivo do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional e de Coordenador do Comitê Permanente de Aprendizagem. Atuou ainda, como membro titular, no Conselho Nacional da Juventude, no Comitê Interministerial da Política de Juventude e no Conselho Administrativo do Senac Nacional.



Robson Napier Borchio
Secretário Nacional de Estruturação
do Turismo

Formado em Administração de Empresas pela União de Negócios e Administração (UNA), tem especialização em Recursos Humanos também pela UNA e MBA em Gestão Organizacional pelo IBMEC. Desde 2012, atuava como sócio gestor de indústria da área química. Na carreira pública, desempenhou também a função de gerente estratégico no gabinete do prefeito de Belo Horizonte de 18 de janeiro de 2010 até abril de 2011 e foi secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais de setembro de 2007 a junho de 2009. Atuou, ainda, como assessor especial do ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República de abril a setembro de 2007.



Aluizer Malab Barbosa do Nascimento
Secretário Nacional de Desenvolvimento e
Competitividade do Turismo

Formado em Administração de Empresas pela Newton Paiva, onde também estudou Ciências Econômicas, e possui experiência em gestão cultural, atividade em que se especializou pela PUC Minas. Além desses cursos superiores, seu currículo inclui ainda cursos de Merchandising, Marketing Cultural para Produtores e Administradores Culturais, Produção e Marketing Cultural.



Babington dos Santos
Secretário Nacional de Integração
Interinstitucional

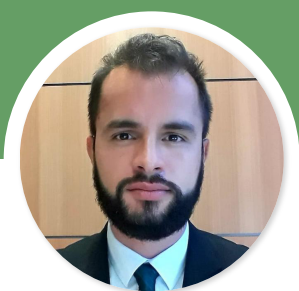
Graduado em Direito pela Universidade do Distrito Federal (UDF) e especializado em Orçamento Público, Direito Público e Processo Orçamentário. É natural de Brasília e trabalhou por 27 anos na Câmara dos Deputados. Traz no seu currículo experiências desenvolvidas no Congresso Nacional como Secretário-Executivo da Frente Parlamentar do Turismo, Chefe de Gabinete da Presidência da Comissão de Turismo e, Chefe de Gabinete da Comissão Especial do marco regulatório da economia colaborativa. No Ministério do Turismo atuou como Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, no período de maio/2018 a janeiro/2019. Hoje atua como Secretário Nacional de

Integração Interinstitucional, no Ministério do Turismo.



Luana Mara Nunes Boldori
Subsecretária de Gestão Estratégica

Graduada em Ciências Econômicas e Administração, atualmente cursa Gestão Pública. Atua na Administração Pública desde 2010, onde permeou as esferas Municipal, Estadual e Federal, na área de Gestão Estratégica, de Finanças e de Processos. Possui experiência em Planejamento e Gestão de Pessoas, tendo ocupado as funções de Assessora Técnica e de Superintendente, desempenhando o trabalho de promoção e coordenação com o objetivo de elaborar, consolidar, implementar, monitorar e avaliar os Planos e Programas Institucionais. Integrou a equipe de transição do atual governo sendo então designada como Subsecretária de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo em janeiro de 2019.



Roger Alver Vieira
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Possui Mestrado em História Social e Especialização em Pedagogia Empresarial e Organizacional pela Universidade Federal de Uberlândia, além de MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Universidade Estácio de Sá. Cursou, também,

especialização em Estudos Diplomáticos no Centro de Direito Internacional de Belo Horizonte. Foi Secretário Municipal de Administração de Mário Campos/MG (2017-2018), Diretor de Ensino e Extensão da Fundação Clóvis Salgado (2015-2016) em Belo Horizonte/MG, Presidente (2017-2018), Secretário do Conselho Deliberativo (2015-2016) e Diretor Executivo (2011-2014) da Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto em Belo Horizonte/MG e Professor de Graduação e Pós-Graduação no Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte (2012-2018).



Marcelo Moreira Garcia
Subsecretário de Inovação e Gestão do Conhecimento

Empresário, professor universitário, bacharel em sistemas de informação, arquiteto de sistemas, mestre em inteligência artificial com mais de 10 anos de experiência em projetos de alta complexidade e grande volume de dados, sempre utilizando tecnologias de ponta. Certificado pela Microsoft em desenvolvimento e Business Intelligence, com participação ativa em cursos e workshops sobre tecnologia e empreendedorismo, participou da criação de produtos inovadores premiados pelo SEBRAE e Ministério da Ciência e Tecnologia.

1.2.3. Estrutura de Governança

O MTur vem envidando esforços para adoção das boas práticas da governança pública. Em 2016, o órgão instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC (Portaria GM/MTur nº 183, de 29 de julho de 2016), o qual possui a atribuição de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança. Em 2018, estabeleceu sua Política de Gestão de Riscos (Portaria GM/MTur nº 14, de 12 de janeiro de 2018) e criou o Grupo de Trabalho de Governança, Riscos e Controles – GTGRC (Resolução CGRC GM/MTur nº 4, de 15 de janeiro de 2018), de caráter consultivo.

No exercício de 2019, a composição do CGRC foi alterada (Portaria GM/MTur nº 11, de 22 de janeiro) e o GTGRC transformado em Subcomitê de Governança e Gestão de Riscos – SGR (Resolução nº 06, de 10 de abril). O Comitê é presidido pelo Ministro de Estado do Turismo e conta com a participação de toda a alta administração deste órgão. Contudo, a atribuição pela supervisão e o monitoramento da política de gestão de riscos fica a cargo da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério. Apresenta-se, adiante, o Modelo de Governança do MTur:

Figura 3 – Modelo de Governança do Ministério do Turismo



Fonte: MTur

No exercício de 2019, as instâncias de governança do Ministério debateram questões relacionadas à modificação da Estrutura de Governança, Riscos, Integridade e Controle, como a deliberação para composição de nova Estrutura, para alteração dos Regimentos Internos dos colegiados e revisão da Política de Gestão de Riscos e das normas internas vigentes.

O Comitê e o SGR, também, constataram a necessidade de elaboração de novo Planejamento Estratégico Institucional (PEI), tendo em vista que o

último instrumento foi referente ao período de 2012 a 2015, prorrogado até o ano de 2016.

Com a conclusão do Planejamento Estratégico (PEI) 2020-2023, o Ministério finalizará a revisão da estrutura de governança, retomando as práticas de internalização, disseminação, treinamento e operacionalização das ações de governança durante o exercício de 2020.

Ainda durante o 2º semestre do exercício de 2019, o Ministério participou dos encontros com o Comitê Interministerial de Governança da Casa Civil da

Presidência da República - CIG/CC/PR, em conjunto com os diversos Comitês Internos de Governança dos ministérios. Nesses encontros foram debatidos as evoluções e melhorias necessárias as estruturas de Governança.

O Ministério também foi demandado a responder o questionário elaborado pelo CIG/CC/PR sobre a sua Política de Governança. Os questionamentos foram divididos em duas partes. A primeira referiu-se às informações sobre a identificação do comitê interno de governança e uma síntese de sua atuação. Já a

segunda parte, solicitou informações acerca das medidas, mecanismos e práticas adotadas, bem como qual foi o papel do comitê em cada uma das iniciativas, relacionando-as aos princípios da política de governança pública.

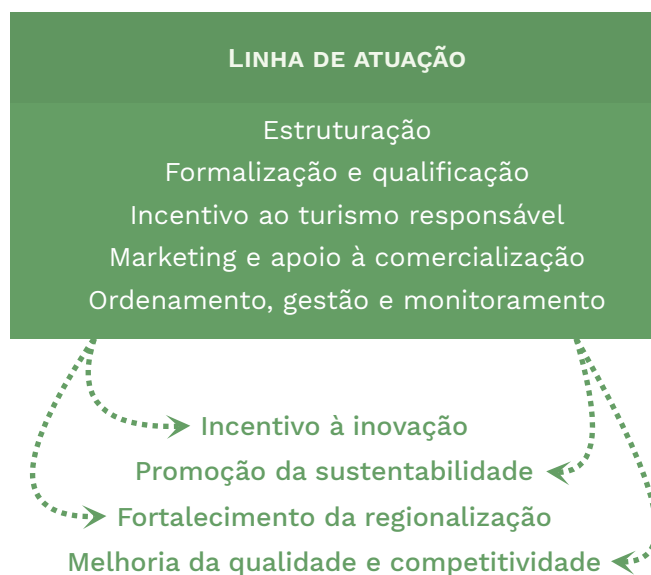
Com o fim de apresentar e diagnosticar as ações desenvolvidas pelo Ministério, o formulário foi encaminhado as diversas áreas do Ministério que apresentaram suas manifestações. As informações produzidas serão utilizadas para o monitoramento e adequação das ações do MTur.

1.2.4. Modelo de Negócio

O MTur tem função precípua de promover o desenvolvimento do turismo e, para isso, exerce múltiplas atividades em consonância com seus orientadores estratégicos (missão, visão e valores). Dessa forma, em 2019, o órgão atuou para realizar seus objetivos, referendados pelo PPA 2016-2019, por meio do alcance das metas estabelecidas neste instrumento e priorizadas no Decreto nº 9.791, de 14 maio de 2019, que aprova o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022.

A liderança e os servidores do MTur conduziram suas ações a fim de contribuir para o desenvolvimento do setor, ou seja, para a geração de valor público, por meio da aplicação de seus recursos orçamentários e patrimoniais, bem como da articulação interinstitucional.

Figura 4 – Modelo de Negócio



Fonte: MTur

1.2.5. Ambiente Externo

O turismo tem se mostrado como uma atividade do setor econômico capaz de manter seu crescimento, de forma constante, mesmo diante de um cenário de crise e desaceleração da economia. De acordo com os últimos dados divulgados pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2019), a chegada de turistas internacionais atingiu mais de 1,5 bilhão de turistas, com movimentação de mais de US\$ 1,45 trilhões (WTTC, 2019).

Estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial demonstra que dentre 140 países, o Brasil ocupou o trigésimo segundo lugar no ranking de competitividade em 2019, significando uma queda de cinco posições em relação ao ano anterior. No entanto, na América do Sul, ainda é o país com maior pontuação, destacando-se em recursos naturais e culturais, conforme estes critérios, posicionou-se em segundo e nono lugar, respectivamente.

No cenário nacional o turismo vem se consolidando como indutor do crescimento econômico, por possuir grande potencial na geração de emprego e, conseqüentemente, renda, com destaque para as oportunidades com postos de trabalho em meios de hospedagem.

De acordo com informações do Anuário Estatístico da OMT, o Brasil conta com mais de 30 mil estabelecimentos de hospedagem, o que corresponde a mais de 1 milhão de quartos e 2,4 milhões de leitos. Comparativamente, em relação aos outros países, destaca-se como um dos líderes, é o sexto em parque hoteleiro, o terceiro em número

de leitos e o quinto em número de empregados em hotéis e similares.

O mercado doméstico apresentou crescimento de 1,8% no número de desembarques nacionais nos aeroportos do país, de janeiro a dezembro de 2019 em comparação ao mesmo período de 2018, significando quase 2 milhões a mais que o registrado em 2018 (95,5 milhões), de acordo com as informações que integram o relatório mensal da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O mês de dezembro apresentou uma alta significativa de 3,2% em relação a dezembro de 2018, com um total de 9 milhões de passageiros.

1.2.6. Materialidade

A identificação dos temas relevantes em 2019 decorreu da análise de diversas fontes materiais, dentre as quais se destacam: a Política Nacional de Turismo (disposta na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008), os objetivos do PPA 2016-2019 e

do PNT 2018-2022, e o texto proposto pelo Ministério para o PPA 2020-2023. Os temas priorizados foram os que mais podem afetar a capacidade institucional de gerar valor, no curto, médio e longo prazos.

Figura 5 – Materialidade



Fonte: MTur

1.3. Estratégia e Governança

O MTur iniciou o ano de 2019 sem planejamento estratégico vigente. Nos anos anteriores, a gestão baseou suas iniciativas nos objetivos e metas estabelecidos no PPA 2016-2019. Diante disso, identificou-se a necessidade de se criar uma agenda estratégica para o Ministério a partir da elaboração de um planejamento abrangente, mediante processos claros de implementação e controles, que promovam o alinhamento para alcance de resultados melhores definidos.

Contudo, o MTur não foi único órgão do Executivo Federal com carência de planejamento estratégico em 2019. Por essa razão, o Governo Federal, ainda em fase de transição no primeiro semestre, lançou o projeto Gestão Estratégica Integrada na Administração Pública Federal (APF), em que o Ministério da Economia (ME) passou a coordenar o processo, definindo metodologias e requisitos mínimos para alinhar instrumentos e sistemas de gestão estratégica nos órgãos da APF.

O resultado dessa coordenação pelo ME foi a licitação de serviços de apoio especializado à gestão

estratégica de 14 órgãos e entidades da APF, incluindo o MTur, que se beneficiou com a contratação de uma consultoria para elaborar seu PEI a partir do segundo semestre do ano de 2019. Assim, o Ministério iniciou a construção do instrumento de planejamento, seguindo o modelo e a metodologia determinados pelo ME.

Considerando que nesse mesmo ano se desenhou o PPA 2020-2023, o qual acarretou em significativa mudança de rumo devido ao novo enfoque político do governo, o MTur decidiu pela elaboração do PEI 2020-2023, ou seja, alinhado às novas diretrizes.

Para dar andamento às ações e políticas do MTur em 2019, definiu-se que os resultados a serem monitorados corresponderiam às metas priorizadas pelo PNT, relacionadas aos objetivos do PPA 2016-2019. De forma a garantir um alinhamento do esforço de implementação das políticas de turismo, foram definidos projetos prioritários da então nova gestão do órgão, cujos resultados estão contidos em **Resultados da Gestão (item 2)**.

1.3.1. Planejamento Estratégico 2020

A construção do PEI do Ministério do Turismo em 2019 foi um dos principais resultados alcançados pela Pasta. Isso porque, além de permitir o aperfeiçoamento da gestão, o processo redundou na entrega de uma estratégia aderente às políticas do Governo Federal e às necessidades do setor, com uma ferramenta de planejamento fundamental para orientar as ações ministeriais nestes próximos quatro anos.

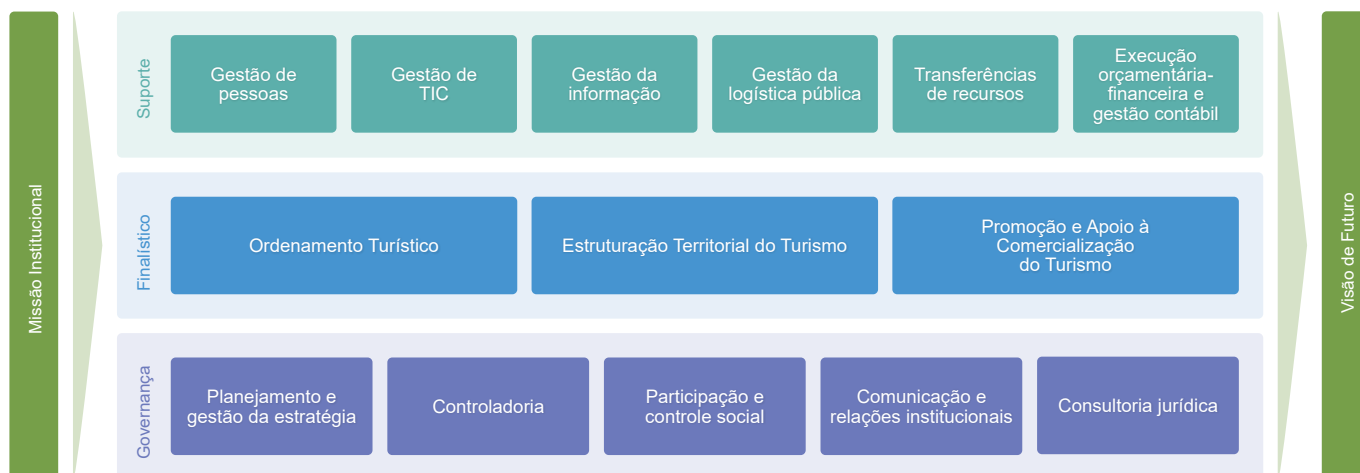
A maturidade da gestão de desempenho implica diretamente nos resultados de uma organização. A partir dessa perspectiva, o MTur buscou construir sua estratégia de forma democrática, envolvendo

servidores e gestores, além da alta gestão. Isso permitiu uma melhor compreensão do ambiente institucional e da estrutura implementadora que influenciam diretamente no alcance dos resultados. Esse processo implicou no avanço da gestão com a concepção de uma agenda estratégica mais consistente e adequada às suas competências, bem como de um sistema de monitoramento e avaliação mais voltado para o desempenho.

O PEI 2020-2023 foi concluído em novembro de 2019, tendo sido validado pela alta gestão. A seguir, tem-se a cadeia de valor e o mapa estratégico definidos.

Cadeia de Valor

Figura 6 – Cadeia de valor



Fonte: MTur

Para melhor compreender a cadeia de valor, o Ministério elaborou o mapa de contexto institucional, no qual é possível uma leitura de como poderá desenvolver seus macroprocessos para realizar suas entregas ao público alvo definido, destacadamente, sociedade, iniciativa privada e entes federados.

Adicionalmente, conduziu-se a análise ambiental, em que se identificou os principais fatores internos e externos que impactam, de forma positiva ou negativa, a atividade do MTur. Essa análise lançou luz sobre quais oportunidades o órgão deve aproveitar e quais riscos deve evitar, mitigar ou reduzir, objetivando potencializar a atuação do Ministério e os resultados de suas ações.

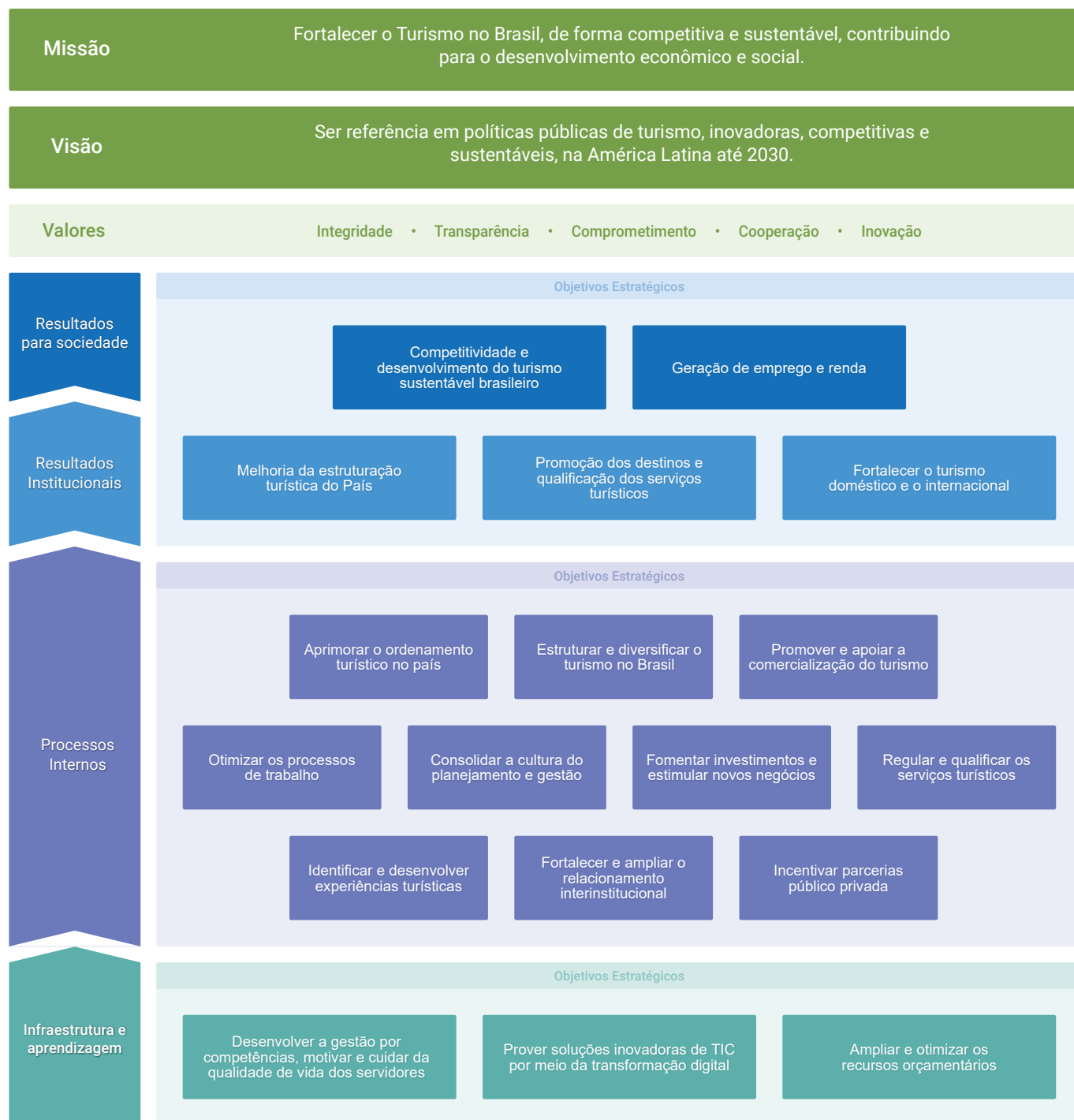
Mapa Estratégico

Como o referencial estratégico é o principal orientador da estratégia da organização, para a declaração da missão, visão e valores, toda liderança foi envolvida na sua construção. Assim, foram definidos os objetivos estratégicos, cujos resultados

pretendidos estão alinhados com o PPA 2020-2023 e com o modelo proposto pelo ME.

Dessa forma, concluiu-se o Mapa Estratégico 2020-2023, apresentado a seguir.

Figura 7 – Mapa Estratégico



Fonte: MTur

Cabe destacar que a perspectiva de legitimidade e de apoio permeia todo o mapa estratégico, garantindo a governança, o controle, a transparência, a accountability e a participação social nas políticas e ações da organização.

O desdobramento do planejamento dos macroprocessos finalísticos, em que se definem seus objetivos estratégicos, foi programado para 2020, devido ao processo de reestruturação para a integração da SECULT ao Ministério.

Gestão Estratégica

A consolidação do PEI 2020-2023 significou o amadurecimento do modelo de gestão do MTur. Isso porque o processo teve como foco fundamental promover a ampla participação na construção da ferramenta que permitirá a gestão atuar de forma orientada ao alcance de resultados para a sociedade. Para isso, o MTur buscou proporcionar o desenvolvimento do pensamento estratégico em todos os servidores e gestores.

Dessa forma, o órgão elaborou um plano de comunicação específico para que todos os servidores se sentissem parte desse processo de construção e não somente os gestores envolvidos nas oficinas de trabalho e a alta liderança. Esse plano envolveu a criação de uma identidade visual que consolidou a gestão estratégica como um tema prioritário e relacionado a todos do MTur. Além disso, adotou-se uma estratégia de comunicação e divulgação sobre a ferramenta de planejamento. Em destaque, cita-se a criação de informativo semanal, de circulação interna, sobre as oficinas e decisões da liderança em relação ao processo, que também se tornou um instrumento educativo a respeito de cada etapa.

Figura 9 – Informativos



Fonte: MTur

A estratégia de comunicação contribuiu para o fortalecimento de uma gestão voltada para resultados, além de promover maior integração entre os gestores ao gerar unidade nas ações projetadas. Além disso, sensibilizou toda a Pasta quanto à importância do PEI, o que possibilitará a sua implementação efetiva a partir de 2020.

Figura 8 – Marca Gestão Estratégica



Fonte: MTur

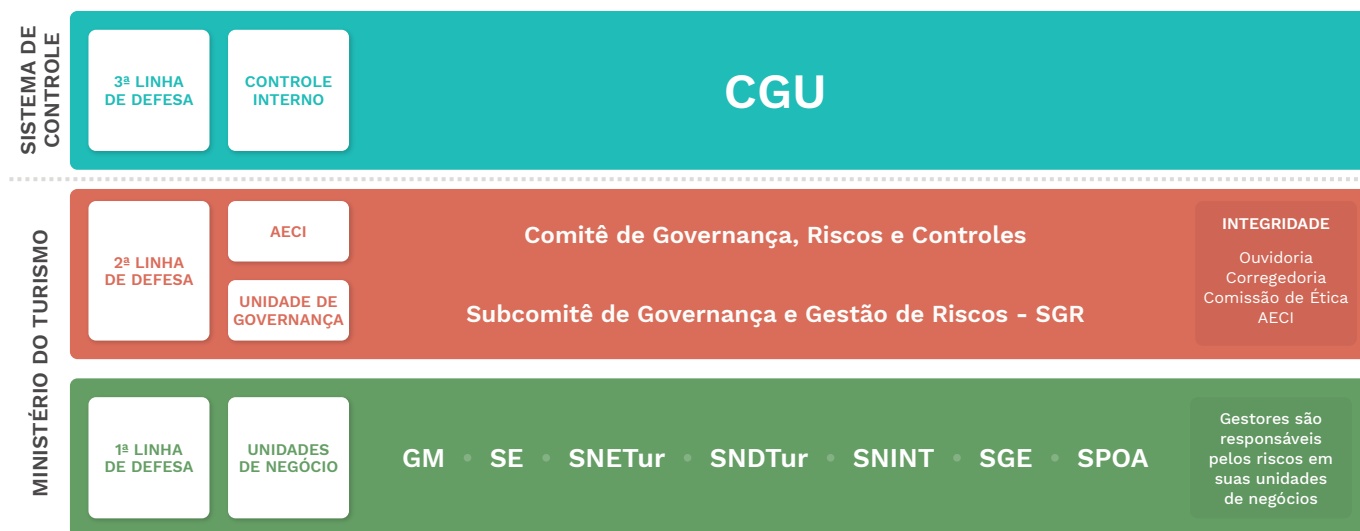
1.3.2. Gestão de Riscos e Controles Internos

A política de governança do MTur estabelece conceitos, diretrizes, atribuições, competências, responsabilidades e princípios do processo de gestão de riscos no âmbito do órgão, além de orientar a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais. Objetiva, ainda, obter controles adequados à mitigação da ocorrência de riscos, em especial àqueles que comprometam o alcance dos

objetivos institucionais, e garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações que suportam os objetivos estratégicos do Ministério.

Com a implantação do PEI 2020-2023, serão reestabelecidos os processos de continuidade dos trabalhos referentes à Gestão de Riscos, seu acultramento, disseminação e operacionalização, conforme modelagem apresentada a seguir:

Figura 10 – Modelagem de Gestão de Risco e Controle Internos - Linhas de Defesa



Fonte: MTur

A Gestão de Riscos ainda não foi implementada formalmente no âmbito do MTur, devendo-se, antes disso, mapear-se os principais processos das suas Unidades, para, posteriormente, identificar-se os riscos e as oportunidades relacionados a cada setor.

Integridade

No exercício de 2019, o MTur homologou seu Plano de Integridade (Portaria SE/MTur nº 123, de 10 de abril de 2019), resultante dos trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Gestão da Integridade (Portaria SE/MTur nº 64, de 10 de maio de 2018, e Portaria SE/MTur nº 118, 27 de agosto de 2018). O Plano reflete os esforços do MTur para atendimento aos termos da Portaria CGU nº 57, de

Para, em seguida, poder classificar e tratar tais riscos identificados, bem como implementar procedimentos e processos no intuito de otimizar ainda mais as oportunidades diagnosticadas.

04 de janeiro de 2019, que estabelece orientações aos órgãos para adoção de procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de programas de integridade.

No referido Plano foi definida a forma de implantação do Programa de Integridade, o qual se vinculará expressamente à Política de Gestão de

Riscos do órgão, de modo que os trabalhos de gestão de riscos de integridade ocorram concomitante com os demais trabalhos de implementação da gestão de riscos, abrangendo os assuntos de controles internos, correição, ouvidoria e gestão de ética, atuando de forma coordenada para a tomada de decisões e melhoria da governança institucional.

Ressalta-se que, para a concretização de tais propósitos, faz-se necessário o monitoramento das políticas a serem adotadas, seja no âmbito interno ou externo, via instrumentos e mecanismos efetivos, que atuem preventivamente ao longo da execução das atividades as quais se destinam o Turismo, sob a ótica da integridade, legitimando todas as suas ações.

O Plano de Integridade, deverá promover o alinhamento de valores, normas e condutas, baseados em princípios éticos, com a garantia de uma atuação íntegra, proba e uníssona do interesse público, tornando as práticas adotadas eficazes no

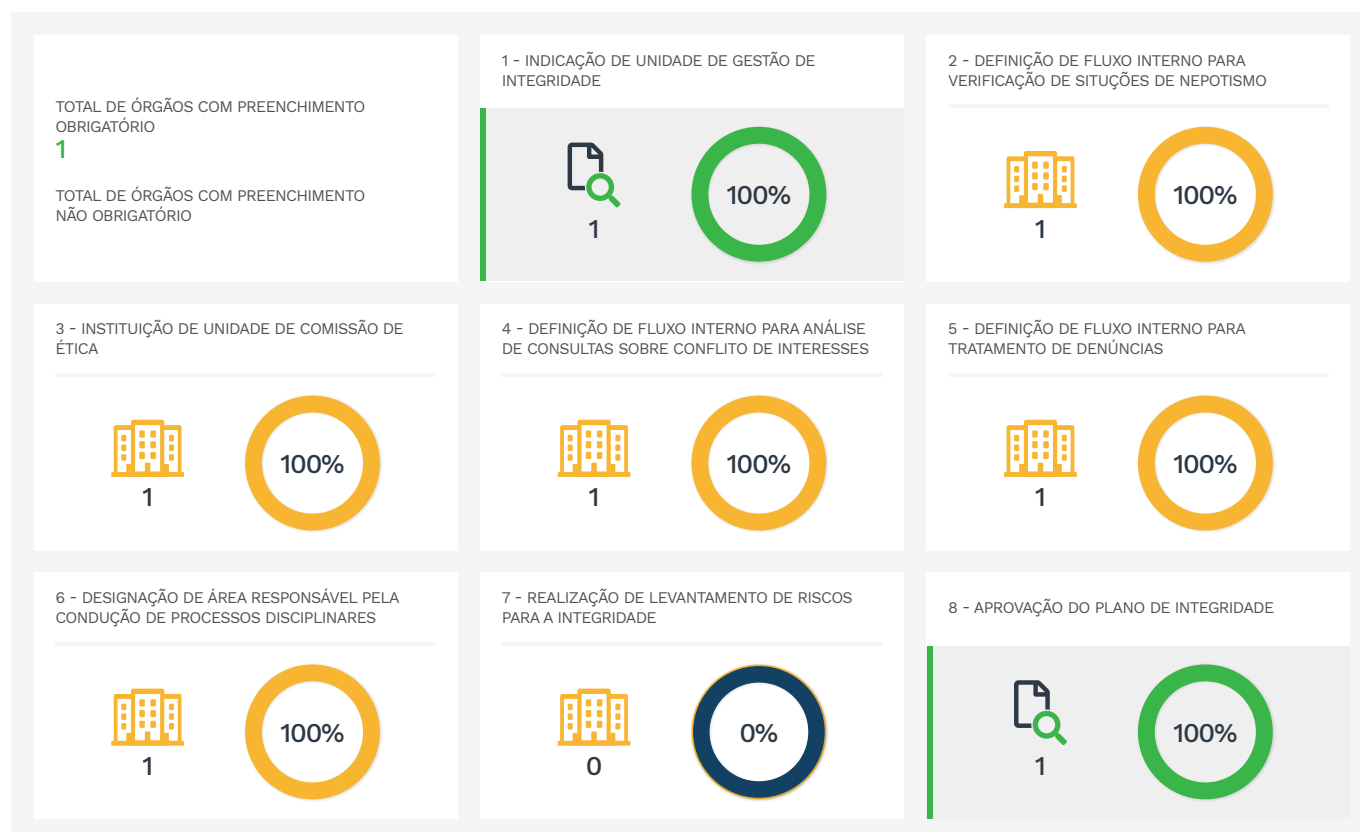
desempenho da atividade turística.

No âmbito do Ministério, foram definidas as seguintes etapas e tarefas para a consecução do Plano:

- Criação de unidade de Gestão da Integridade
- Definição de Fluxo Interno para as situações de nepotismo
- Instituição de Comissão de Ética
- Definição de fluxo interno para a análise de consultas sobre conflito de interesses
- Definição de fluxo interno para tratamento de denúncias
- Designação de áreas responsável pela condução de processos disciplinares

No Painel de Integridade da Controladoria-Geral da União (CGU), o MTur apresenta o seguinte status:

Figura 11 – Painel de Integridade CGU. Ministério do Turismo - Exercício de 2019



Fonte: CGU

A Unidade de Gestão de Integridade do MTur é composta pelos principais núcleos internos de controle, quais sejam:

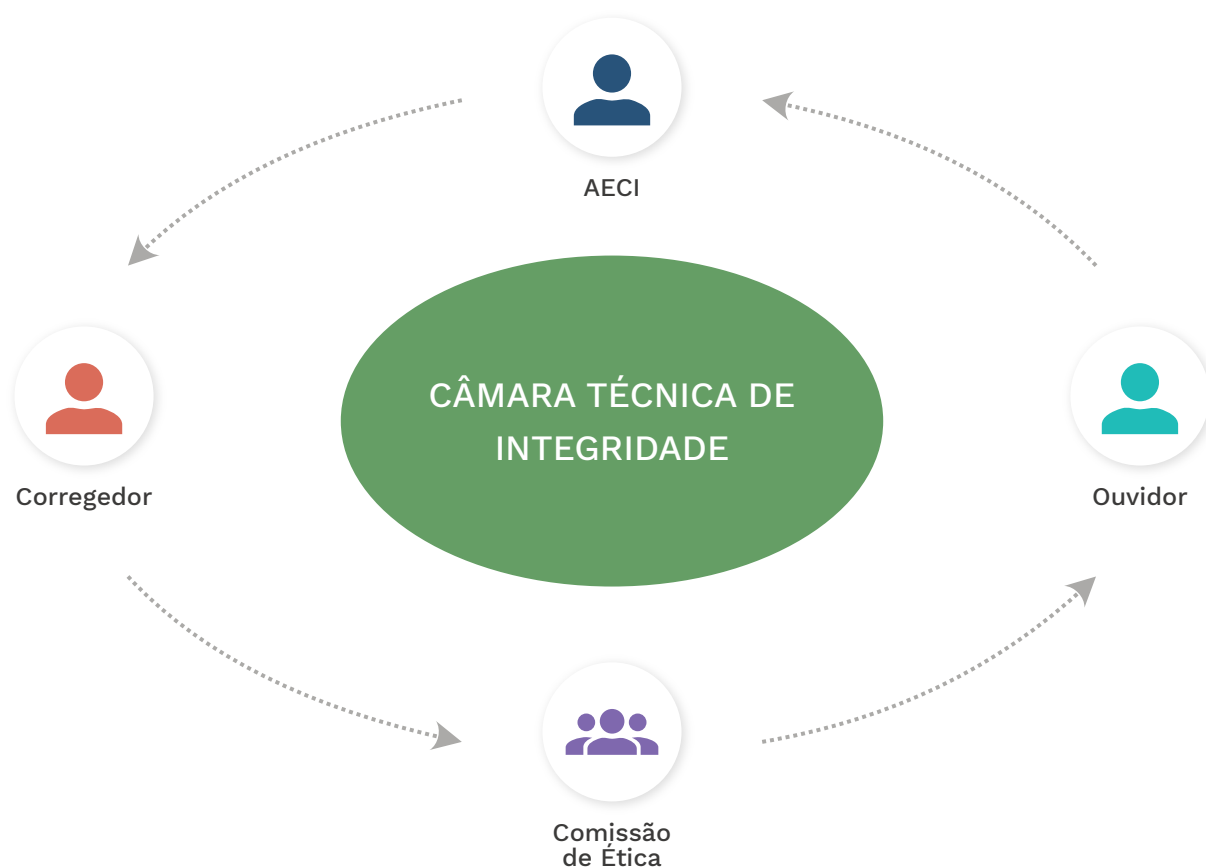
- **Assessoria Especial de Controle Interno:** exerce a coordenação da Unidade de Integridade. Área ligada diretamente ao Ministro de Estado, é responsável pela supervisão e orientação das ações relativas a Controle Interno, Riscos, Transparência e Integridade, além do inter-relacionamento com os mecanismos de controle externo e interno e com os órgãos de defesa do Estado.
- **Ouvidoria:** unidade vinculada ao Gabinete do Ministro que tem por função principal assegurar e supervisionar o cumprimento das normas relativas à Transparência da instituição, com destaque para o acesso à informação de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso à Informação.

• **Corregedoria:** unidade ligada à Secretaria-Executiva que tem por função principal planejar, supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

• **Comissão de Ética:** integrada por servidores efetivos, tem a função principal de instância consultiva do Ministro, bem como dos demais dirigentes e servidores públicos da Pasta, para o cumprimento das normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Evidencia-se, a seguir, a sinergia que está sendo estabelecida entre os principais agentes envolvidos com a questão da integridade no MTur:

Figura 12 – Câmara Técnica de Integridade



Fonte: MTur

Compõe, ainda, a Unidade de Gestão de Integridade a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e

administração (SPOA) e a Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE).

Tratamento de recomendações dos Órgãos de Controle

Para tratamento e controle de demandas advindas dos órgãos de controle interno (Controladoria-Geral da União - CGU), de controle externo (Tribunal de Contas da União - TCU) e dos mecanismos de defesa do Estado (Ministério Público da União - MPU e Polícia Federal - PF), a AECL utiliza a ferramenta tecnológica de apoio à gestão denominada de Sistema de Controle de Demandas Externas – (SCDE). O sistema facilita o monitoramento dessas demandas, de modo que sejam atendidas no prazo estipulado. Possibilita, ainda, o acompanhamento dos prazos das respostas elaboradas, bem como das solicitações de dilação e reiteração encaminhadas pelas áreas demandadas.

Além do controle e do atendimento das demandas por meio do SCDE, o Ministério acompanha, por meio do sistema Monitor/CGU (atual e-Aud/CGU), o cumprimento das recomendações emanadas pela CGU.

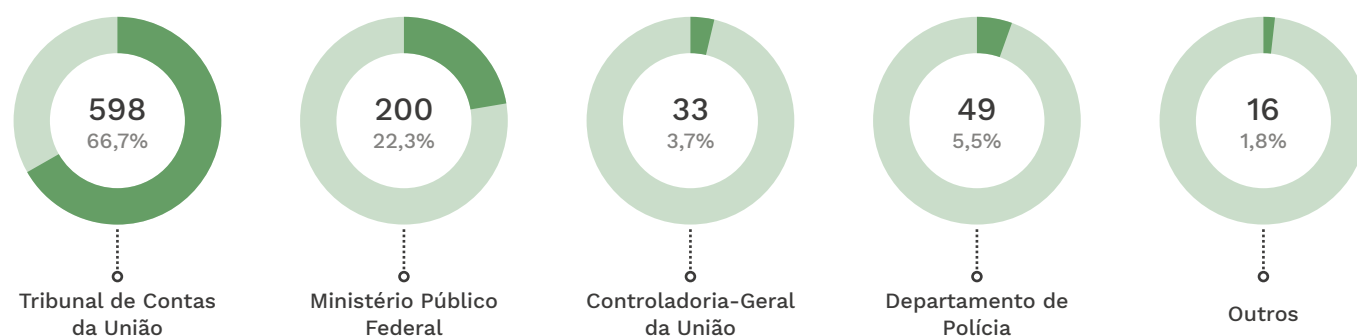
Com os esforços aplicados pelo MTur em 2019, em parceria com os levantamentos realizados pela CGU, o exercício foi encerrado com 11 recomendações com pendências de atendimento, mas em processo de tratamento para manifestação pelas áreas responsáveis. Cabe registrar que no encerramento do exercício de 2018, havia 208 recomendações pendentes de atendimento.

Em relação as demandas do TCU, iniciou-se o uso do Sistema Conecta – TCU, que é uma plataforma onde o Controle e o Gestor terão acesso a todas as informações dos processos envolvendo a pasta.

No exercício de 2020, o MTur oferecerá aos gestores responsáveis treinamentos para operar os referidos sistemas de controle.

No tocante a quantitativos, conforme controles mantidos no SCDE, foram tratadas 896 demandas, com a seguinte distribuição:

Gráfico 1 – Demandas dos órgãos de controle de 2019



Total de 896 demandas dos órgãos de controle em 2019.

Fonte: Sistema de Controle de Demandas Externas - SCDE - MTur.

As ações do TCU respondem por 67% do total de demandas dos órgãos de controle direcionadas ao MTur, contendo diligências, comunicações acerca do julgamento de Tomadas de Contas Especiais (TCE), representações e monitoramento de determinações de outros Acórdãos, além de requisições de

inscrição de responsáveis no CADIN. Do total de 598 demandas, 388 se referiam a Acórdãos. Desses, 6 continham determinações e/ou recomendações do Tribunal ao MTur. Essas demandas encontram-se em processo de atendimento pelo órgão.

Já as demandas do MPU, que respondem por 22% do total, decorrem de denúncias, resultados de procedimentos apuratórios de TCE ou procedimentos correicionais, de fiscalizações realizadas, dentre outros. Da mesma forma, as demandas provenientes da Polícia Federal, que correspondem a 5%, visam atender operações e investigações em curso.

Atuação da Consultoria Jurídica

A competência das consultorias jurídicas — de controle preventivo de legalidade — trata-se de relevante atribuição da advocacia de Estado, que visa a garantir a observância, por autoridades integrantes do Poder Executivo, das normas constitucionais e infraconstitucionais.

É importante destacar que esse controle interno da legalidade, que se concretiza na análise de atos normativos, consultas, programas, políticas e ações públicas por esta Consultoria, cinge-se à constatação da conformação jurídico-formal da proposição com a Constituição, com as normas infraconstitucionais, notadamente com aquelas relativas à matéria turística.

No exercício do seu mister institucional, a Consultoria Jurídica do MTur, no ano de 2019, exarou 455 pareceres, 6 notas, 155 cotas, 149 Informações Judiciais e 617 despachos, o que configura 300 manifestações por membro, redundando no sétimo maior quantitativo por membro entre as

No caso da CGU, em função da dinâmica das ações de controle interno, os registros referem-se a ofícios e trocas de comunicações oficiais, não sendo consideradas, para a contabilização de demandas apresentada anteriormente, as trocas de mensagem e os levantamentos dos trabalhos operacionais que derivam em relatórios de auditorias e fiscalizações.

Consultorias Jurídicas da Advocacia-Geral da União.

Importante salientar que o tempo médio de resposta consultiva do MTur, no ano de 2019, foi de 10 dias, o menor tempo médio entre as Consultorias Jurídicas dos Ministérios. Em comparativo ao ano de 2018, que foi, em média de 22 dias, houve redução da metade do tempo de entrega da resposta consultiva. Isso se deve, entre outros fatores, da reestruturação interna realizada com alocação de mais advogados para atuação na área finalística, sem a necessidade do aumento do quadro funcional.

Para o ano de 2020, há uma série de desafios, sobretudo com a vinda da SECULT para estrutura do Ministério, o que irá demandar uma reestruturação interna com o objetivo de criação de mais duas Coordenações, aumento de quadro de advogados, aumento do espaço físico e aumento do quadro de funcionários de apoio.

2

RESULTADOS DA GESTÃO

2.1. Carta da Secretaria Executiva

É com grande satisfação que apresento o Relatório de Gestão do Ministério do Turismo referente ao exercício de 2019, com a nova abordagem baseada no Relato Integrado.

O presente documento é produto da construção coletiva dos diversos setores deste Ministério, orientado por boas práticas prospectadas em organizações públicas e privadas e pelos princípios que sustentam o Relatório Integrado: foco estratégico e orientação para o futuro; conectividade da informação; relações com partes interessadas; materialidade; concisão; confiabilidade e completude; coerência e comparabilidade.

Constata-se com essa construção que o Ministério do Turismo possui papel determinante no desenvolvimento do turismo, enquanto atividade econômica sustentável, e sua inserção na atual conjuntura econômica e social do país, frente a uma economia global competitiva que conta, entre muitos fatores, com uma classe média crescente, avanços tecnológicos, novos modelos de negócios e custos de viagens acessíveis.

Nesse contexto, é importante destacar que o turismo brasileiro aumentou seu faturamento e gerou mais empregos em 2019. O ICV-Tur – índice da pesquisa elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em parceria com a Cielo – registrou o melhor desempenho do setor desde 2017, com aumento de 2,2% no faturamento real em relação ao ano anterior, totalizando o montante de R\$ 238,6 bilhões (um acréscimo de R\$ 5,1 bilhões).



Além disso, foram criadas 35.692 novas oportunidades de trabalho, com alta de 1,2%, em relação ao total de empregados do setor em 2018. Conforme pesquisa da CNC baseada nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o emprego no turismo cresceu pela segunda vez consecutiva em 2019, em patamar bem superior a 2018, com 2,9 milhões de trabalhadores no setor, sendo 67% nas atividades de hospedagem e alimentação. A já citada elevação de 1,2% no número de trabalhadores – resultado da criação de

35.692 novos postos de trabalho – configurou aumento de 163,6% em relação aos postos de 2018.

O Ministério contribuiu de forma efetiva para esse cenário positivo. Numa retrospectiva das principais ações concretizadas, posso mencionar a isenção de vistos para turistas australianos, canadenses, japoneses e norte-americanos; a liberação de 100% de capital estrangeiro para as empresas aéreas brasileiras; a publicação da Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro de 2019, convertida no dia 22 de maio, na Lei 14.002, de 2020, que transformou a Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo e prevê benefícios fiscais a diversos segmentos turísticos; o lançamento do programa Investe Turismo, que destinará a quantia de R\$ 200 milhões para a estruturação de 30 rotas turísticas em 158 municípios de todo o Brasil; a crescente entrada de empresas aéreas de baixo custo no mercado brasileiro; e quase 900 obras de infraestrutura turística em todas as regiões do país.

Em 2019, a Pasta pôde comemorar a construção do primeiro porto com terminal de passageiros; a criação do Plano de Desenvolvimento Turístico, que visitou destinos como Serra da Capivara/PI, Angra dos Reis/RJ, Rota das Emoções/MA, PI e CE e parques nacionais do Rio Grande do Sul/RS; a atração de investidores de diversos países; 30 mil profissionais do setor qualificados; quase 100 mil estabelecimentos e profissionais regularizados no Cadastur; a realização da 1ª Semana Nacional do Turismo; e a assinatura de acordo para a gestão compartilhada de áreas turísticas.

Essas entregas contaram com a supervisão da Secretaria-Executiva (SE), em sinergia com a Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETUR), a Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTUR) e a Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional (SNINT), cujas competências encontravam-se descritas, no exercício de 2019, no Decreto nº 9.664, de 02 de janeiro de 2019 (substituído pelo Decreto nº 10.359/2020, de 20 de maio de 2020), e no Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MTUR nº 36, de 29 de janeiro de 2019.

Cumprir, também, a realização no âmbito da SE da revisão de normativos internos, de fluxos processuais, de contratos administrativos e a instauração de procedimentos licitatórios, o que propiciou em 2019 resultados relacionados a diminuição de entraves, otimização de recursos, e economia no montante de mais de 12 milhões de reais.

Registro na oportunidade a profícua atuação dos membros do Conselho Nacional de Turismo (CNT) na proposição e discussão de pautas prioritárias para o setor. O CNT é um órgão colegiado de assessoramento superior, integrante da estrutura regimental do MTur, composto por representantes do Governo Federal e por entidades dos diversos segmentos relacionados à atividade turística, cujas atribuições estão estabelecidas no Decreto nº 6.705, de 19 de dezembro de 2008 e na Portaria GM/MTUR nº 55, de 02 de abril de 2009, que aprova seu Regimento Interno.

Assim, em 2019, o Ministério do Turismo atuou em consonância com os objetivos, diretrizes e ações traçados no PPA 2016-2019 e no PNT 2018-2022 aprovado pelo Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019, observando sempre a política, os princípios, as diretrizes e os mecanismos de governança insculpidos no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, amparado pelas necessidades de interesse público.

Importante ressaltar, por fim, o início do processo de construção do PEI do órgão em 2019, que contribuirá para um melhor desempenho do órgão em 2020, para o fortalecimento da governança, e tomada de decisões mais conscientes e assertivas.

Para 2020 o desafio é ainda maior! Ações de inovação vinculadas ao setor do turismo, por meio de novas parcerias e colaborações público-privadas, bem como a promoção da gastronomia brasileira serão fundamentais para a transformação do turismo no Brasil. Nas próximas páginas, apresento com mais detalhes os resultados obtidos no exercício 2019.

2.2. Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

2.2.1. Inovação e Gestão do Conhecimento

O MTur tem como atribuição o fomento à inovação e à utilização de novas tecnologias no setor, como também a realização de estudos e pesquisas para análise e sistematização de dados estatísticos e econômicos sobre o setor turístico. No âmbito do Programa 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo do PPA 2016-2019, as ações ministeriais de inovação e gestão do conhecimento foram conduzidas sob o amparo das Iniciativas 05LX – Elaboração e implantação do Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo e 05LY – Realização de estudos, pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo. No contexto do PNT 2018-2022, as referidas ações se vincularam à linha de atuação de Ordenamento, Gestão e Monitoramento, pela iniciativa de ampliação e aprimoramento dos estudos e pesquisas em turismo.

Nesse contexto, em 2019, o MTur celebrou parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a realização de pesquisa sobre a caracterização e o dimensionamento do turismo doméstico no Brasil. Sua realização é fundamental para manter o contínuo aprimoramento do processo de estruturação do sistema de informações referente à atividade turística no País, dar continuidade à série histórica dos estudos sobre a demanda do turismo doméstico, iniciados em 1998 e que não é atualizado desde 2012, como também é etapa essencial no processo de elaboração da Conta Satélite do Turismo (CST). A referida pesquisa suplementa a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar contínua (PNADc), conforme orientação do Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo (PNETUR). Tem por objeto, também, o cumprimento das estratégias previstas no PNT 2018-2022 quanto ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 8, da Agenda 2030.

O MTur deu continuidade à Pesquisa de

Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil (finalização da edição de 2018, execução de 2019), cujo objetivo é a identificação do perfil socioeconômico do turista receptivo internacional, bem como as suas motivações, características da viagem, destinos mais visitados, organização e satisfação em relação à viagem. Tais informações auxiliam na formulação, na implementação e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor.

Destaca-se, também, a continuidade do estudo sobre ocupações nas Atividades Características do Turismo (ACTs), realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com recursos descentralizados pelo MTur. O objetivo é acompanhar a geração de postos de trabalho formais e informais, além de mostrar o perfil da mão de obra, contribuindo com diagnósticos sobre o desempenho das ACTs, onde se concentra a maior parte dos gastos dos turistas.

Continuou-se a Pesquisa de Sondagem Empresarial com o setor hoteleiro brasileiro, que apresenta indicadores sobre a percepção dos empresários acerca do desenvolvimento e do desempenho do seu estabelecimento e do destino turístico. Adicionalmente, foi implantada a pesquisa de Sondagem com os empresários do setor de agência e de organização de viagens. Ambas pesquisas são realizadas com a aplicação de questionário eletrônico, enviado por e-mail aos meios de hospedagem e agências contidos na base de dados da Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH 2016) e Cadastur. São coletadas, trimestralmente, informações de cerca de 700 estabelecimentos e, semestralmente, de cerca de 2000 agências, com o apoio de Órgãos Oficiais de Turismo e de entidades de classe.

Em 2019, também foi realizada nova categorização dos municípios inseridos nas regiões turísticas do

Mapa do Turismo Brasileiro, dessa vez com a variável arrecadação federal nos meios de hospedagem, nos moldes da Portaria GM/MTUR nº 144, de 27 de agosto de 2015, e da Portaria GM/MTUR nº 249, de 01 de agosto de 2019, com o objetivo de monitorar o nível de desenvolvimento da economia do turismo em cada um dos entes municipalistas.

A fim de divulgar os estudos produzidos pelo órgão, iniciou-se a atualização do portal “Dados e Fatos” do MTur (<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>). Em resposta a esse trabalho, percebe-se uma evolução nos indicadores de acesso ao portal se comparado a 2018, conforme demonstrado a seguir.

Gráfico 2 – Evolução do número de usuários no portal Dados e Fatos - 2019 vs 2018



Fonte: MTur/Google Analytics

Com a inserção do tema inovação e a utilização de novas tecnologias, o MTur efetivou a contratação do Wakalua, visando a criação e consolidação de um hub de inovação para o turismo no Brasil. A iniciativa é para criar um espaço onde os diversos atores desse ecossistema – startups, investidores, academia, governo, turista, comunidades locais e empresários – possam se relacionar de forma facilitada e com o objetivo de benefícios mútuos, em prol do desenvolvimento do turismo. O Wakalua, uma parceria da OMT, é o primeiro hub global de inovação com foco no turismo. Por meio dessa contratação, pretende-se buscar soluções

inovadoras de TI que contribuam para o empreendedorismo e o fomento das atividades turísticas no País.

Em 2019, o MTur iniciou o desenvolvimento do DataTur, projeto abrangente que visa integrar, refinar, tratar, disponibilizar e comunicar dados do setor de turismo oriundos de fontes, internas e externas, a fim de promover políticas públicas adequadas a cada segmento turístico do Brasil. A primeira etapa, ainda em desenvolvimento, é a criação de painéis contendo dados, inclusive georreferências, de interesse do setor.

2.2.2. Promoção de Produtos Turísticos

Ao MTur é atribuída a responsabilidade de promover o setor e a comercialização de destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros. No âmbito do Programa do PPA 2016-2019, o órgão conduziu suas

ações de 2019 amparadas na Iniciativa 06J4 - Promoção, marketing e apoio à comercialização voltada para o incentivo a viagem no mercado doméstico.

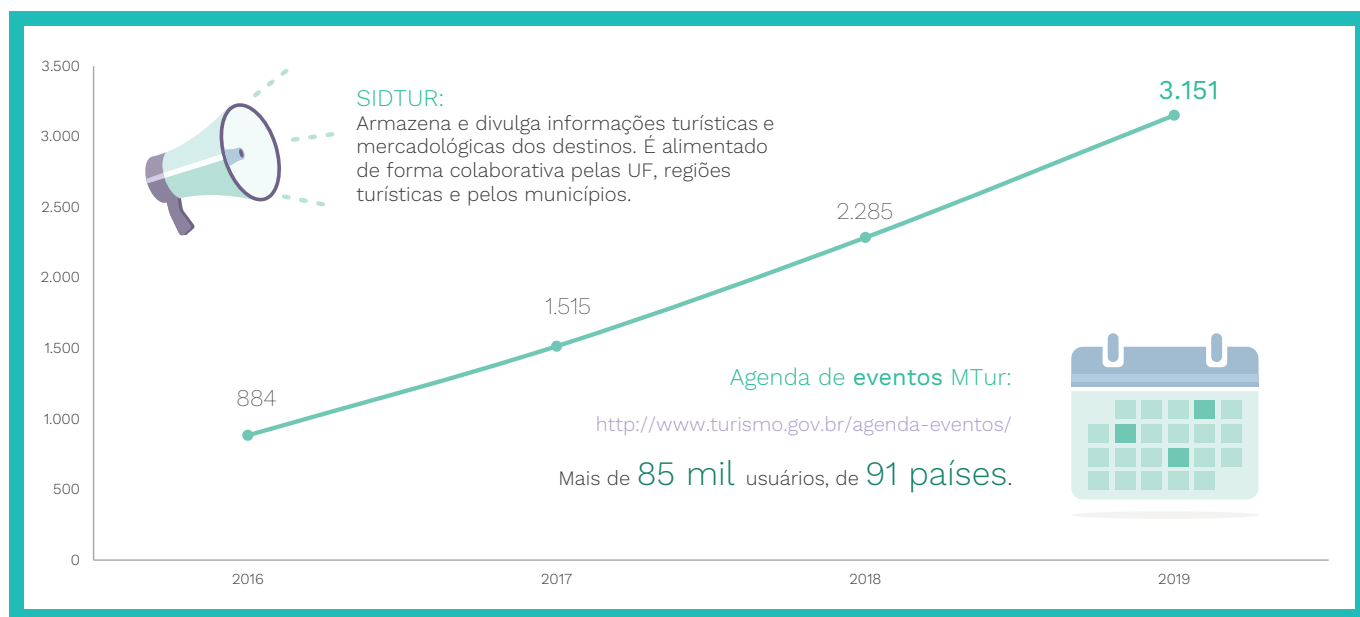
Sistema de Informações de Destinos Turísticos – SIDTUR

Com vistas a aumentar a competitividade do turismo brasileiro, foi dada continuidade à ação relacionada à Iniciativa 050B - Melhoria da informação turística nos destinos, sobretudo com a utilização de soluções de Tecnologia da Informação (TI) aplicadas ao setor, contido no PPA 2016-2019. O MTur reforçou a gestão do Sistema de Informações sobre Destinos Turísticos (SIDTUR), disponibilizado no endereço sidtur.turismo.gov.br.

O sistema objetiva a coleta e o gerenciamento de informações promocionais sobre os destinos turísticos brasileiros. Alimentado de forma colaborativa pelas Unidades da Federação (UF), regiões turísticas e municípios, o SIDTUR proporciona o armazenamento e a divulgação de informações turísticas e mercadológicas dos

destinos. A conclusão do primeiro módulo do sistema – que engloba informações turísticas sobre os destinos e imagens – permitiu o cadastramento de 458 novos municípios em 2019, além de 1.419 imagens, de 2.271 atrativos turísticos e de produtos associados ao turismo.

Por meio do sistema, o MTur também promove o Calendário Nacional de Eventos, instrumento de apoio à promoção nacional que divulga os eventos turísticos brasileiros. A ferramenta contou com número recorde de eventos cadastrados em 2019: 3.151, contra 2.285 no ano anterior. Mais de 85 mil usuários, de 91 países, acessaram a plataforma, disponível em www.turismo.gov.br/agenda-eventos, nesse ano.

Gráfico 3 – Eventos cadastrados no sistema SIDTUR - 2016-2019

Fonte: MTur.

Rede de Inteligência de Mercado no Turismo

A Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT) é uma ação contínua do MTur, iniciada em 2016, vinculada à Iniciativa 050I - Apoio ao empreendedorismo e assistência técnica para a melhoria dos serviços turísticos, do PPA 2016-2019. Trata-se de um ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências, de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados. Seus membros são representantes dos 27 órgãos oficiais de turismo das UFs, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), nacional e estadual, da Embratur e do MTur.

Além dos representantes, 2.968 pessoas encontram-se inscritas para receber as informações produzidas

no âmbito da rede (em 2018 os inscritos totalizavam 1.054). Em 2019, foram realizados três encontros nacionais entre os membros da RIMT, bem como foram produzidos dois boletins informativos, disponíveis no link www.turismo.gov.br/rimt.

Figura 13 – Marca Rede de Inteligência de Mercado no Turismo

Fonte: MTur

Investe Turismo

O Investe Turismo é um programa criado pelo MTur, Sebrae e Embratur em 2019 que visa promover a convergência de ações e investimentos para acelerar

o desenvolvimento, gerar empregos e aumentar a qualidade e competitividade de 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil. Nele, 158 municípios

brasileiros são o foco de um amplo pacote de investimentos, incentivos a novos negócios, acesso ao crédito, melhoria de serviços e inovação, voltados para o setor de turismo. Um dos eixos estratégicos do programa é o marketing turístico e apoio à comercialização, além do fortalecimento da governança, melhoria de serviços e atrativos turísticos e atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros.

Em 2019, no âmbito do referido programa, foram realizados 27 Seminários Investe Turismo, em cada uma das UFs, para apresentar aos atores públicos e privados ligados à atividade turística as ações do programa, assim como linhas de crédito e outros mecanismos para auxiliar na estruturação e formalização da atividade turística.

Paralelamente trabalhou-se na construção do Plano de Desenvolvimento Turístico que visitou destinos como Serra da Capivara/PI, Angra dos Reis/RJ, Rota das Emoções/MA, PI e CE, Jalapão e parques nacionais do Rio Grande do Sul/RS. Durante essas visitas foi realizado um levantamento multisetorial sobre os principais desafios e oportunidades dos destinos, com o intuito de elaborar um plano único para o desenvolvimento dos municípios que integram cada rota.

Afiançado como iniciativa prioritária para o Governo Federal, o programa ganhou ainda mais importância para a pasta que destinou a liberação do valor de aproximadamente R\$ 121 milhões em recursos para a melhoria da infraestrutura dos destinos.

Para os exercícios de 2020 e 2021 estão previstas vultuosas ações dentro programa, cabendo mencionar: campanhas de marketing turístico, um Plano Integrado de Posicionamento de Imagem do Brasil, estudos e pesquisas de inteligência mercadológica, visitas de familiarização para operadores de turismo, participação em feiras e eventos de promoção turística, realização de encontros e jornadas de negócios, um Plano Nacional de Atração de Investimentos para o Brasil, portal online para atração de investidores, portfólios com oportunidades de implantação de novos empreendimentos e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Destinos Turísticos Inteligentes.

Figura 14 – Marca Investe Turismo



Fonte: MTur

Prêmio Nacional de Turismo

O Prêmio Nacional do Turismo, é uma iniciativa do MTur em parceria com o CNT, cujo objetivo é identificar, reconhecer e premiar iniciativas de destaque do turismo e profissionais que tenham inovado ou trabalhado de forma proativa para o desenvolvimento do setor no País. A premiação possui caráter simbólico, sem valor comercial ou financeiro, e é concedida na forma de troféus ou

medalhas e certificados, entregues aos primeiros colocados de cada modalidade. Criado em 2018, sua 3ª edição está prevista para 2020. Em 2019, 33 iniciativas, de 11 categorias, além de 8 profissionais de diferentes categorias, foram premiadas. De modo a divulgar as iniciativas e profissionais de destaque foi elaborada uma publicação com os premiados.

Definição de destinos para promoção dos produtos turísticos brasileiros

Estratégia prevista no PNT 2018-2022, a definição dos destinos brasileiros prioritários para a promoção

nacional e internacional objetiva orientar o mercado quanto aos principais produtos formatados

atualmente no Brasil. Em 2019, com o intuito de aperfeiçoar o planejamento de ações voltadas para a promoção e comercialização, 217 destinos foram listados e foi elaborada uma proposta de metodologia para segmentação desses destinos,

que consiste em otimizar recursos públicos, maximizar os resultados das ações promocionais nos mercados prioritários e ampliar a utilização da inteligência de mercado para fins promocionais.

Apoio à Comercialização do Turismo e Posicionamento de Mercado

A fim de aproximar os fornecedores de produtos turísticos brasileiros com os principais atores do setor privado, ao longo do ano de 2019, o MTur promoveu ações de apoio à comercialização e ao posicionamento de mercado para os principais segmentos turísticos em eventos institucionais dos quais o órgão participa. A exemplo, cite-se sua participação na feira "WTM Latin America", ocorrida em São Paulo/SP no mês de abril, na "Experiência

Braztoa Nordeste", realizada na Bahia/BA em agosto e na EXPO Abav 2019, que ocorreu em São Paulo/SP em setembro.

Nos eventos o MTur promoveu produtos de experiências existentes, especificamente relacionadas às Unidades de Conservação Federais (parques nacionais) e às rotas do Programa Investe Turismo.

Apoio aos Segmentos Turísticos

O MTur realizou, no decorrer de 2019, um levantamento dos segmentos turísticos brasileiros, com o objetivo de atrelar os destinos nacionais a suas principais ofertas. Para iniciar, foram abordados o Turismo Gastronômico e o Turismo Religioso.

Uma das fontes utilizadas para compor tal levantamento foi o conhecimento de técnicos dos órgãos estaduais de turismo e das unidades dos Sebrae localizadas em todas as Unidades da Federação brasileiras.

O resultado foi a elaboração da 5ª edição do Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo (BIMT), que apresentou o Mapeamento do Turismo Religioso no Brasil, abordando informações, por UF, sobre os principais destinos brasileiros desse segmento, seus principais atrativos, principais eventos e religiões relacionadas. Outro resultado desse mapeamento dos segmentos turísticos foi a elaboração do Mapa do Turismo Gastronômico no Brasil.

Figura 15 – Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo



Fonte: MTur

2.2.3. Promoção e Incentivo a Viagens

O MTur tem papel fundamental na economia do turismo, estimulando a cadeia turística doméstica e, por isso, em 2019, realizou uma série de ações de promoção e campanhas de propaganda e publicidade nacional, bem como de apoio aos destinos turísticos brasileiros. Essas ações de comunicação e criação de campanhas são

segmentadas em acordo com o público-alvo da campanha, com a intermediação de duas agências de publicidade, selecionadas em edital de concorrência, a Agência Nacional de Propaganda Ltda. e Propeg de Comunicação S/A.

Com o aporte de R\$ 64.318.902,12¹, as seguintes campanhas foram realizadas em 2019²:

Turismo Sustentável e Infância – Carnaval

Objetivo: proteção dos direitos da criança e do adolescente, com a divulgação do canal de denúncia.

Resultados: a campanha atingiu mais de 30 milhões de pessoas, acompanhada do aumento de mais de 40% no número de denúncias pelo Disque 100 (comparação entre março e fevereiro de 2019).

Custo: R\$ 3.758.271,95.

Campanha Festejos Juninos

Objetivo: impulsionar e enaltecer os festejos juninos.

Custo: R\$ 8.944.854,52.

Campanha Copa América

Objetivo: estimular o turismo dentro do Brasil, no período de realização da Copa América no País e das férias de julho.

Resultados: a campanha atingiu mais de 47,9 milhões de pessoas.

Custo: R\$ 4.373.496,03.

Campanha Rally dos Sertões

Objetivo: reforçar o evento como uma plataforma de divulgação dos destinos turísticos por onde a prova passa.

Custo: R\$ 407.101,90.

Figura 16 – Campanha Festejos Juninos



Fonte: MTur

Divulgação do Curso de Atendimento ao Turista

Objetivo: divulgar a abertura das inscrições para o Curso de Atendimento ao Turista.

Custo: -

Campanha Gastronomia

Objetivo: estimular o turismo interno enaltecendo a diversidade da gastronomia brasileira, durante o verão, de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020.

¹ Desse total, R\$ 1.341.119,07 refere-se a demandas internas para produção de artes, mídia e impressos institucionais.

² As campanhas realizadas ao final de 2019 ou em veiculação ainda não apresentam relatório de impacto dos esforços de comunicação.

Custo: R\$ 13.999.158,77 (fase 1) e R\$ 29.039.307,50 (fase 2).

Campanha Cadastur

Objetivo: divulgar sobre a obrigatoriedade do cadastro no Cadastur aos prestadores de serviços turísticos.

Custo: R\$ 861.476,19.

Prêmio Nacional do Turismo

Objetivo: divulgar o 2º Prêmio Nacional do Turismo, para profissionais e iniciativas relevantes do setor turístico, incentivando novos projetos e aumento de investimentos no setor.

Custo: R\$ 496.289,96.

Campanha A Hora do Turismo

Objetivo: divulgar o programa A Hora do Turismo, demonstrando o impacto do setor turístico na economia do país.

Custo: R\$ 674.536,67.

Figura 17 – Campanha A Hora do Turismo



Fonte: MTur

Apoio a propostas de cunho promocional para os destinos turísticos brasileiros

Em 2019, o Ministério apoiou oito projetos, que totalizaram um investimento de R\$ 9.247.459,18, por

meio de convênios com recursos provenientes de Emendas Parlamentares Impositivas.

2.2.4. Promoção e Eventos Turísticos

A participação do MTur em eventos intrínsecos e temáticos do turismo, vinculada à Iniciativa 06J4 - Promoção, marketing e apoio à comercialização voltada para o incentivo à viagem no mercado doméstico, do PPA 2016-2019, tem como objetivo o fortalecimento da instituição pela disseminação de seus programas e projetos.

Nesse contexto, no exercício de 2019, foi priorizada a busca pela consolidação do espaço "Destinos do Brasil" nas feiras de turismo nacionais, por meio do apoio a parceiros estaduais em estandes compartilhados, reforçando o conceito de "Brasil" e competindo com os destinos internacionais que participam como expositores em eventos de médio e grande porte. O suporte do MTur foi acompanhado pela participação de Secretarias de Turismo

Estaduais e/ou Distrital em aproximadamente 82% dos referidos eventos.

Figura 18 – Espaço "Destinos do Brasil"



Fonte: MTur

Além disso, no âmbito da Iniciativa 05P6 - Apoio à comemoração de réveillon, carnaval, festas juninas e eventos estimuladores de fluxo turístico, do PPA 2016-2019, o MTur apoiou a realização dessas comemorações geradoras de fluxos por serem umas das principais motivações de viagens para os destinos brasileiros, criando atratividades para períodos específicos, o que contribui para a diminuição da sazonalidade de alta temporada.

Em 2019, houve a atuação em 11 eventos nacionais que contaram com a participação institucional por

meio de estande. O órgão apoiou diretamente a participação de Secretarias de Turismo Estaduais e/ou Distrital em 9 deles, portanto, apenas 2 tiveram ações exclusivas do MTur. Desses 9 eventos que contaram com alguma forma de apoio ministerial aos estados, em 66,7% foram disponibilizadas áreas de atendimento no próprio estande e em 33,3% foi disponibilizado um espaço coletivo para os parceiros estaduais apresentarem seus produtos.

2.2.5. Qualificação do Turismo

Ao MTur compete promover a qualificação e a capacitação de pessoas para a atividade do turismo e a implementação de políticas que viabilizem a colocação profissional dessas pessoas no mercado de trabalho. Além disso, cabe ao órgão orientar e supervisionar a execução de iniciativas de

qualificação dos serviços turísticos. Assim, em 2019, amparado na Iniciativa 05OE - Promoção da qualificação de profissionais, visando a melhoria da prestação de serviços no setor de turismo, do PPA 2016-2019, o MTur deu continuidade às principais ações de qualificação para o setor.

Qualificação Profissional

A qualificação profissional tem por finalidade fomentar a elevação contínua na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários e contribuir para a permanência dos profissionais de turismo por mais tempo no mercado de trabalho. Nessa perspectiva de capacitar para melhor atender, foram desenvolvidas as seguintes ações no exercício de 2019:

- Qualificação de profissionais que atuam no atendimento ao turista, por intermédio do curso de Atendimento ao Turista - Brasil Braços Abertos – 3ª edição, que tem por objetivo promover a elevação de qualidade no atendimento e aperfeiçoamento profissional, com carga horária de 80 horas;
- Qualificação de atores institucionais, em especial os gestores das políticas públicas do Turismo, com idade igual ou superior a 18 anos, atuantes no desenvolvimento do turismo, por meio do curso Gestor de Turismo – 2ª edição, com carga horária de

50 horas;

- Formação Inicial e Continuada (FIC) de pessoas que desejam ingressar no mercado de trabalho e aqueles também que já estão inseridos, por intermédio do PRONATEC TURISMO, com carga horária mínima de 160 horas; e
- Capacitação profissional técnica de estudantes regularmente matriculados no ensino médio, por intermédio do MedioTec, nas modalidades presencial e a distância, com carga horária de 800 a 1.200 horas, respectivamente.

O ano de 2019 contabilizou o total de 5.547 pessoas qualificadas, sem aporte de recursos orçamentários pelo MTur para o resultado de qualificados alcançado. Ainda, com o intuito de impulsionar e promover a qualificação dos profissionais e dos produtos relacionados ao setor, foram celebrados os seguintes instrumentos em 2019:

Tabela 1 – Instrumentos celebrados para promoção e qualificação de profissionais e produtos

INSTRUMENTO	PARTÍCIPE / CONTATO	OBJETO	VALOR
Convênio - Emenda Parlamentar	Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo	Realizar encontros regionais de qualificação do turismo nas 10 regiões turísticas do Estado de Goiás.	R\$ 200,000.00
Convênio Convênio - Emenda Parlamentar	Secretaria de Estado de Turismo do Amapá (SETUR/AP)	Promover a Qualificação e o Aperfeiçoamento de profissionais que atuam na organização e planejamento do Turismo Receptivo do município de Macapá.	R\$ 170,000.00
Termo de Execução Descentralizada	Universidade de Brasília (FUB/UnB)	Desenvolvimento de referenciais metodológicos para a implantação do Plano Nacional de Qualificação em Turismo (MTur, 2018) na base territorial – local e regional.	R\$ 923,790.00
Termo de Execução Descentralizada	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)	Oferta de vagas em cursos de idiomas Inglês e Espanhol na modalidade "Educação a Distância – Semipresencial.	R\$ 3,818,868.00
Contrato Administrativo	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Contratação de serviços de elaboração de conteúdo didático-pedagógico em consonância com a proposta do designer do 3º Nível da metodologia de "Desenvolvimento de Atores Institucionais no Planejamento e Gestão de Políticas Públicas em Turismo.	R\$ 955,841.10

Fonte: MTur

2.2.6. Regulação do Turismo

Na competência do MTur está incluída a atribuição de coordenar, monitorar e exercer projetos e ações de regulação, cadastramento, fiscalização, classificação e qualificação de serviços turísticos e apoiar a certificação de atividades, serviços e empreendimentos turísticos, com vistas à formalização da atividade do setor. Dessa forma, com base na Iniciativa 050H - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços turísticos do PPA 2016-2019, o órgão atuou para fortalecer a formalização do setor.

O sistema do Cadastur continuou sendo o mais importante instrumento do MTur para formalização do universo de prestadores de serviços turísticos. Interligado com bases de dados de outros órgãos do governo, a exemplo da Receita Federal, o sistema atesta a legalidade e a formalidade dos prestadores de serviços turísticos e viabiliza a fiscalização dos prestadores de serviços que operam em seu âmbito.

A fiscalização, no âmbito do órgão, tem o atributo de sensibilizar os prestadores para a importância da formalização, o que tem resultado, tanto em novos registros cadastrais, quanto na tempestiva atualização dos registros existentes. Visando a atingir um número ainda maior de prestadores, acordos de cooperação foram celebrados com as secretarias estaduais de turismo de todas as UFs. Os acordos permitem ao Ministério descentralizar ações de cadastramento e fiscalização às secretarias estaduais. Para o ano de 2020, o MTur pretende ampliar suas parcerias para além do âmbito estadual. A ideia é descentralizar atividades, também, para os municípios de maior potencial turístico.

Em 2019, a desburocratização do cadastro, a fiscalização e a sensibilização dos prestadores de serviços turísticos geraram um aumento de 26% no número de cadastros, comparado a 2018, chegando a um total de 98.643 cadastrados.

2.2.7. Promoção do Turismo Responsável

As ações referentes à iniciativa de promoção do Turismo Responsável realizadas em 2019 foram desenhadas com base em uma estratégia mais eficiente buscando fortalecer a atuação do MTur na produção associada ao turismo e no turismo de base local, de forma a agregar valor aos destinos, com a incorporação de novos produtos à oferta turística, como os de agropecuária, artesanato, manifestações culturais e gastronomia, bem como o aproveitamento das potencialidades locais para o desenvolvimento sustentável do turismo por meio de práticas promocionais em eventos relevantes do setor e de articulação institucional.

Nesse contexto, o MTur realizou pesquisa aplicada, com o apoio técnico-científico Universidade Federal Fluminense (UFF), para desenhar ação de promoção da gastronomia brasileira associada aos produtos da agricultura familiar junto ao setor de turismo, como estratégia de diversificação da oferta turística, inclusão social e geração de trabalho e renda. A parceria com a Universidade envolveu aporte no valor de R\$ 402.135,97 do MTur.

Ainda na temática, foi celebrado um acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF). A ação busca fomentar a demonstração e comercialização de alimentos e bebidas oriundos da produção de agricultores familiares de diversas regiões brasileiras, como a montagem do Empório

Gastronômico e da Cozinha Show, na Feira Internacional de Turismo (ABAV Expo 2019) e no Festival Internacional de Turismo de Gramado (31º FESTURIS). Nesses eventos foram apresentados produtos advindos, majoritariamente, de processos certificados de produção orgânica e sustentável.

Figura 19 – Promoção do turismo sustentável



Fonte: MTur

Sustentabilidade e acessibilidade

Em 2019, tendo como amparo a Iniciativa 050K-Promoção da sustentabilidade e da acessibilidade dos destinos, produtos e serviços turísticos, do PPA 2016-2019, o MTur conduziu ações para impulsionar a adoção de boas práticas em sustentabilidade como diferencial dos destinos turísticos brasileiros.

Nesse contexto, formalizou uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(UFRN), que consiste em orientar destinos de praias urbanas quanto à implementação de ações de gestão responsável da orla, incentivando a adoção de boas práticas em sustentabilidade por gestores públicos, comunidade local e turistas visitantes, especialmente quanto a destinação correta de resíduos sólidos, a redução do consumo de plástico de uso único, a preservação dos recursos naturais, o

respeito à fauna marinha e a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A execução das ações iniciou em 2019 e a previsão de conclusão é 2023, com o investimento total no valor de R\$ 4.224.811,11 por parte do MTur.

Além disso, ainda objetivando o desenvolvimento dos destinos de forma responsável, inclusiva, solidária e cidadã, o MTur lançou o documento Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil em julho de 2019.

Enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes

Fundamentado na Iniciativa 05OL- Enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes no turismo, por meio de ações de capacitação e sensibilização de turistas e profissionais do setor, do PPA 2016-2019, bem como no Código de Ética Mundial para o Turismo da OMT, organização da qual o Brasil é membro, o MTur buscou incentivar a adoção de códigos de conduta profissional ou outras práticas responsáveis em conformidade para proteção de crianças e adolescentes ao longo de 2019.

Partindo dessa premissa, o MTur criou o hotsite (<http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/>) e o sistema de adesão ao Código de Conduta para a proteção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, direcionado aos prestadores de serviços turístico. O objetivo é fazer as empresas e prestadores de serviços turísticos assumirem os compromissos estabelecidos no Código de Conduta, adotando uma posição explícita de repúdio à violência sexual contra o referido grupo. Ainda, com o intuito de disseminar e propagar o Código, houve a criação da sua marca, o "asterisco", com a criação de peças promocionais

como folder, banner, animação para a sua divulgação nas mídias sociais e eventos do setor.

Em 2019, para o período do Carnaval, foi criada e veiculada, em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), a campanha "Fique de olho, quem finge que não vê vira cúmplice", com filme e peças para as mídias sociais e aeroportos, por ser este um período que tradicionalmente movimenta um grande número de visitantes nacionais e internacionais no País. O MTur também promoveu uma ação conjunta com o Grupo de Ação Regional das Américas (GARA), em comemoração ao "Dia Mundial Contra a Escravidão Infantil", para mobilizar o setor de turismo na América Latina na Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo (ESCA-VT). O órgão compartilhou as ações do Brasil de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como os resultados do monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (PNEVSCA).

2.3. Estruturação do Turismo

No exercício de 2019, o Ministério concentrou ações na melhoria do ambiente de negócios, com o objetivo de promover a atração de investimentos no setor turístico do país e ampliar o financiamento para micro e pequenas empresas, credenciando nove novos agentes financeiros que passaram a executar os recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), em apoio à infraestrutura turística das regiões, bem como na promoção e fortalecimento das instâncias de governança de turismo.

As ações do MTur voltadas para ampliar e aprimorar a infraestrutura turística são amparadas nas seguintes iniciativas do PPA 2016-2019: 05OC - Apoio aos entes públicos na contratação e na execução de projetos com recursos oriundos de financiamentos externos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR); 05OD - Melhoria da infraestrutura turística por meio de repasse de recursos para estados e municípios; 05OF - Apoio a ações de

promoção e de atração de investimentos privados, por meio da disseminação de informações ao investidor e da articulação junto ao setor privado, aos órgãos federais e aos entes subnacionais que atuem na promoção de investimentos; 05OG - Promoção de linhas de financiamento para o turismo por meio da interlocução com instituições financeiras e com agentes do setor privado.

No que tange às obras de infraestrutura turística, em 2019, foram aprovadas 615 propostas,

correspondendo a aproximadamente ao montante de R\$ 490 milhões, empenhados para a execução de projetos estruturantes para o setor. Foram gerenciados mais de 1.500 projetos, cujos repasses totalizam a quantia de R\$ 1,24 bilhão, sendo finalizadas mais de 850 obras no País, com investimento superior ao valor de R\$ 600 milhões. Entre os projetos mais relevantes, citamos a revitalização da orla da Ponta de Humaitá, em Salvador/BA, e a ampliação do Cento de Eventos Fenachamp, em Garibaldi/RS.

2.3.1. Infraestrutura Turística

A implantação da infraestrutura turística é um dos importantes instrumentos para o desenvolvimento do turismo brasileiro, cujo objetivo do MTur é desenvolver o turismo nos municípios, permitindo a expansão da atividade e a melhoria do produto para o turista nas diversas regiões do País.

Por meio de recursos oriundos da Programação Orçamentária do Ministério, bem como de emendas ao orçamento, este Ministério promove a celebração de contratos de repasse com estados, municípios, o Distrito Federal/DF e Consórcios Públicos, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) a sua mandatária. Dentro da Ação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, foram apoiados, em 2019, 615 novos projetos de infraestrutura, com um total

de repasse no valor de R\$ 486.911.623,47, atingindo 77,75% da meta prevista de 800 projetos empenhados para o exercício.

Em relação a obras em andamento, de contratos celebrados em exercícios anteriores, foram concluídas 932 obras, representando 100 % da meta anual.

Destaque-se também a execução da Ação 14TJ e mais cinco ações com a finalidade de promover a infraestrutura turística dentro do Programa PAC Turismo, os quais foram empenhados para as referidas ações o montante superior a R\$ 86 milhões.

Tabela 2 – Execução das ações do Programa PAC Turismo

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUAL (R\$)	EMPENHADO (R\$)
7XB6 - Apoio para Requalificação da Orla do Rio Branco/Bacia do Caxangá	35.625.000	25.625.000	25.625.000
14TJ - Participação da União na Implementação do Prodetur	9.025.001	9.025.001	9.021.110
15P0 - Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101	15.103.127	15.103.127	15.103.127
15P1 - Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba	12.150.002	12.150.002	12.150.002
15P2 - Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia AL-230 - entroncamento AL-110 até o entroncamento da BR-101	15.103.127	15.103.127	15.103.127
15P3 - Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101	9.028.126	9.028.126	9.028.126
TOTAL	96.034.383	86.034.383	86.030.492

Fonte: MTur

Quanto à gestão dos contratos, foram supervisionados, 65 contratos de repasse, que somam o valor de R\$ 75,3 milhões em recursos públicos investidos em obras estruturantes para o turismo, selecionados conforme critérios estabelecidos no artigo 25 da Portaria GM/MTUR nº 39, de 10 de março de 2017, o qual define para essa atividade a amostragem de 5% do número de contratos celebrados no exercício anterior, observando-se aspectos de relevância e criticidade.

No que se refere aos convênios, foram gerenciados 8 instrumentos, que totalizam o valor de R\$ 79.157.348,00 (distribuídos nos estados de Alagoas/AL, Ceará/CE, Bahia/BA, Rio Grande do Norte/RN e São Paulo/SP).

Em relação à celebração de Termos de Execução Descentralizada, foi realizado o acompanhamento de 4 instrumentos, que somam um valor total de R\$ 16.034.113,25.

Tabela 3 – Celebração de Termos de Execução Descentralizada

PARTÍCIPE / CONTATO	OBJETO	VALOR (R\$)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Restauração e requalificação urbanística do Complexo Ferroviário de Rosário/MA.	7.720.213,44
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Elaboração de projetos, visando à implantação do Instituto Biodiversidade do Bioma Savana na UFMS, no Campus de Bonito – CPBO.	743.392,00
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Atualização de guia de sinalização turística e seminário sobre as fortificações.	370.507,81
Companhia de Desenvolvimento das Bacias dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)	Execução de obras de estruturação turística em municípios de Minas Gerais.	7.200.000,00

Fonte: MTur

2.3.2. Ordenamento do Turismo

O ordenamento do turismo é realizado por meio do fomento à mobilização da iniciativa pública e privada, disponibilidade de linhas de crédito especiais, ações para captação de investimentos

nacionais e internacionais para o setor de turismo brasileiro, além de ações de mapeamento, gestão e planejamento territorial.

Atração de Investimentos

No ano de 2019, foram investidos o valor de R\$ 1,2 milhão para fomentar a atração de investimentos no setor turístico brasileiro. O MTur participou de cinco eventos, no Brasil e no exterior, sendo eles o *Marché International des Professionnels de l'immobilier* (MIPIIM), em Cannes, França; o Fórum Global de Economia do Turismo (GTEF), em Macau, China; *World Travel Market Latin America* (WTM) e ABAV Expo, ambos em São Paulo/SP; e o 31º Festuris, em Gramado/RS. Ressalta-se que a participação no

GTEF resultou na conquista de agenda com grandes investidores do ramo de resorts integrados.

Durante o MIPIIM foi apresentado um portfólio de projetos de empreendimentos do setor de turismo com valor superior a R\$ 8 bilhões. Foram realizadas reuniões com o objetivo de aproximar os investidores brasileiros, além de um painel com a apresentação deste mercado. Nos demais eventos, a participação institucional focou na apresentação

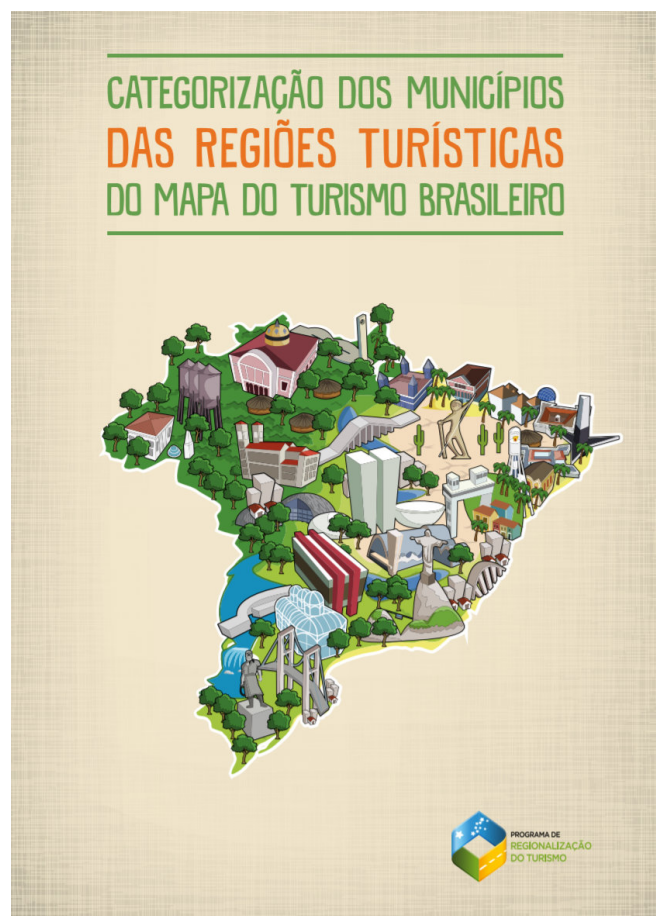
dos trabalhos do MTur para o setor, além da busca para fomentar a infraestrutura turística do Brasil, por meio de ações com investidores em reuniões agendadas. Para a disseminação de informações ao investidor e da articulação junto ao setor privado,

foram elaborados o roteiro do vídeo institucional para Atração de Investimentos e a Cartilha do Investidor para entrar no Mercado de Empresas Aéreas no Brasil.

Regionalização do Turismo

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros, tendo como objetivo principal o apoio na estruturação dos destinos, na gestão descentralizada e na promoção do turismo no País.

Figura 20 – Cartilha de categorização do municípios



Fonte: MTur

Ressalta-se ainda, que o Programa elaborou e publicou cartilhas institucionais referentes aos

temas: Orientações Técnicas para a Criação de Conselhos Municipais de Turismo; Regionalização - Sensibilização e Mobilização; Regionalização - Institucionalização da Instância de Governança Regional e Documento Orientador Instância de Governança Regional, além do Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021, para auxiliar os gestores estaduais, regionais e municipais no desenvolvimento de suas ações em consonância ao Programa de Regionalização do Turismo.

No ano de 2019 foi realizado um esforço na promoção das Instâncias de Governança Regional (IGRs) e dos Conselhos Municipais de Turismo. As Instâncias são organizações encarregadas da coordenação e do acompanhamento da gestão da região turística e os Conselhos são espaços públicos de composição plural que permitem uma maior interação do poder público com a sociedade civil. Após os novos critérios para participar do Mapa, foram formalizadas 100 IGRs e comprovada a existência de 2.694 Conselhos Municipais.

Para o fortalecimento da Rede de Regionalização, foram realizados por meio do PRT + Integrado o atendimento a mais 70 IGR's, com a promoção e a troca de experiência entre líderes das governanças turísticas regionais de todo o Brasil e as áreas técnicas do MTur, aprimorando a comunicação entre as partes, além da qualificação técnica dos gestores municipais, regionais e estaduais que atuam no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo.

O Mapa do Turismo Brasileiro, instrumento que orienta a atuação do MTur, no que concerne ao desenvolvimento das políticas públicas, foi atualizado em 2019 e, atualmente, conta com 2.694

municípios, divididos em 333 regiões turísticas. Ressalta-se que os municípios que o compõem foram indicados e validados pelos órgãos estaduais de turismo juntamente com os interlocutores estaduais do Programa de Regionalização do Turismo e as Instâncias de Governanças Regionais, a partir de critérios construídos em conjunto com o MTur, pela Portaria GM/MTUR nº 192, de 27 de dezembro de 2018.

À Categorização, instrumento que serve para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam nas regiões do Mapa do Turismo Brasileiro, foi acrescentada a variável “arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem”, por meio da Portaria GM/MTur nº 249, de 01 de agosto de 2019.

Tabela 4 – Categorização dos municípios

CATEGORIA	Nº DE MUNICÍPIOS	% DE MUNICÍPIOS NO MAPA	VALOR MÉDIO (NÃO PADRONIZADO)				
			EMPREGOS FORMAIS DE HOSPEDAGEM	ESTABELECIMENTOS FORMAIS DE HOSPEDAGEM	ESTIMATIVA DE TURISTAS INTERNACIONAIS	ESTIMATIVA DE TURISTAS DOMÉSTICOS	ARRECAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM (R\$)
A	62	2,30%	2.267	123	133.973	1.580.039	40.357.359,91
B	257	9,54%	277	25	5.810	168.844	2.843.975,05
C	476	17,67%	58	8	746	41.853	518.588,76
D	1.522	56,50%	8	2	144	7.027	67.587,08
E	377	13,99%	0	0	0	0	0,00

Fonte: MTur

Por fim, entende-se como pontos fortes do PRT: a interlocução com a rede de interlocutores representada pelas 27 Unidades Federativas; o debate da política pública nos municípios e aproximação com a iniciativa privada; a descentralização dos recursos para o fortalecimento; e as ações regionais integradas e mais efetivas. Entre as principais fragilidades, têm-

se: o desnivelamento entre as esferas estaduais com as políticas públicas de turismo entre as IGRs, em nível de organização, gestão, desenvolvimento e qualificação; a não possibilidade de repasse de recursos para as IGR's; e a sustentabilidade econômica dessas Instâncias, tendo em vista a falta de apoio financeiro.

Fundo Geral de Turismo - Fungetur

Trata-se de um Fundo de financiamento que viabiliza crédito competitivo para empresários do ramo do turismo, elevando o nível dos serviços prestados ao turista, expandindo as oportunidades de instalação de novos negócios, gerando emprego e renda em atividades direta ou indiretamente ligadas ao turismo.

Em 2019, conforme já foi mencionado, o MTur credenciou novos agentes financeiros para executar os recursos do Fungetur, ampliando de 8 para 17 o

número de instituições habilitadas, buscando criar condições favoráveis aos investimentos no setor de turismo para proporcionar crédito competitivo.

Dessa forma, no ano o Fungetur financiou 214 empreendimentos turísticos, no valor total de R\$ 116,3 milhões, em 104 municípios, distribuídos em 8 estados brasileiros (Espírito Santo/ES, Minas Gerais/MG, Mato Grosso/MT, Paraná/PR, Rio Grande do Sul/RS, Sergipe/SE, Santa Catarina/SC e São Paulo/SP), gerando 2.249 empregos no setor de turismo

brasileiro, abrangendo diversos segmentos turísticos e beneficiando micro e pequenos empresários com oportunidades de financiamento para obras civis, compra de equipamentos turísticos e financiamento do capital de giro (a cobertura de fundos de garantia).

Por fim, objetivando minimizar os efeitos causados pelo episódio do derramamento de óleo no litoral brasileiro, o risco de desistência da procura pelos

destinos turísticos daquelas regiões e o seu impacto direto na redução no Produto Interno Bruto (PIB) do Turismo, além das ações implementadas pelo Governo Federal, o MTur com a finalidade de ajudar os pequenos empreendimentos turísticos a superar uma possível retração de suas atividades, durante este período ofertou cerca de R\$ 200 milhões da linha de crédito do Fungetur, por meio de agentes financeiros, com condições de prazos e custos diferenciadas.

Prodetur + Turismo

O Prodetur+Turismo apoia o setor público e a iniciativa privada no acesso a recursos de financiamentos nacionais e internacionais, na implementação de projetos para o desenvolvimento e a estruturação dos destinos turísticos no Brasil. O Programa analisou, em 2019, 180 propostas, com expectativa de financiamentos que somam a quantia de R\$ 5,2 bilhões.

Uma das principais ações é o Selo+Turismo, que identifica os planos e os projetos prioritários ao desenvolvimento do turismo, nos municípios e nas regiões turísticas. Além do apoio financeiro dos bancos parceiros, disponibiliza-se também apoio técnico e operacional na elaboração e na preparação dos projetos por parte do MTur e demais parceiros.

Figura 21 – Selo +Turismo



Fonte: MTur

2.3.3. Aperfeiçoamento da legislação e melhoria do ambiente de negócios

Dentre as iniciativas do PNT 2018-2022, destaca-se o chamamento a “aperfeiçoar a legislação do setor de turismo, com vistas a estruturar a atividade turística, melhorar o ambiente de negócios e estimular os investimentos”.

As condições brasileiras (jurídico-burocráticas e de custos) são consideradas um dos gargalos para o desenvolvimento desse setor, que se encontra em expansão em todo o mundo, com o crescimento médio de pelo menos 4% em todos os principais mercados em 2018, segundo o *The Global Attractions Attendance Report*.

Neste âmbito, destacamos a publicação do Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019, que instituiu a dispensa de visto de visita para os turistas da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão, potencializando o aumento da chegada de visitantes estrangeiros ao Brasil. E também a aprovação, no plenário da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) nº 1.829/2019, de autoria do MTur, que moderniza a Lei Geral do Turismo, e aguarda a votação no Senado Federal.

Por meio da articulação do setor com o parlamento foi possível a aprovação da Medida Provisória (MP)

nº 863, de 13 de dezembro de 2018, convertida na Lei nº 13.842, de 17 de junho de 2019, com a abertura do mercado brasileiro para participação de 100% de capital estrangeiro em empresas aéreas nacionais, com permissão para operarem no País, aumentando a concorrência e, com a expectativa de redução do custo das passagens, para atrair, não apenas o turista estrangeiro, mas também criar condições para o próprio brasileiro viajar pelos destinos nacionais.

Registre-se, igualmente, a edição da MP nº 907, de 26 de novembro de 2019, que dentre seus dispositivos, extinguiu a cobrança do pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) sobre direitos autorais pela retransmissão radiofônica em quartos de hotéis e em cabines de embarcações turísticas, como navios de cruzeiros, com impacto direto no valor das diárias. E garantiu a vigência de benefícios nos valores das alíquotas do Imposto de Renda cobradas sobre operações de leasing de aeronaves e nas operações de remessas

ao exterior, para viagens. No que tange à meta do PNT 2018 -2022, de “aumentar o número de turistas estrangeiros visitando o Brasil, do atual patamar de 6,6 milhões para 12 milhões, e aumentar a receita gerada por esses turistas, de US\$ 6,5 bilhões para 19 bilhões, o Ministério logrou, por meio da publicação da MP 907/2019 (convertida na Lei nº 14.002/2020), a transformação do Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, Serviço Social Autônomo, com fonte de recursos própria, e um modelo institucional mais contemporâneo e ágil, com possibilidade de parcerias e ações integradas com outros órgãos governamentais e a iniciativa privada, possibilitando uma atuação competente para reposicionar o Brasil no mercado turístico internacional. Por fim, outra importante conquista para a melhoria do ambiente de negócios, foi a isenção permanente de imposto de importação de equipamentos para parques temáticos e aquáticos no Brasil.

2.4. Integração Interinstitucional do Turismo

Considerando à intersetorialidade das políticas públicas do turismo, um dos principais papéis do MTur é o de articulação de políticas e ações integradas, de forma a promover a cooperação com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, do setor produtivo e do terceiro setor em projetos que contribuam para o fortalecimento e o desenvolvimento do turismo nacional. Na execução desse papel, em 2019 o órgão conduziu a articulação amparado pelo PPA 2016-2019, na Ação 20Y4 – Articulação e Ordenamento Turístico, cuja iniciativa é o apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional do

Turismo, bem como na Ação 218H - Sustentabilidade, Formalização e Posicionamento de Produtos e Destinos Turísticos

Nesse sentido, o órgão definiu temas sensíveis nos quais a articulação é fundamental para estimular destinos e produtos com vocação turística, ainda, subaproveitados. Assim, com a reestruturação do MTur, por meio do Decreto nº 9.664, de 02 de janeiro de 2019, o órgão incluiu em seu rol de competências as atribuições de definir áreas especiais de interesse turístico e promover a gestão integrada do patrimônio mundial, cultural e natural no Brasil, bem como fortalecer a segurança turística e a mobilidade urbana brasileiras.

2.4.1. Parcerias e Concessões

Em 2019, a temática de parcerias e concessões passou a ser parte da agenda estratégica e

prioritária do MTur. Dessa forma, o Ministério realizou levantamento sobre a regulamentação

relacionada ao tema existente, em especial quanto à efetividade da legislação atinente às Áreas Especiais de Interesse Turístico – AEIT (Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977), identificando possibilidades de alterações que beneficiem o setor de turismo. Com isso, o órgão articulou com os Ministérios da Economia (ME), do Meio Ambiente (MMA), da Infraestrutura (MI) e do Desenvolvimento Regional (MDR), além do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com vistas a viabilizar benefícios e facilidades que auxiliem na criação de um ambiente mais atraente para a criação de AEITs.

Nesse contexto, tendo como um dos principais entraves relativos à abertura de novos empreendimentos turísticos no Brasil o ambiente de negócios, o MTur buscou, também, identificar projetos de aproveitamento turístico de ativos da União. Para isso, editou normativo em parceria com o ME que estabelece a gestão compartilhada de áreas turísticas, de domínio da União, a Portaria Interministerial ME/MTur nº 151, de 10 de abril de

2019. A medida determina o desenvolvimento de ações conjuntas para a regularização e utilização das áreas com potencial turístico para atrair investimentos e aumentar o fluxo turístico internacional e nacional no Brasil. Com isso, pretende-se trazer maior dinamismo para os procedimentos já realizados pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), ampliando também as possibilidades de utilização de áreas da União para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Ainda em 2019, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta ME/MTur nº 01, de 11 de setembro de 2019, que estabelece os procedimentos operacionais para a identificação, a reserva e a destinação de áreas de domínio da União com potencial para o desenvolvimento do turismo. Em 2020, será definido o modelo de projetos de aproveitamento turístico a serem trabalhados no âmbito da gestão compartilhada das áreas da União pelos dois órgãos, bem como os parâmetros e os critérios de escolha das áreas priorizadas para o desenvolvimento do turismo.

2.4.2. Meio Ambiente, Cultura e Economia Criativa

No exercício de 2019, o MTur trouxe também a temática da economia criativa como uma prioridade em suas políticas e ações envolvendo meio ambiente e cultura, destacadamente, aquelas relativas aos patrimônios naturais e culturais. Com isso, o MTur passou a direcionar ações de articulação para gerar alinhamento de políticas públicas ao desenvolvimento do turismo justo e sustentável, prioritariamente, em áreas protegidas. Assim, o Ministério intensificou o diálogo com o MMA, o ICMBio e a Embratur, para consolidar ações conjuntas de desenvolvimento do turismo integrado à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais, bem como para promover e apoiar a comercialização do turismo, especificamente, em parques nacionais.

Em 2020, além de potencializar a atividade turística em Unidades de Conservação, o MTur pretende criar a Rede Brasileira de Cidades Criativas, que objetiva desenvolver a economia criativa em município com vocação turística por meio da capacitação de agentes criativos e empreendedores culturais, bem como promover e divulgar os setores e destinos criativos. Para viabilizar a formação da Rede, o órgão celebrou acordo de cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), intermediada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para a promoção do turismo nos sítios do patrimônio cultural e natural, da economia criativa e de outras políticas vinculadas ao turismo e ao desenvolvimento sustentável.

2.4.3. Segurança Turística

No que se refere à segurança turística, o Ministério conduziu suas ações pautadas nas seguintes iniciativas do PPA 2016-2019: 05OG – Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços turísticos; 05P2 – Proteção do consumidor turista nas redes de defesa administrativas nacionais; 05T1 – Promoção de ações de segurança alimentar no setor de turismo; e 05P3 – Promoção da qualificação dos profissionais de segurança pública para proteção do turista.

No âmbito do PPA, o MTur iniciou a articulação com os órgãos ligados à segurança pública, à defesa civil, à defesa do consumidor e à vigilância em saúde, visando à sistematização das ações desses entes e a sua aplicabilidade em benefício do setor de turismo. Essa conexão com parceiros estratégicos – como o MDR e os Ministérios da Justiça e Segurança

Pública (MJSP) e da Saúde (MS) – incluíram a realização de: I Seminário Nacional sobre Segurança Turística; a parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), para a construção de diagnóstico sobre o tema; e a negociação de acordo de cooperação técnica com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

A partir do conjunto dessas ações, o MTur pretende estabelecer uma política nacional com a criação do Sistema Nacional de Segurança Turística, o qual objetiva direcionar políticas e ações dos órgãos parceiros relacionados aos aspectos da segurança turísticas que necessitem de maior atenção, tais como os referentes à qualificação de prestadores de serviços, à relação como os turistas consumidores, à segurança alimentar e saúde dos turistas, bem como à proteção física dos turistas e de seus patrimônios.

2.4.4. Mobilidade Urbana

No ano de 2019, o MTur também se dedicou à articulação de projetos e ações voltadas para mobilidade e desenvolvimento urbano de áreas turísticas, além de ofertas de subsídios para a melhoria da logística de transporte dos destinos turísticos, nas políticas nacionais de transporte ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário e aeroviário. Tal articulação fundamentou-se nas iniciativas do PPA 2016-2019: 05OI – Apoio ao empreendedorismo e assistência técnica para a melhoria dos serviços turísticos; 06VN – Fomento à infraestrutura de estâncias turísticas e municípios de interesse turístico; 06VP – Melhoria e adequação do sistema turístico em municípios de pequeno e médio porte; e 05LY – Realização de estudos, pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo.

Com isso, o MTur iniciou negociações para fomentar a infraestrutura para os modais de transporte. A exemplo, tem-se a articulação para o projeto de

ampliação do aeroporto de Angra dos Reis/RJ, conduzida junto à Secretaria de Aviação Civil (SAC), ao concessionário do aeroporto local, à prefeitura do referido município e à Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS) do Rio de Janeiro. O resultado foi a prorrogação do Termo de Convênio entre SETRANS e SAC, que contempla o repasse na quantia de R\$29.000.000,000, para a realização da obra. O edital para tal empreendimento está previsto para o exercício de 2020.

Nesse sentido, ainda, o MTur fortaleceu o diálogo com as companhias aéreas, buscando incentivar a ampliação de ofertas de voos regionais, especialmente para as rotas prioritárias definidas pelo órgão no programa Investe Turismo. Ademais, conduziu negociações que objetivam a redução de preços das tarifas para o consumidor, tomando a frente de ações específicas para reduzir custos do setor aéreo.

3

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

3.1. Carta do SPOA

Compete à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) planejar e coordenar, no âmbito do MTur, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e inovação institucional, de pessoal civil, de administração dos recursos de informação, de informática e de serviços gerais.

Assim, logo no início do ano de 2019, com a publicação do Decreto nº 9.664, de 2 de janeiro de 2019, a SPOA se deparou com os processos de adequação da nova estrutura do Ministério, o que envolveu a alteração de leiautes físicos, movimentação de servidores entre setores, redimensionamento orçamentário em razão das novas áreas e programas pensados, enfrentando os desafios que se apresentaram dentro das possibilidades e limitações que são conhecidas pela Administração Pública.

O quadro de servidores vem sendo reduzido a cada ano, principalmente pelo alto índice de evasão, pela escassez de novos concursos públicos e pelas últimas reformas administrativas com redução de cargos.

Cientes da impossibilidade de autorização de novos concursos públicos em face da atual situação fiscal do País, a SPOA buscou adotar medidas de desenvolvimento de sistemas e governança digital, readequação de fluxo de trabalho, entre outros, no sentido de melhorar a prestação de serviços para o MTur e, por consequência para a sociedade, tendo



como foco a redução do custo das atividades da chamada "área-meio".

Neste contexto, foi fundamental a atuação dos Coordenadores-Gerais para que o planejamento e o dimensionamento da força de trabalho permitissem a alocação racional de pessoas para realizar determinadas tarefas, analisando quais entregas

são realmente importantes para o MTur e quais não possuem mais sentido de serem realizadas, sendo notória a lacuna existente entre o que se pretende fazer e a quantidade de recursos humanos disponíveis, não apenas no MTur, mas no serviço público em geral.

Deste modo, em 2019, a SPOA reavaliou seus contratos administrativos e conseguiu realizar a supressão em alguns deles, gerando economia no montante de R\$12 milhões para os cofres públicos.

Conseguiu também realizar redução do valor a ser pago pelo aluguel do prédio anexo, cuja economia será vista a partir de 2020. Por meio de aviso de procura, seguiu-se com a busca por um imóvel que atendesse às demandas operacionais do MTur, compatível com o tamanho de sua força de trabalho e que possibilitasse ocupação mais racional e econômica do espaço. Como resultado, foi assinado em novembro de 2019 um contrato de locação, em substituição ao atual, cujo impacto proporcionará economia anual no valor de aproximadamente 2 milhões de reais. O próximo encaminhamento é a definição do leiaute do imóvel locado, objetivando melhor aproveitamento dos espaços. A configuração dos ambientes observará o conceito de espaços abertos, de forma a reduzir a necessidade de áreas de circulação, proporcionar maior flexibilidade nos arranjos físicos e favorecer a comunicação e a sinergia entre os ocupantes dos espaços funcionais.

Ao longo do ano criaram-se comissões para corrigir distorções e fragilidades no controle patrimonial do MTur, como a Comissão de Inventário Patrimonial, instituída por meio da Portaria SPOA/SE/MTUR nº 09, de 02 de maio de 2019, a Comissão de Desfazimento de Bens Patrimoniais, instituída por meio da Portaria SPOA/SE/MTUR nº 57, de 2 de julho de 2019 e a Comissão de Reavaliação dos Bens Patrimoniais, instituída por meio da Portaria SPOA/SE/MTUR nº 68, de 24 de setembro de 2019.

Concomitantemente, em agosto de 2019, foi iniciado o processo de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), programa responsável para gerenciar o controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos, no âmbito da Administração Pública Federal.

Com foco na otimização dos processos, a SPOA subsidiou o MTur tecnicamente à adesão do modelo de análise preditiva informatizada, regida pela Instrução Normativa Interministerial MPDG/MF/CGU nº 05, de 06 de novembro de 2018. O modelo, instituído no MTur por meio da Portaria GM/MTUR nº 392, de 18 de dezembro 2019, está em fase de implementação e será uma ferramenta extremamente útil, uma vez que a partir dos dados coletados e apresentados, o órgão poderá aplicar a análise informatizada a 86% do seu passivo, que corresponde a 47% do total dos recursos e, ainda terá um valor de benefício potencial acima do impacto potencial no valor total de aproximadamente R\$ 11 milhões.

Outra iniciativa de grande destaque foi a pactuação do Plano Digital do Turismo junto à Secretaria de Governo Digital (SGD) do ME e a Secretaria Especial de Modernização do Estado (SEME) da Presidência da República, em setembro de 2019. Esse plano tem como objetivo estruturar ações de transformação digital dos serviços públicos que possuem interação com o cidadão, com atividades planejadas por trimestre, iniciando pelo 4º trimestre de 2019 e com finalização prevista para o 4º trimestre de 2020.

Concluindo, pode-se assegurar que as atividades desenvolvidas pela SPOA em 2019 tiveram como objetivo a melhoria dos processos e controles dentro do Ministério, com a redução de custos e a superação do desafio de falta de mão-de-obra.

3.2. Gestão Orçamentária e Financeira

3.2.1. Perfil do Gasto do Ministério do Turismo

A Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2019 (LOA 2019) fixou ao MTur dotação para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas:

1. Gastos relacionados ao pagamento de pessoal, ativos, inativos e pensionistas, benefícios aos servidores e dependentes, classificadas como despesas obrigatórias;

2. Gastos em custeio, destinado ao pagamento de despesas referente à manutenção e ao funcionamento do órgão e da autarquia vinculada, bem como ao atendimento das ações finalísticas, relacionadas ao apoio, à participação e à realização de eventos, à veiculação de campanhas publicitárias para divulgação do turismo nacional, ao atendimento aos editais de chamamento público relacionados ao apoio à projetos turísticos, voltados à implementação das políticas públicas do órgão, às ações de qualificação de profissionais do setor de turismo, bem como à realização de estudos e pesquisas, voltados para o setor de turismo;

3. Gastos em investimento, relacionados ao apoio a projetos de infraestrutura turística, por meio da formalização de contratos de repasse firmados junto à CEF, por estados e municípios, com recursos do MTur e ao apoio as obras de infraestrutura turística do PAC;

4. Despesas de Inversões Financeiras do Fundo Geral de Turismo: gastos relacionados ao Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional.

Gastos com pessoal: para melhor compreensão do total de dispêndios com pessoal, foram aqui inseridos os gastos das despesas de pessoal e encargos sociais, pagamento de pessoal ativo e inativo, bem como os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral),

benefícios, assistência médica e odontológica, indenizações e ajuda de custo para auxílio moradia.

Despesas de Custeio: despesas necessárias à prestação de serviços, à manutenção organizacional e às transferências voluntárias a estados e municípios, para atendimento às ações finalísticas voltadas à implementação das políticas públicas do órgão.

Investimentos: dotações destinadas ao apoio a projetos de infraestrutura turística, bem como aos gastos relacionados às despesas para o funcionamento do órgão, tais como aquisição de materiais permanentes, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.

Tanto as despesas de custeio como as de investimento abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades:

Finalísticas: financiamento e promoção de investimentos, marketing, governança e planejamento dos destinos, infraestrutura, qualificação profissional, regulação e fiscalização, turismo responsável, dentre outras;

Administrativas: serviço de funcionamento do órgão, serviços de TI e apoio às atividades finalísticas;

Inversões financeiras: Dotações destinadas ao atendimento de gastos relacionados ao Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional, por meio da concessão de empréstimos com taxas de juros acessíveis e prazos longos, contratados junto às instituições financeiras credenciadas pelo Fungetur, para a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, bem como para a aquisição de máquinas e equipamentos turísticos e capital de giro.

3.2.2. Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa por função e/ou unidade orçamentária (empenhada, liquidada e paga)

Ao analisar a evolução da execução orçamentária do órgão nos últimos quatro anos, verifica-se que tem se mantido em um patamar satisfatório, atingindo percentuais acima dos 90% a partir de 2017, com destaque para o pico observado em 2018, muito relacionado ao fato de ser o último ano do governo anterior, quando houve a abertura de créditos suplementares em favor do MTur no montante de R\$ 527 milhões. Em 2019, apesar da instabilidade

econômica enfrentada no primeiro semestre do exercício, com os sucessivos contingenciamentos sofridos e pela necessidade de rever a programação das ações que estavam previstas para acontecer ao longo do ano, com a aprovação das reformas em especial a da previdência, o cenário econômico melhorou, o que possibilitou ao órgão chegar a cifra de 95,06% de execução orçamentária no exercício de 2019.

Tabela 5 – Execução Orçamentária - Histórico dos últimos anos

ANO BASE	DOTAÇÃO LOA (R\$)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS PAGAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (R\$)	% EMPENHOS	% PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO
2016	1.105.875.847	893.695.102	216.508.929	212.831.095	754.027.171	80,8%	19,2%
2017	1.052.976.252	951.315.146	272.103.687	271.859.937	533.233.253	90,3%	25,8%
2018	1.533.263.453	1.508.273.313	446.507.672	441.437.418	509.257.986	98,4%	28,8%
2019	1.182.350.628	1.123.934.173	208.156.621	202.003.239	570.301.286	95,1%	17,1%
TOTAL	4.874.466.180	4.477.217.734	1.143.276.909	1.128.131.688	2.366.819.695	91,9%	23,1%

Fonte: MTur

3.2.3. Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

Levando em consideração o detalhamento por grupos de natureza de despesa, verificou-se no exercício de 2019, em relação ao exercício de 2018, no Grupo de Natureza da Despesa (GND) 4 – Investimento, uma redução significativa no montante das despesas empenhadas. Observou-se que tal variação decorre do fato de o ano de 2018 ter sido o último ano da gestão do governo anterior, quando houve a abertura de créditos suplementares em favor do MTur, no montante de R\$ 527 milhões.

Cabe destacar, ainda, o fato dos pagamentos das despesas do GND 4 – Investimento apresentarem valores expressivos em Restos a Pagar (RP), devido às obras de infraestrutura turística, geridas pela CEF,

por meio de contratos de repasse, e que requerem um tempo maior de maturação, relacionado aos trâmites de contratação, licenciamento ambiental e autorização para início da obra, gerando a necessidade de inscrição dos empenhos em RP. Outra variação identificada refere-se ao GND 5 – Inversões financeiras, no qual consta uma redução significativa das despesas liquidadas e pagas no exercício de 2019, em relação ao exercício de 2018, decorrente das mudanças nas regras de contratação das instituições financeiras credenciadas pelo Fungetur.

Em 2019, o pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais, à conta de dotações originárias da

LOA, totalizaram o valor de R\$ 28.744.665, os quais incluem as despesas com pagamento de vencimentos e vantagens fixas dos servidores, ressarcimento de pessoal requisitado, contribuições previdenciárias, obrigações patronais, bem como os gastos com auxílios (como, transporte, alimentação, pré-escolar e funeral), benefícios, assistência médica e odontológica.

Quanto aos pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram o montante de R\$ 73.283.249, os quais incluem as despesas com atividades finalísticas, manutenção institucional e outros gastos de custeio.

No que tange o pagamento das despesas de investimento, à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram o valor de R\$ 1.905.609, os quais incluem as despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação, equipamentos e material permanente, contribuições e apoio às obras e projetos de infraestrutura turística.

Os pagamentos das despesas de inversões financeiras à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram o montante de R\$ 24.960.848, os quais incluem as despesas com a concessão de empréstimos e financiamentos destinados ao financiamento da infraestrutura turística nacional.

Tabela 6 – Execução por Grupo e Elemento de Despesa - MTur e Fungetur

GRUPOS	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR PAGO (R\$)
GRUPO 1 - Pessoal e Encargos	01 - Aposentadorias do RPPS	4.973
	11 - Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil	23.834.674
	13 - Obrigações Patronais	4.221.443
	Demais Elementos	683.575
	TOTAL	28.744.665
GRUPO 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CUSTEIO	37 - Locação de Mão de Obra	9.010.086
	39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	25.159.316
	40 - Serviços de TI e Comunicação - PJ	10.070.463
	Demais Elementos	29.043.384
	TOTAL	73.283.249
GRUPO 4 - INVESTIMENTO	37 - Locação de Mão de Obra	9.010.086
	39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	25.159.316
	40 - Serviços de TI e Comunicação - PJ	10.070.463
	Demais Elementos	29.043.384
	TOTAL	1.905.609,00
GRUPO 5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	24.960.848
	TOTAL	24.960.848

Fonte: MTur

3.2.4. Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações

No que tange a execução orçamentária por Programas, o órgão utiliza dois principais, sendo um de gestão e o outro temático.

No programa de gestão, a principal ação orçamentária é a Ação Orçamentária 2000 - Administração da Unidade, por meio da qual são executadas despesas de custeio para a manutenção e o funcionamento do órgão, além de despesas de capital para a aquisição de materiais permanentes, desenvolvimento de sistemas de TI, etc.

No programa temático do órgão, a principal despesa executada, foi destinada ao Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, Ação Orçamentária - 10V0,

referente às obras geridas pela CEF, seguida pelas despesas de Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional, Ação Orçamentária 20Y3, por meio da qual há a realização de campanhas publicitárias e de eventos geradores de fluxo turístico.

Em relação ao Programa 2128 – Gestão e Manutenção do MTur, o destaque maior foi para a Ação Orçamentária 2000 -Administração da Unidade, por intermédio da qual ocorreram as despesas essenciais para o funcionamento e a manutenção da máquina pública, com destaque para os contratos administrativos e as despesas de TI.

Tabela 7 – Execução do programa 2128 - Programa de Gestão de Manutenção do MTur

AÇÃO DE GOVERNO		DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	DOTAÇÃO (R\$)	DESPESA PAGA (R\$)
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	2.724.533,70	2.724.533,70	2.754.726,00	2.724.533,70
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	47.725.303,40	36.673.192,13	49.209.429,00	39.575.565,62
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	404.389,51	404.389,51	453.828,00	408.687,66
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	28.188.275,56	27.886.034,77	32.832.172,00	27.983.638,14
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1.807.766,93	1.807.766,93	2.019.262,00	1.820.567,59
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	518.475,29	518.475,29	518.572,00	489.135,01
TOTAL		81.368.744,39	70.014.392,33	87.787.989,00	73.002.127,72

Fonte: MTur

Quanto ao Programa Temático 2076, observou-se uma execução bastante significativa de custeio na Ação 20Y3 - Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional, em relação às demais ações orçamentárias, com destaque para as despesas executadas em atendimento aos contratos das agências de publicidade, para a realização de campanhas publicitárias voltadas para a divulgação e a promoção dos destinos turísticos no mercado nacional, bem como para o apoio e a participação do

órgão na realização de eventos geradores de fluxo turístico.

Em relação às despesas de investimento, no Programa Temático 2076, cabe destacar a execução observada na Ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, por intermédio da qual o órgão destinou recursos para o atendimento de obras de infraestrutura turística, que são geridas pela CEF, por meio de contratos de repasse firmados

junto aos estados e municípios brasileiros, sendo que o maior volume do crédito executado foi

proveniente de emendas parlamentares que foram alocadas no orçamento anual do órgão.

Tabela 8 – Execução do programa 2076 - Turismo - GND 3

	AÇÃO DE GOVERNO	DESPESA EMPENHADA (R\$)	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	DOTAÇÃO (R\$)	DESPESA PAGA (R\$)
10V0	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	4.853.815,00	4.813.733,73	4.776.600,57	4.776.600,57
20Y3	PROMOCAO E MARKETING DO TURISMO NO MERCADO NACIONAL	116.095.036,00	107.489.961,25	24.571.234,50	24.063.251,51
20Y4	ARTICULACAO E ORDENAMENTO TURISTICO	5.383.000,00	1.305.469,98	161.343,61	161.343,61
218G	GESTAO E INTELIGENCIA COMPETITIVA EM TURISMO	4.510.156,00	3.172.268,20	3.152.668,20	3.152.668,20
218H	SUSTENTABILIDADE, FORMALIZACAO, POSICIONAMENTO E APOIO A COM	6.849.150,00	6.120.771,41	2.186.519,28	2.172.531,06
2C01	PROMOCAO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS E FINANCIAMENTO NO SETOR	730.130,00	620.107,87	620.107,87	620.107,87
4590	QUALIFICACAO E CERTIFICACAO NO TURISMO	9.223.863,00	6.116.957,16	48.458,06	48.458,06
TOTAL		47.645.150,00	29.639.269,60	35.516.932,09	34.994.960,88

Fonte: MTur

3.2.5. Análise conjuntural do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

A execução dos Restos a Pagar no exercício de 2019 teve uma atenção especial por parte da nova gestão, no sentido de realizar uma força tarefa para a sua redução, considerando o princípio da eficiência da administração pública e da razoabilidade, em atenção ao escopo da agenda dos primeiros 100 dias de governo. A ação teve um resultado satisfatório em algumas áreas, porém, apesar dos esforços, os Restos a Pagar do órgão ainda se mantêm elevados, devido ao volume de empenhos inscritos em RP, geridos pela CEF em favor das obras de infraestrutura turística. Com a publicação do Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN/ME efetivou o

bloqueio no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) dos restos a pagar não processados a liquidar, do ano de 2016, considerando a determinação do cancelamento automático, em 31 de dezembro de 2019, dos empenhos cujos desbloqueios não sejam providenciados até o prazo estipulado pelo Decreto.

Contudo, o volume dos restos a pagar cancelados, no montante de R\$ 826.477.582, sendo a quantia de R\$ 65.284.201 referente aos RP Processados, e a quantia de R\$ 761.193.381, referente aos RP Não Processados, foi considerado elevado em comparação aos exercícios anteriores.

Tabela 9 – Cancelamento de RAP – Histórico dos últimos anos

ANO BASE	VALOR DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS (R\$)	VALOR DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS (R\$)	DOTAÇÃO LOA (R\$)
2016	28.059.861	311.473.593	339.533.454
2017	21.759.585	299.948.489	321.708.074
2018	77.081.491	238.218.308	315.299.799
2019	65.284.201	761.193.382	826.477.583
TOTAL	192.185.138	1.610.833.772	1.803.018.910

Fonte: MTur

Cabe ressaltar que apesar de ter conseguido reduzir o volume dos Restos a Pagar de exercício anteriores, consta a inscrição de Restos a Pagar do exercício de 2019 no montante de R\$ 923 milhões, relativos aos empenhos de obras de infraestrutura turística sob responsabilidade da UG CEF/MTur.

Considerando a soma do saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, a pagar ao final de 2019, e o saldo dos Restos a Pagar inscritos em 2019, o MTur apresenta o montante de R\$ 2.971.948.690,05.

3.2.6. Principais desafios e ações futuras

Para os exercícios financeiros à frente, merecem destaque os principais desafios e ações do MTur:

- garantir o bom funcionamento da sua estrutura, prezando pelo cumprimento das obrigações firmadas, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras;
- aprimorar a sua gestão orçamentária e financeira, visando uma melhor alocação dos recursos disponíveis para o atendimento e implementação

das políticas nacionais de turismo;

- elaborar relatórios gerenciais, periodicamente, contendo informações sobre a evolução da execução orçamentária e financeira e do controle dos limites para empenho e pagamento; e
- orientar a sistematização de controles a fim de gerir com ainda maior qualidade as informações, sempre visando constante melhoria nos processos de contratação de bens e serviços.

3.3. Gestão de Custos

A gestão de custos possibilita a geração de dados e informações confiáveis no intuito de subsidiar a tomada de decisões, em vista de uma alocação mais eficiente dos gastos públicos. Nesse contexto, por entender a necessidade e a importância da implantação do Sistema de Custos Federal (SIC), o MTur, por meio da Setorial Contábil, motivou os gestores à época para envidar esforços na sua

implantação. Essas iniciativas foram apontadas e descritas nos Relatórios de Gestão dos exercícios correspondentes desta Pasta. Sendo a última informação a constante no Relatório de Gestão do exercício de 2018, que informa quanto à “pretensão de retomar a apuração e análise de custos, instituindo novos servidores para participação no Comitê Setorial de Análise e Avaliação das

Informações de Custos.” Essas ações encontram-se ainda em fase de implementação no Ministério.

- Os principais desafios para a implantação do aludido sistema são:
- Conscientização dos usuários e dos agentes das atividades, bem como a sensibilização dos gestores quanto à importância e urgência, visto os benefícios que podem ser aferidos à boa gestão do bem público e a adequação à legislação pertinente ao tema.
- Ausência de estrutura organizacional e escassez no quadro de servidores.
- Não manutenção do fluxo planejado para a implantação do Sistema de Custos.

Após o reconhecimento desses desafios foram tomadas as seguintes ações a fim de minimizar seus efeitos no processo de implantação:

- Quanto à escassez de servidores no quadro do MTur, foi encaminhada à Subsecretaria de Contabilidade Federal/STN solicitação de

Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTES), para atrair servidores para a equipe que executará as ações da Setorial de Custos, nos moldes recomendados por aquela Subsecretaria.

- No tocante à conscientização e sensibilização, foi percebido que com a mudança relevante na gestão ocorrida no exercício de 2019, há maior abertura para o fomento de nova cultura quanto à estruturação dos procedimentos de execução, avaliação, acompanhamento e controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Isso possibilitou o início de um movimento de capacitação, tais como a realização de reuniões junto à Coordenação de Informação de Custos (COINC), para o levantamento de ações necessárias e a realização de reunião no MTur com os gestores, chefias e usuários sobre a importância e a necessidade da implantação do SIC, para o bom trato com a coisa pública.

3.4. Gestão de Licitações e Contratos

3.4.1. Conformidade legal

A fim de promover a conformidade legal nas contratações administrativas, o MTur vela pela observância à Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a licitações e contratos, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela

Advocacia-Geral da União (AGU), além de submeter processos à Consultoria Jurídica (CONJUR) do órgão, responsável por assessorar as ações quanto aos efeitos jurídicos dos assuntos relacionados às licitações e contratos.

3.4.2. Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

No exercício de 2019 foram homologados 79 processos de contratação, sendo: 6 pregões eletrônicos, 66 contratações diretas e 7 por outras modalidades (adesão a ata de registro de preços), as

quais totalizaram a quantia de R\$ 40.437.891,61 (quarenta milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 10 – Quantidade e materialidade dos processos de contratação

	PREGÕES ELETRÔNICOS	CONTRATAÇÕES DIRETAS	OUTRAS MODALIDADES (ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)
QUANTIDADE	6	66	7
VALOR (R\$)	14.637.143,00	19.666.463,03	6.134.285,58

Fonte: MTur

No exercício de 2019 foi executado o montante de R\$ 81.375.503,83 (oitenta e um milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e três reais e oitenta e três centavos) em contratações (contratos

administrativos novos e vigentes no exercício). A tabela abaixo apresenta a classificação dos gastos por finalidade:

Tabela 11 – Gastos por Finalidade

FINALIDADE	GASTOS (R\$)
Tecnologia da Informação	11.422.528,40
Funcionamento Administrativo	14.932.021,24
Outras (finalísticas, publicidade institucional, assessoria de comunicação etc.)	55.020.954,19
TOTAL	81.375.503,83

Fonte: MTur

Especificamente em relação aos valores empregados no funcionamento administrativo, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 12 – Especificação dos tipos de serviços para o funcionamento administrativo

(continua)

TIPO DE DESPESA	VALOR (R\$)
Locação de imóvel	1.882.107,20
Manutenção predial e ar condicionado	115.184,51
Energia elétrica e água	303.394,90
Vigilância e Brigada	2.238.505,39
Limpeza e conservação	639.235,26
Manutenção de veículos e combustível	45.703,45
Passagens aéreas	964.988,52
Locação de veículos	460.082,39
Secretariado	5.054.740,66
Recepção e contínuo	985.351,79
Copeiragem/Garçom e carregador	1.280.111,78
Publicações e periódicos	181.467,98

Tabela 12 – Especificação dos tipos de serviços para o funcionamento administrativo

(conclusão)

TIPO DE DESPESA	VALOR (R\$)
Telefonia	346.605,86
Correios	70.115,97
Estagiário	9.237,84
Motorista	246.990,08
Transporte rodoviário	17.155,38
TaxiGov	70.902,28
Material de expediente	20.140,00
TOTAL	14.932.021,24

Fonte: MTur

3.4.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

As contratações mais relevantes, quanto ao vulto financeiro da contratação, formalizadas em 2019, são as de TI e aquelas relacionadas aos eventos

institucionais da Pasta, sem esquecer das contratações relativas ao seu funcionamento administrativo. Dentre elas podem-se destacar:

Quadro 1 – Contratações mais relevantes, quanto ao vulto financeiro da contratação

CONTRATAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Aquisição de microcomputadores e dispositivos externos para gravação/leitura de discos ópticos.	Oferecer a infraestrutura de TI necessária à realização das atividades do Ambiente Distribuído (equipamentos, serviços e contratos).
Serviços de expansão da solução de inteligência de negócios (Data Discovery e ETL) com aquisição de licenças de software, contratação de suporte técnico, atualização de versão e suporte técnico especializado.	Prover ao MTur solução de TI cujo propósito vise munir os gestores da Contratante com dados relevantes, tratados e apresentados de maneira gráfica, clara e objetiva, de forma que tais informações auxiliem os gestores na execução de suas atividades de supervisão cotidianas, no monitoramento e no acompanhamento da execução dos projetos sob sua responsabilidade, e na tomada de decisão quanto a ações a se tomar com base na realidade demonstrada pelas informações tratadas.
Serviços de fábrica de métrica e fábrica de software	Atendimento às demandas de desenvolvimento e manutenção das aplicações do MTur e de mensuração de aplicações de forma a corroborar as contagens efetuadas com respeito aqueles desenvolvimentos/manutenções evolutivas.
Serviços de engenharia	Prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais.
Locação de imóvel	Prover a infraestrutura para alocação de Unidades Administrativas do MTur.
Agenciamento de viagens	Garantir o fornecimento de passagens para os servidores e colaboradores que viajam a serviço do MTur.
Locação de piso e montagem de estandes para eventos institucionais	Operacionalizar a participação em eventos intrínsecos e temáticos do turismo, como forma de divulgar os programas e ações da Pasta e fortalecer sua imagem e relacionamentos interinstitucional e intersetorial.

Fonte: MTur

3.4.4. Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

Conforme referido no item 3.4.2 deste Relatório de Gestão, em 2019, foram realizados 66 processos de contratação direta, sendo os principais os listados a seguir:

- **Locação de imóvel:** destinado à instalação do anexo do MTur, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e cuja necessidade será detalhada no item 3.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura deste Relatório.
- **Locação de espaço e montagem de estandes para eventos institucionais:** devido à comercialização de alguns serviços ocorrerem com exclusividade, não havendo possibilidade de competição, em razão de que as principais feiras comerciais ocorrem em local específico e por período determinado, o MTur, pelo fato do evento ser elaborado por empresa promotora do evento, deve respeitar direitos contratados de comercialização ou, sempre que possível, outorgá-los a outros fornecedores, sempre com lastro na legislação pertinente. Em situações pontuais, ocorre ainda a contratação por dispensa de licitação ao amparo do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.
- **Serviços de correios:** a contratação foi fundamentada no inciso VIII, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, o qual prevê a possibilidade de dispensar

a licitação para serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico.

- **Serviços de elaboração de conteúdo didático-pedagógico na modalidade de ensino à distância:** relacionam-se à elaboração da Política Nacional de Qualificação no Turismo (PNQT), a fim de promover o desenvolvimento de atores institucionais no planejamento e gestão de políticas públicas em turismo, fundamentada no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93.
- **Serviços de consultoria em inovação:** com a finalidade de criação e consolidação de um hub de inovação para o turismo, onde os diversos atores da cadeia econômica relacionam-se de forma facilitada e com o objetivo de benefícios mútuos em prol do desenvolvimento do turismo. Serviços assim são contratados com fundamento no caput do art. 25, da Lei nº 8.666/93.
- **Cursos de capacitação:** optou-se pela contratação por meio da inexigibilidade de licitação, em razão da singularidade e notória especialização do serviço, com fulcro no artigo 25, inciso II, combinado com artigo 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

3.4.5. Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios e ações futuras do MTur relativos à gestão de contratos administrativos está a citada escassez de pessoal com competência técnica para atuar no tema, em especial nas unidades demandantes, e mais notadamente na etapa de planejamento da contratação e na gestão das questões pertinentes à fiscalização da execução dos pactos. A afirmação considera a quantidade de contratos atribuídos a um mesmo servidor e a sua

atuação concomitante com as demais atribuições, em razão do reduzido quadro de servidores ativos.

Tem importância assinalar que as atribuições regimentais concentradas em uma única unidade interna vem resultando no acúmulo da gestão de licitações, contratos e administração de materiais, o que reflete no escasso tempo empregado nas análises e instrução processual, bem como na adequada observação do princípio da segregação de

funções e no acompanhamento das alterações constantes no complexo aparato normativo.

Por fim, some-se a isso a ausência de normatização

interna e padronização dos fluxos dos processos, o que causa insegurança ao servidor que atua na instrução processual quanto aos riscos legais e operacionais envolvidos com a contratação.

3.5. Gestão de Infraestrutura e Patrimonial

3.5.1. Conformidade legal

O MTur, no que se refere à gestão patrimonial, observam-se sistemática e rotineiramente as orientações dos órgãos centrais e de controle, com destaque para o Decreto n.º 9.373, de 11 de maio de 2018, e para a Portaria ME nº 179, de 22 de abril de 2019, dispondo sobre a alienação, a cessão, a

transferência, a destinação e a disposição final, ambientalmente adequadas, de bens móveis, bem como sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

3.5.2. Gestão de Infraestrutura

Como referido no item 3.1, a locação de um novo imóvel para as instalações do Anexo do MTur destaca-se como uma das ações de maior custo-benefício, haja vista a economia projetada no valor de R\$ 1.966.279,68, por ano, a partir de 2020.

O novo imóvel a ser ocupado em 2020 pelos servidores da Pasta conta com estrutura predial de maior qualidade e está localizado em um ponto comercial mais acessível, impactando diretamente na qualidade de vida funcional dos seus colaboradores.

3.5.3. Gestão Patrimonial

Em 2019, o MTur constatou a necessidade de verificação dos seus bens patrimoniais, a fim de maior confiabilidade e identificação dos bens móveis que constituem seu acervo patrimonial.

Para tanto, iniciou em meados de junho os procedimentos de inventário de seus bens móveis, compreendendo o saneamento do ativo, o emplaquetamento e a conciliação físico e contábil, visando à atualização da base de dados.

Os trabalhos, contudo, encontraram grande dificuldade de realização diante da força de trabalho reduzida e do acúmulo de funções a serem desenvolvidas.

Já em agosto de 2019, criou-se uma comissão de transição para adesão e implantação ao SIADS, por sua obrigatoriedade de adesão. Além dessa, foram montadas mais duas comissões de inventário – a Comissão de Inventário de Bens Móveis e a Comissão de Reavaliação de Bens, para realizar os levantamentos necessários para migração dos dados hoje constantes no sistema de controle patrimonial PGTur.

Paralelo ao levantamento dos bens móveis foi realizado a identificação dos bens intangíveis, especialmente softwares e Marcas e Patentes. Sendo realizado pelas áreas o levantamento. Os desafios circundaram entre classificações indevidas

das aquisições dos softwares e informações não estruturadas, constantes de processos antigos e ainda físicos; e a ausência de controle quanto às marcas e patentes registradas, sendo necessária a solicitação de informações junto ao INPI, o que demandou maior tempo, visto que dependia dos procedimentos de outro órgão de informações a partir de 2003 – data de criação do MTur.

Esse cenário despendeu maior tempo e criticidade no desenvolvimento dos trabalhos, visto que na apuração, observou-se tantas divergências, que se entende que, em anos anteriores, ou os procedimentos de gestão de patrimonial não foram realizados ou não foram realizados com a devida tecnicidade por gerar grande fragilidade na confiabilidade das informações produzidas.

Para conseguir maior fidedignidade dos atos, as comissões trabalharam em uma força tarefa para a localização, a identificação dos bens e seus valores e a conciliação entre os relatórios do PGTur, os inventários e os saldos contábeis registrados no SIAFI.

Por conta da realização desse trabalho, foi decidido

pela gestão que não seriam realizados os procedimentos do Relatório de Movimentação de Bens (RMB), visto que eles não expressariam a realidade dos bens, e de registro de depreciação, amortização e exaustão, uma vez que, com a implantação do SIADS, esse cálculo seria realizado de forma automática, registrando os ajustes referente a exercícios anteriores.

Apesar de todos os esforços para a conclusão dos trabalhos até 31 de dezembro de 2019, o cenário citado anteriormente comprometeu os prazos estabelecidos. Contudo, nessa data os procedimentos de levantamento de bens foram concluídos, bem como a conciliação bancária. Ficando pendente o relatório da comissão de Reavaliação, fato ocorrido em meados do mês de março de 2020.

Podemos afirmar que o ano de 2019 foi marcado pelo esforço da equipe para realizar a adequação dos controles e registros à realidade do acervo patrimonial do MTur, e identificamos um grande avanço na cultura organizacional quanto à importância desses controles para uma eficiente utilização dos recursos públicos.

3.5.4. Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios e ações futuras para o MTur, ressalta-se a busca por promover a otimização da ocupação predial com o aproveitamento compartilhado do espaço pelos servidores, por meio de reformas e de adequações imobiliárias das estações de trabalho e do leiaute das salas com espaço conjugado entre os diversos departamentos.

Com a mudança de gestão no MTur, em 2019, houve a instalação de comissões de inventário, a

reavaliação, o desfazimento de bens e grupo de trabalho, para a implantação do Sistema Patrimonial do Governo (SIADS), visando ao mapeamento de inconsistências e sugestão de soluções.

Há expectativa de que tais ações se estendam por todo o exercício de 2020, com vistas à implantação de controles mais eficientes, à detecção dos problemas de forma mais minuciosa e ao encaminhamento às possíveis soluções.

3.6. Sustentabilidade Ambiental

3.6.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No tocante a este tema, o MTur observa a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Não houve, em 2019, contratações e aquisições de bens e serviços cujos critérios de sustentabilidade ambiental fossem determinantes. Daí afirmar-se que o MTur, ao realizar estudos, levantamentos técnicos e todas as demais análises necessárias, não encontrou elementos para justificar a adoção de exigência de sustentabilidade ambiental na

contratação de seus serviços e de produtos adequados às melhores práticas ambientais.

A prática continua a ser desenvolvida para as contratações e as aquisições em andamento e futuras, adotando-se os critérios normativos de sustentabilidade, com sua previsão nos Termos de Referência e especificações, indicando-os como obrigação e responsabilidade das partes contratantes, além de exigir do gestor público, durante o processo de elaboração do documento, a análise de aspectos como motivação da aquisição, características do produto ou serviço e impactos da utilização e descarte.

3.6.2. Redução de resíduos poluentes e do consumo de recursos naturais

Na execução dos programas, projetos e ações de sua competência institucional, o MTur gera um montante inexpressivo de resíduos poluentes.

Na sede do órgão, no Bloco U, da Esplanada dos Ministérios, onde o órgão ocupa apenas o 2º e 3º andares desse estabelecimento, a gestão desses ficam sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), que é a administradora do prédio.

No imóvel ocupado pelo Anexo/MTur, ainda localizado no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bl. "J", lotes 21 a 23, em Brasília – DF, tal gestão é realizada

por meio de empresa especializada na prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento/acondicionamento/pesagem e disposição final dos resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados gerados nas dependências do Prédio, contrato este com fiscais designados mediante instrumento normativo interno.

Quanto à redução do consumo dos recursos naturais, o MTur racionaliza o uso da energia elétrica, evitando estender horário de trabalho e realizar reuniões em horários de pico de energia.

3.7. Gestão de Pessoas

3.7.1. Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o MTur observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

O MTur verifica as normas e regulamentos editados pelos órgãos competentes, de forma a melhor orientar as unidades de gestão de pessoas e os servidores. Em 2019, esse órgão realizou a edição de 169 atos, correspondentes a 9 editais de seleção e 160 Boletins Internos de Pessoal e Serviços.

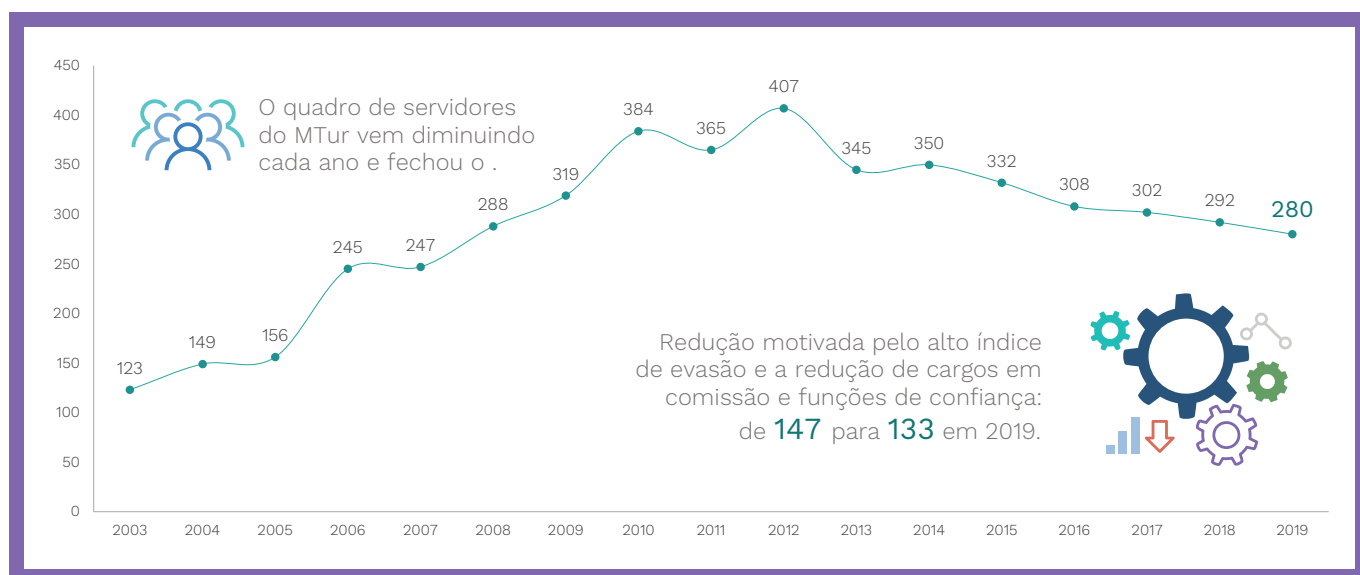
3.7.2. Avaliação da força de trabalho

O quadro de pessoal do MTur é composto por 07 carreiras, sendo: Administrador (NS), Agente Administrativo (NI), Analista Técnico-Administrativo (NS), Contador (NS), Engenheiro (NS), Estatístico (NS) e Técnico de Nível Superior (NS). Além dessas carreiras temos servidores efetivos de outros órgãos, cedidos/requisitados ou cujo exercício descentralizado de carreira foi fixado no MTur, e

também ocupantes de cargos comissionados sem vínculo com a Administração.

O quadro de servidores vem sendo reduzido a cada ano, principalmente pelo alto índice de evasão e pela redução de cargos em comissão e funções de confiança, com diminuição em 2019, de 147 para 133.

Gráfico 4 – Força de Trabalho MTur - 2003-2019



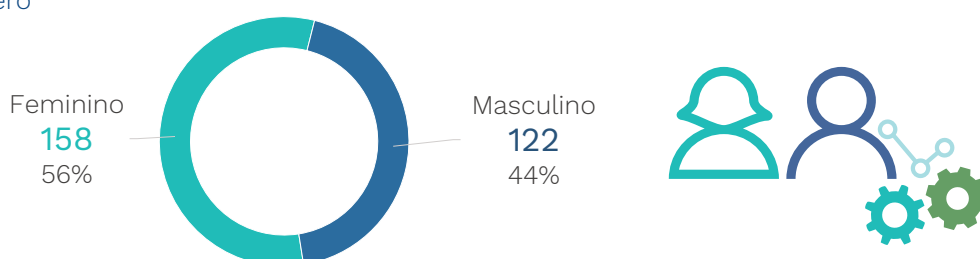
Fonte: MTur

Gráfico 5 – Distribuição dos servidores MTur

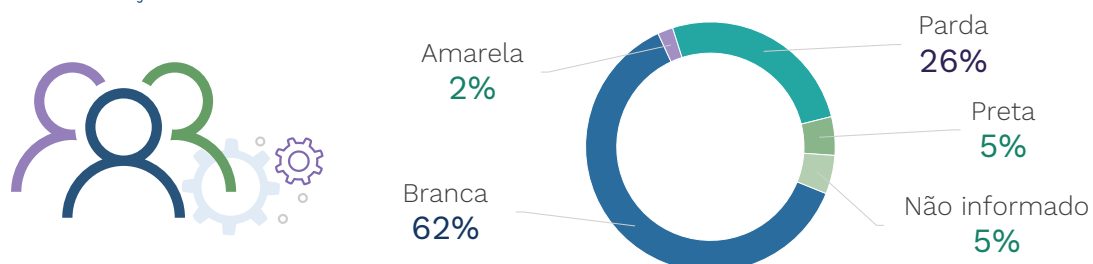
Por faixa salarial	Quantidade	Percentual
Até R\$ 3.500,00	46	16%
De R\$ 3.501,00 a R\$6.500,00	115	41%
De R\$ 6.501,00 a R\$8.500,00	45	16%
Acima de R\$ 8.500,00	74	27%



Por gênero



Por autodeclaração étnica



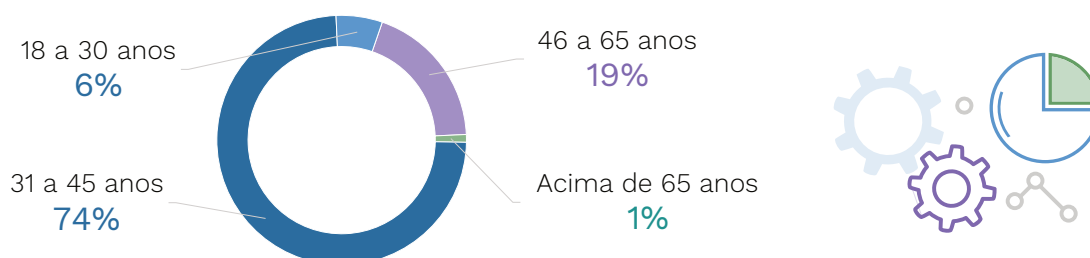
Pessoa com deficiência



O Ministério possui **seis** servidores na categoria “**pessoa com deficiência**”, o que corresponde a **3%** dos servidores ativos.



Por faixa etária



Fonte: MTur

Tabela 13 – Situação funcional, área de trabalho e unidade de exercício (Quantidade de servidores)

UORG	EFETIVOS	NOMEADOS SEM VÍNCULO	REQUISITADOS	REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS/ESFERAS	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRA	NATUREZA ESPECIAL	TOTAL POR SETOR
GM	15	15	4	0	6	1	41
SE	69	12	7	0	4	1	93
SNETur	21	15	3	0	0	0	39
SNDTur	41	10	6	0	1	0	58
SNINT	8	4	0	0	1	0	13
Cedidos	26	0	0	0	0	0	26
Ex. provisório	2	0	0	0	0	0	2
Outros	8	0	0	0	0	0	8
TOTAL	190	56	20	0	12	2	280

Fonte: MTur

3.7.3. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

As carreiras dos servidores efetivos do MTur são vinculadas à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e à Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE).

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e na Lei nº 8.112/1990. Para sua realização, considera-se a evasão de servidores, o número ideal de servidores por atividade, a complexidade da estrutura do órgão, a disponibilidade orçamentária/financeira e as projeções futuras do quadro de pessoal.

Das 308 vagas anteriormente criadas para o MTur (concursos de 2006, 2010 e 2013), encerrou-se o exercício de 2019 com um quadro composto por 190 servidores efetivos. Ainda em 2019, 6 servidores tiveram sua cessão autorizada para outros órgãos da APF, de um total de 10 solicitações.

Para recompor a força de trabalho, o MTur tem realizado processos seletivos buscando novos servidores para percepção de gratificações, funções gratificadas e cargos comissionados, bem como de servidores com cargos de exercício descentralizado.

3.7.4. Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/a diminuição.

Tabela 14 – Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), por ano - 2016-2019

ANO	VALORES GASTOS COM SERVIDORES ATIVOS (R\$)	VALORES GASTOS COM SERVIDORES INATIVOS (R\$)
2019	31.238.477,00	4.973,00
2018	32.028.585,00	0,00
2017	33.225.264,00	0,00
2016	30.415.830,00	0,00

Fonte: MTur

O MTur não possuía gastos, até o encerramento de 2019, envolvendo o pagamento de pensionistas.

As diminuições de gastos da folha pessoal em

relação ao ano de 2018 decorrem de vacâncias e exonerações de servidores do quadro de pessoal e da redução dos cargos oriunda do Decreto nº 9.664, de 02 de janeiro de 2019.

3.7.5. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Gratificação de Desempenho

Os servidores dos cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário do MTur fazem jus às gratificações GDPGPE e GDACE, portanto, submetem-se anualmente a processo de avaliação de desempenho, o qual tem como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo.

Em 2019, do total de 190 servidores efetivos, 145 servidores foram avaliados (7 Administradores, 84 Agentes Administrativos, 24 Técnicos de Nível Superior, 1 Contador e 29 Analistas Técnico-Administrativos), para fins de concessão da GDPGPE, e 9 servidores efetivos (7 Engenheiros e 2 Estatísticos) para GDACE.

Progressão Funcional e Estágio Probatório

Em janeiro e julho de 2019, ocorreram os processos de progressão funcional com a participação de todos servidores ativos que não se encontram no topo da tabela, os quais são submetidos à avaliação

de desempenho. Não houve necessidade de avaliação de Estágio Probatório em 2019, tendo em vista que todos os servidores efetivos deste MTur são estáveis.

Tabela de Remuneração

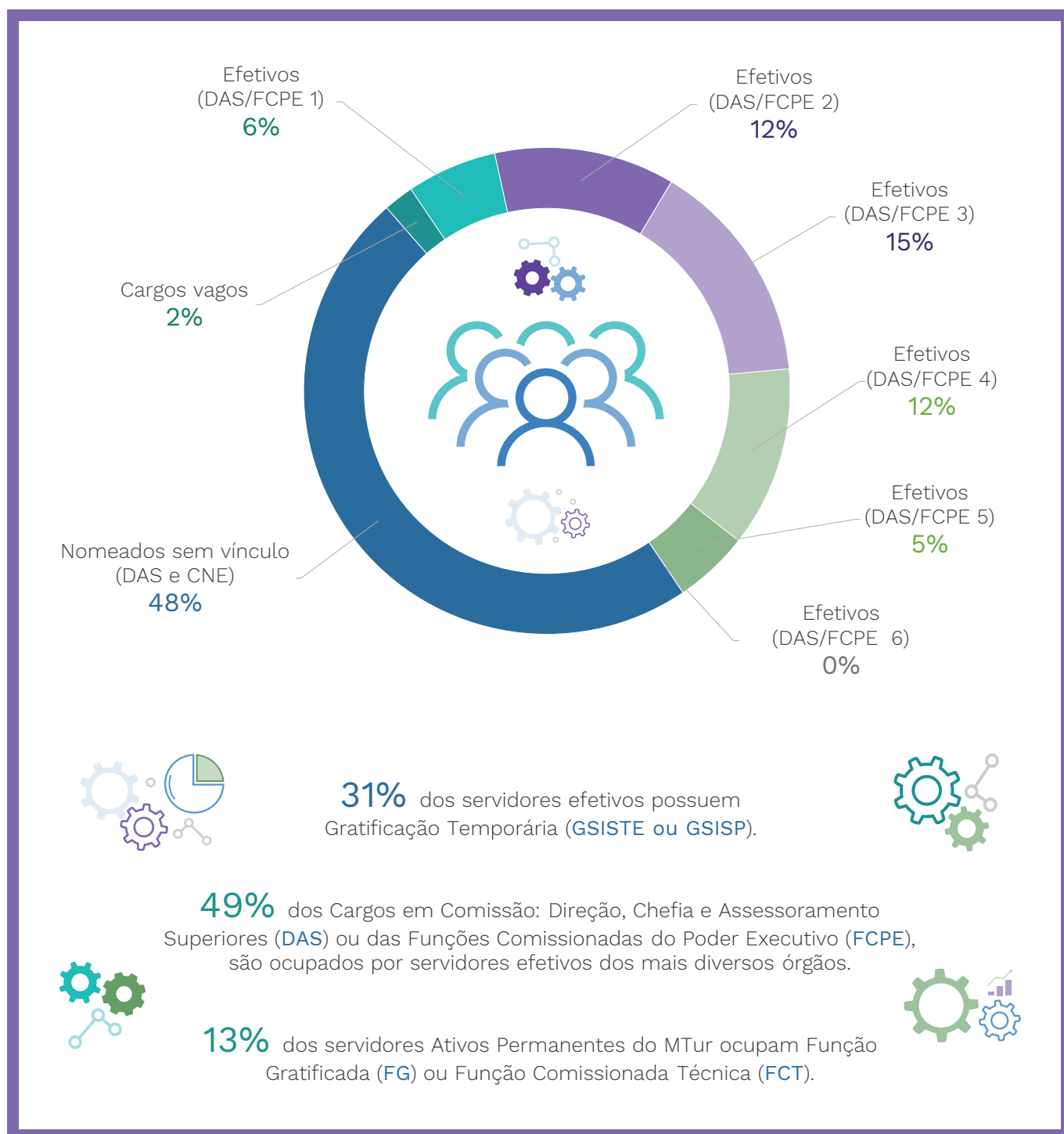
Tabela 15 – Remuneração por cargo

PLANO DE CARGOS	CARGO	REMUNERAÇÃO (R\$)
PGPE – NS	ADMINISTRADOR	5.739,09
PGPE – NI	AGENTE ADMINISTRATIVO	3.837,57
PGPE – NS	ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIVO	5.739,09
PGPE – NS	CONTADOR	5.739,09
CARGOS ESPECÍFICOS - NS	ENGENHEIRO	7.050,41
CARGOS ESPECÍFICOS - NS	ESTATISTICO	7.050,41
PGPE - NS	TECNICO DE NIVEL SUPERIOR	5.739,09

Fonte: MTur

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Gráfico 6 – Distribuição dos cargos em comissão e funções CNE/DAS/FCPE



Fonte: MTur

Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na Unidade Prestadora de Contas (UPC)

No MTur a ocupação de cargos comissionados e funções de confiança apresenta um equilíbrio considerável tanto no que se refere à distribuição por gênero (com leve predominância feminina), quanto ao acesso de servidores efetivos a cargos/funções gerenciais, principalmente pela transformação de parte dos cargos DAS em FCPE.

Entretanto, é necessário estimular a adoção de políticas e normas internas para o acesso dos

servidores do quadro funcional próprio nesses cargos comissionados.

Nessa linha, importante destacar, o avanço de oportunidades à medida que se tornaram mais comuns, no ano de 2019, os processos seletivos para ocupação de cargos, funções e gratificações no âmbito do MTur.

3.7.6. Capacitação: estratégia e números

Em 2019, no âmbito do Programa de Incentivo à Pós-Graduação – PIEP (Portaria GM/MTur nº 94, de 16 de junho de 2017), 11 servidores foram beneficiados com o incentivo a estudo por meio de concessão de reembolso parcial para custear curso de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

No exercício, foi disponibilizado a 29 servidores o benefício do Programa de Incentivo Educacional em Língua Estrangeira – PIELE (Portaria GM/MTur nº 265, de 28 de dezembro de 2016), objetivando incentivar o estudo de línguas estrangeiras por meio de concessão de reembolso de mensalidade.

Cabe ressaltar que, com o advento do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, ambos os programas de incentivo mencionados foram cancelados, pois não é mais possível a utilização de reembolso como forma de promover o benefício.

Em 2019, as ações de capacitação para desenvolvimento técnico e gerencial dos servidores

foram desenvolvidas de acordo com o Plano Anual de Capacitação do órgão (Portaria SE/MTur nº 152, de 30 de maio de 2019), elaborado por meio de levantamento de necessidade de capacitação realizado com os gestores do órgão, o qual identificou a necessidade existente. Diante disso, foram realizadas 09 capacitações, entre cursos e treinamentos, com um total de 117 servidores treinados.

Além de oferecer cursos, o MTur incentiva a participação de servidores em turmas abertas de cursos ofertados por escolas de governo, como a Escola de Administração Fazendária (ESAF), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola do Senado Federal, entre outras. Assim, em 2019, foram apresentados 170 (cento e setenta) certificados de cursos de curta, longa e média duração realizados por servidores.

3.8. Gestão de Tecnologia da Informação

3.8.1. Conformidade legal

A conformidade legal das ações relativas à Gestão de Tecnologia e Segurança da Informação do MTur baseia-se na aplicação das regras e diretrizes

estabelecidas pelo ME, órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), e demais dispositivos legais.

3.8.2. Modelo de governança de TI

O modelo de Governança de Tecnologia da Informação do MTur tem como principal referência a instituição do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2019-2020, aprovado por meio de deliberação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) em 11 de março de 2019.

O CETI é responsável pelo alinhamento entre as ações de TI e as estratégias do órgão por meio do estabelecimento de diretrizes para a aquisição, desenvolvimento, governança e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação.

O PDTIC é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. Nele são definidos indicadores, em conformidade com os objetivos estratégicos da TI, e contém o planejamento de investimentos necessários, quantitativo e capacitação de pessoas, bem como, identificação e tratamento de riscos relacionados à TI.

3.8.3. Montante de recursos aplicados em TI

Em 2019, pouco mais da quantia de R\$ 10 milhões foi aplicada em Tecnologia da Informação, valor que representa 69% do que foi previsto de empenho. Tal

execução foi distribuída em diversos contratos diferentes, categorizados conforme a seguir:

Tabela 16 – Montante de recursos aplicados em TI

CATEGORIA	VALOR EMPENHADO (R\$)	VALOR EXECUTADO (R\$)	% EXECUTADO
<i>Business Intelligence</i>	1.383.184,64	1.335.818,26	97%
Desenvolvimento de <i>Softwares</i>	5.129.594,48	3.351.514,66	65%
Infraestrutura de TIC	2.719.794,62	680.144,92	25%
Serviços de TIC	5.629.775,28	4.852.290,72	86%
TOTAIS	14.862.349,02	10.219.768,56	69%

Fonte: MTur

3.8.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

Durante o período, sete contratos foram firmados com o MTur. Os valores globais dos principais contratos de TIC firmados no exercício 2019 podem ser conferidos na tabela a seguir:

Tabela 17 – Contratações mais relevantes de recursos de TI

CONTRATO (Nº/ANO)	CATEGORIA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	ALINHAMENTO COM O PDTIC 2019-2020	VALOR (R\$)
011/2019	Infraestrutura de TIC	Infovia	SERPRO	Necessidade N43 - A43.3.5	335.462,40
25/2019	Desenvolvimento de Softwares	Google Maps	GEOAMBIENTE SENSORIAMENTO REMOTO – LTDA.	Necessidade N43 - A4 3.2.7	49.200,00
27/2019	Infraestrutura de TIC	Microcomputadores	TORINO INFORMATICA LTDA.	Necessidade N44 - A44.4, A44.10, A44.13, A44.16	1.979.890,00
28/2019	Infraestrutura de TIC	Gravadores de CD/ DVD	TECHNODATA COMPUTADORES LTDA.	Necessidade N44 - A44.4, A44.10, A44.13, A44.16	11.577,00
29/2019	Business Intelligence	Licenças QAP e Treinamento Qlik Sense	INTELIGENCIA DE NEGOCIOS, SISTEMAS E INFORMATICA	Necessidade N37	913.300,00
30/2019	Desenvolvimento de Softwares	Fábrica de Software	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.	Necessidade N43 - A 4 3.3.1	5.428.500,00
31/2019	Desenvolvimento de Softwares	Fábrica de Métricas	EFICÁCIA ORGANIZAÇÃO LTDA.	Necessidade N43 - A43.2.2	93.002,00
TOTAL					8.810.931,40

Fonte: MTur

* Ressalta-se que os valores dispostos acima são os valores globais firmados em cada contrato

3.8.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Em 2019, além dos serviços de sustentação, foram entregues as principais demandas:

Sistemas

- Desenvolvimento de Sistemas Fiscon (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N15): Sistema de fiscalização e de acompanhamento de convênios firmados com o MTur, em complemento ao Sistema SICONV. Custo: R\$ 218.261,40.
- Prêmio Nacional do Turismo (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N09): Sistema para cadastro e seleção

das propostas vencedoras do Prêmio Nacional do Turismo. Viabiliza a recepção de propostas de interessados em concorrer ao prêmio como Profissionais de Destaque, ou que desejem cadastrar suas Iniciativas de Destaque implementadas nos últimos 24 meses. Custo: R\$ 102.418,45.

- **Prodetur (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N05):** Sistema desenvolvido para que a área gestora possa operacionalizar (receber, avaliar e aprovar com base em requisitos técnicos) as propostas do setor privado para obtenção de linhas de financiamento com prazos e juros diferenciados de instituições parceiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para

projetos ligados ao Programa Prodetur+Turismo. Custo: R\$ 659.896,72.

- **Sistema CESI – Combate à Exploração Sexual e Infantil (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N6):** Sistema para divulgação da plataforma de Combate à Exploração Sexual Infantil e para o controle e comprovação das capacitações obrigatórias de obtenção do selo/certificado que o Ministério disponibilizará. Custo: R\$ 41.044,90.

Painéis de Business Intelligence (BI)

- **Desenvolvimento de Painéis DataTur (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** O painel é responsável por demonstrar vários indicadores do turismo brasileiro, sendo que as informações são plotadas no mapa do Brasil, criando um destaque para os indicadores selecionados. O Projeto DataTur visa a abarcar a maior parte dos indicadores turísticos em um lugar único de modo que o usuário possa realizar buscas e filtrar informações que lhe forem mais pertinentes. Custo: R\$ 101.662,50.

- **Painel de Orçamento, Convênios e Emendas (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** O painel conta com três visões: orçamento, convênio e emendas. A primeira exibe os valores financeiros a serem dispendidos nos contratos administrativos do Ministério; a segunda visão exibe os convênios realizados com esta Pasta e monitora a movimentação financeira dos convênios em execução; e, por fim, a terceira fornece a quantidade de emendas parlamentares detalhadas por autor da emenda e valor de recebimento. Custo: R\$ 14.562,50.

- **Painel Impacto Orçamentário (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** Painel construído com a finalidade de monitorar a previsão orçamentária dos contratos administrativos antes e após a supressão de valor. Custo: R\$ 7.375,00.

- **Painéis Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** Painel responsável por exibir indicadores do

relacionados à Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA) do módulos Alunos, cujos indicadores exibem a quantidade de alunos inscritos no Programa BBA e Gestor do Turismo, a porcentagem de alunos qualificados e de alunos em curso, etc. Custo: R\$ 48.625,00.

- **Painel de Gestão de Pessoas (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** O painel de Gestão de Pessoas, da COGEP, possui diversos indicadores que auxiliam na busca de informações dos servidores lotados ou cedidos no MTur. Como exemplo, o painel possui informações da lotação dos servidores nas unidades organizacionais da pasta, além disso conta com uma estrutura para a melhor visualização dos DAS e daqueles que possuem GSISTE ou GSISP. Custo: R\$ 35.750,00.

- **Painel de Chegadas (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** O painel de chegadas relaciona informações sobre os estados federativos que mais recebem turistas, seja a partir da demanda internacional ou a partir da demanda nacional. Além disso, o painel totaliza em bilhões de reais a receita e a despesa cambial gerada pelos turistas em um determinado ano. Custo: R\$ 8.625,00.

- **Painel Controle Financeiro (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37):** O painel de controle financeiro visa a monitorar o saldo atual de que o MTur dispõe para a execução de suas atividades. Custo: R\$ 12.812,50.

• Painel Cadastur (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37): O painel visa a demonstrar graficamente as quantidades de prestadores turísticos que atuam no setor, separados por atividades ou situação cadastral. Esse painel apresenta, dentre outras informações, a evolução quantitativa de ações desempenhadas pelas regionais que resultaram em um deferimento ou indeferimento para os prestadores turísticos. Custo: R\$ 25.648,79.

• Painel SEI (PDTIC 2019-2020 – Necessidade N37): Painel desenvolvido pelo MC e cedido para o MTur, por meio da iniciativa de prospecção de entrega de valor em andamento na CGTI. Tem como objetivo mostrar informações gerenciais acerca de estatísticas de documentos, processos, assinaturas e unidades tramitadas pelo sistema. Custo: R\$ 0,00 (implantação gratuita do painel cedido pelo MC).

Planejamentos da Contratação de TI

As contratações de TI do MTur observam o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do TCU, o qual estabelece que:

“O planejamento da contratação é fundamental para que: 1) a contratação agregue valor ao órgão; 2) os riscos envolvidos sejam gerenciados; 3) a

contratação esteja alinhada com os planejamentos do órgão governante superior ao qual o órgão esteja vinculado, do órgão e de TI do órgão; 4) e os recursos envolvidos sejam bem utilizados, não só os recursos financeiros, mas também os recursos humanos.”

Em 2019, os seguintes planejamentos foram realizados:

Quadro 2 – Planejamentos da Contratação de TI

DESCRIÇÃO	CONTRATO (Nº/ANO)
Infovia.	11/2019
APIs de Geolocalização.	25/2019
Microcomputadores e gravadores de CD/DVD.	27/2019 e 28/2019
Licenças QlikSense Analytics Platform e treinamento.	29/2019
Serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas, aplicativos e portais.	30/2019
Serviços de mensuração de software.	31/2019
Solução para armazenamento de dados (storage), switches e componentes.	Sem contrato assinado até o momento
Microsoft - Enterprise Agreement Subscription.	Sem contrato assinado até o momento
Suporte VoIP.	Sem contrato assinado até o momento

Fonte: MTur

Planejamentos da Contratação de TI

Conforme mencionada no item 3.1 deste Relatório de Gestão, a iniciativa de grande destaque foi a pactuação do Plano Digital do Turismo. O Plano foi pactuado no dia 04 de setembro de 2019 junto à SGD

do ME e à Secretaria Especial de Modernização do Estado (SEME) da Presidência da República. Esse plano tem como objetivo estruturar ações de transformação digital dos serviços públicos que

possuem interação com o cidadão.

As atividades foram planejadas por trimestre, iniciando pelo 4º trimestre de 2019 e com finalização prevista para o 4º trimestre de 2020.

No 4º trimestre de 2019 as seguintes atividades foram realizadas:

- Painel DataTur;

- SEI: Implantação do peticionamento eletrônico, barramento entre órgãos e pesquisa pública
- Atualização dos serviços no Portal Único GOV.BR;
- Revisão do Plano de Dados Abertos (em andamento); e
- SNRHos – análise e prospecção de soluções para a transformação digital.

3.8.6. Segurança da informação

Em 2019, além do alinhamento estratégico para a aderência aos normativos da Administração Pública Federal e às determinações e recomendações provenientes dos órgãos de controle, o MTur buscou a melhor aplicação dos recursos tecnológicos e o fortalecimento das ações voltadas para Segurança da Informação e Comunicação. Com isso, prospectou melhorias para garantir a

disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações e demais ativos estratégicos do MTur.

Dentro da estrutura de Governança, o MTur debate e delibera a respeito de temas na área Segurança da Informação e Tratamento de Informação Classificada.

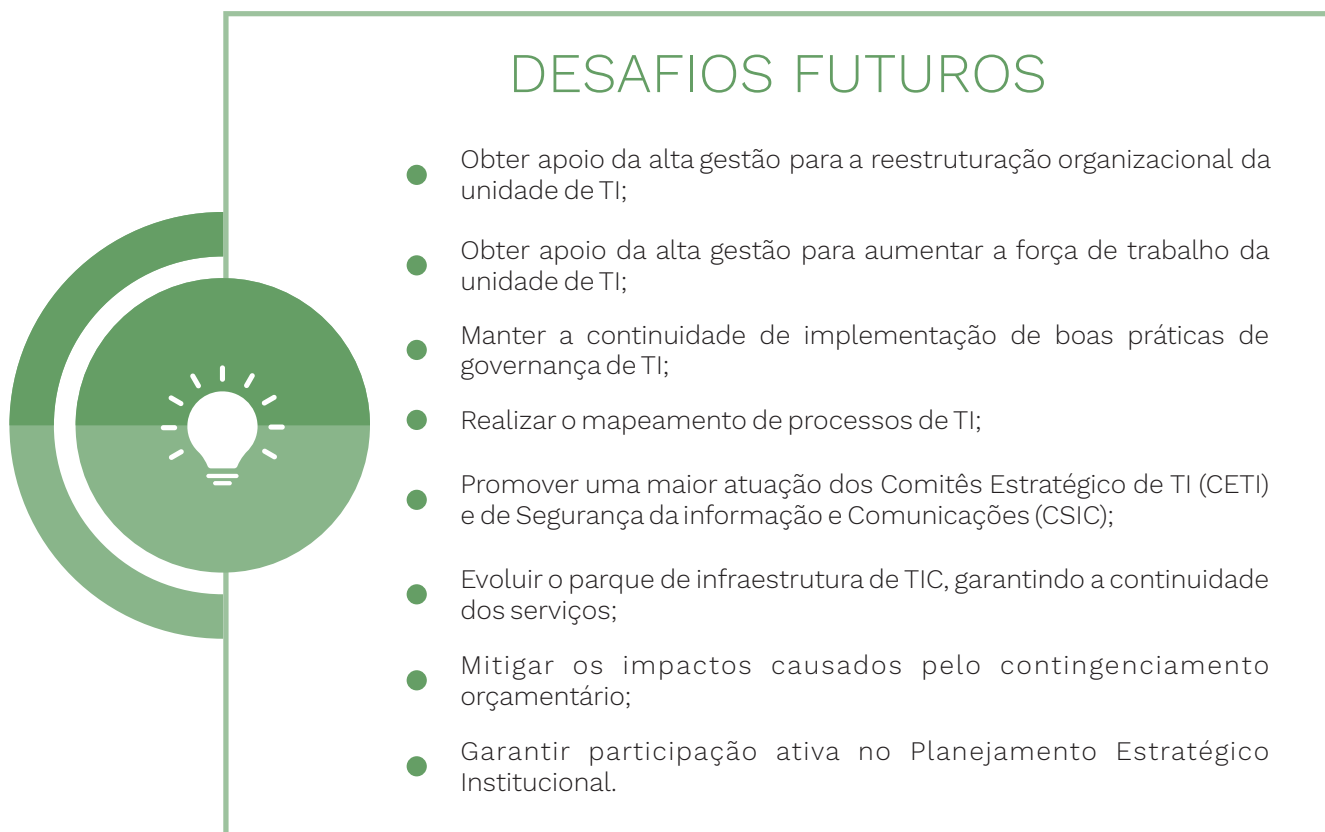
3.8.7. Principais desafios e ações futuras

Figura 22 – Forças e oportunidades



Fonte: MTur

Figura 23 – Desafios futuros



Fonte: MTur

3.9. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

As atividades de correição no MTur são enquadradas nos seguintes tipos: apuração de denúncias; instauração de investigações preliminares; supervisão, coordenação e apoio técnico às comissões disciplinares instauradas, além da apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas.

No exercício de 2019, foram operacionalizados 25 procedimentos correccionais, conforme dados registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), em cumprimento à obrigação prevista no artigo 5º, inciso V, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, bem como aos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Observa-se que a maior parte das apurações em âmbito da Corregedoria do MTur se concentram em

“irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos”, respondendo por 75% dos procedimentos apuratórios.

Em 2019 foram realizadas nove análises de admissibilidade de denúncias remetidas a esta Corregedoria por cidadãos ou servidores, com o intuito de municiar os processos dos elementos de autoria e materialidade.

Destaca-se que a elevada quantidade de processos em andamento refere-se a um passivo de processos decorrentes da **“Operação Voucher”**, a qual teve por objetivo investigar fatos ocorridos entre 2011 e 2016. Esses processos necessitam de diversas análises técnicas e a coleta dos elementos de prova é dificultosa.

Gráfico 7 – Situação dos Processos Disciplinares



Fonte: Sistema CGU-PAD (data de referência 31/12/2019)

3.10. Prestação de Contas de Convênios

No exercício de 2019, foram celebrados 62 convênios, com o valor empenhado acumulado de R\$ 20.879.525,95, tendo sido desembolsado o valor de R\$ 9.357.794,38, os quais envolveram 52 emendas aplicadas (Plataforma + Brasil-Painéis Gerenciais + BRASIL 2020 e Controle CEAC).

Com foco na melhoria do fluxo e do tempo relacionado ao trâmite dos processos, no decorrer do exercício, o MTur realizou inspeção para mapear o passivo e identificar possíveis falhas de tramitação, com vistas a otimizar a gestão e o

gerenciamento de frentes de trabalho.

Em relação a fluxos, passou-se a cumprir estritamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no que diz respeito aos Recursos Administrativos. Dessa forma, ocorreu uma redução no número de análises e se assegurou o duplo grau de jurisdição, garantindo o contraditório e ampla defesa, bem como consagrando, também, o princípio da eficiência.

Em janeiro de 2018 o número de processos

pendentes de análises e/ou trâmites conclusivos correspondia a aproximadamente 1.200 convênios. Após o estabelecimento de metas visando a redução de processos, em janeiro de 2019, o número passou

para 802 convênios. Como resultado do emprego contínuo de esforços na busca da diminuição do passivo, em dezembro de 2019 somente 409 convênios aguardavam análise.

Tabela 18 – Prestação de Contas de Convênios

DATA	QUANTIDADE DE CONVÊNIOS PENDENTES DE ANÁLISE FINANCEIRA
Janeiro de 2018	1.200
Janeiro de 2019	802
Dezembro de 2019	409

Fonte: MTur

Ainda, sobre a busca de soluções para redução do passivo de prestação de contas de convênios, conforme mencionado no item 3.1 deste Relatório, o MTur aderiu ao modelo de análise preditiva informatizada por meio da Portaria GM/MTUR nº 392, de 18 de dezembro 2019. A ferramenta está em fase de implementação e será extremamente útil, visto que, a partir dos dados coletados e apresentados, o MTur poderá aplicar a análise informatizada a 86% do seu passivo, que corresponde a 47% do total dos recursos e, ainda, terá um valor de benefício potencial acima do impacto, de aproximadamente 11 milhões de reais.

A ferramenta também apresenta outro benefício chamado de custo de oportunidade, o qual consiste na liberação da mão de obra envolvida na análise detalhada, possibilitando melhor aproveitamento da força de trabalho aplicada, com a atuação dos técnicos de forma mais ampla em todas as fases dos instrumentos de transferências voluntárias.

Quanto ao tempo empregado à análise individualizada dos convênios, este poderá variar a depender da complexidade e volume de documentos a serem avaliados. Após a distribuição do processo ao técnico, estima-se o tempo médio de três meses

para análises e trâmites subsequentes.

No que diz respeito às análises de prestações de contas rejeitadas, após esgotadas as medidas administrativas de reparação do dano, foram encaminhados 286 convênios para instauração do procedimento de Tomada de Contas Especial (TCE) e 46 processos para inclusão no CADIN em 2019, resultando na instauração de 132 processos de TCE e na implementação de 100% dos procedimentos de CADIN. Além disso, foram atendidas 938 demandas de órgão de controle (interno e externo) em tempo hábil.

De acordo com a Portaria TCU nº 122, de 20 de abril de 2018, todos os processos inscritos em CADIN por valores inferiores ao mínimo exigido para TCE precisam estar cadastrados no Sistema e-TCE. Seguindo essa determinação, 18 processos foram inseridos no sistema, restando 232 processos para inclusão.

Ressalte-se que em virtude da implantação do Sistema e-TCE, no qual o MTur atuou como piloto junto ao TCU e à CGU, os procedimentos referentes às TCE passaram a ser 100% digitais, propiciando economicidade, celeridade e transparência dos atos.

3.11. Relacionamento com a Sociedade

Em agosto de 2019, o principal canal de atendimento do Ministério às manifestações dos cidadãos passou a ser o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, que reúne em um único lugar os sistemas de Ouvidoria (e-Ouv) e do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) do Governo Federal.

A sociedade dispõe também de: atendimento

presencial pela equipe de Ouvidoria do MTur, atualmente composta por um Ouvidor e três servidores; atendimento telefônico, para esclarecimento de dúvidas e orientações simples; e correio eletrônico. A orientar o uso dos canais disponíveis na Internet - e-Ouv, e-SIC e, mais recentemente, o Fala.BR, as demandas registradas por estes canais foram tratadas e respondidas pela equipe da Ouvidoria.

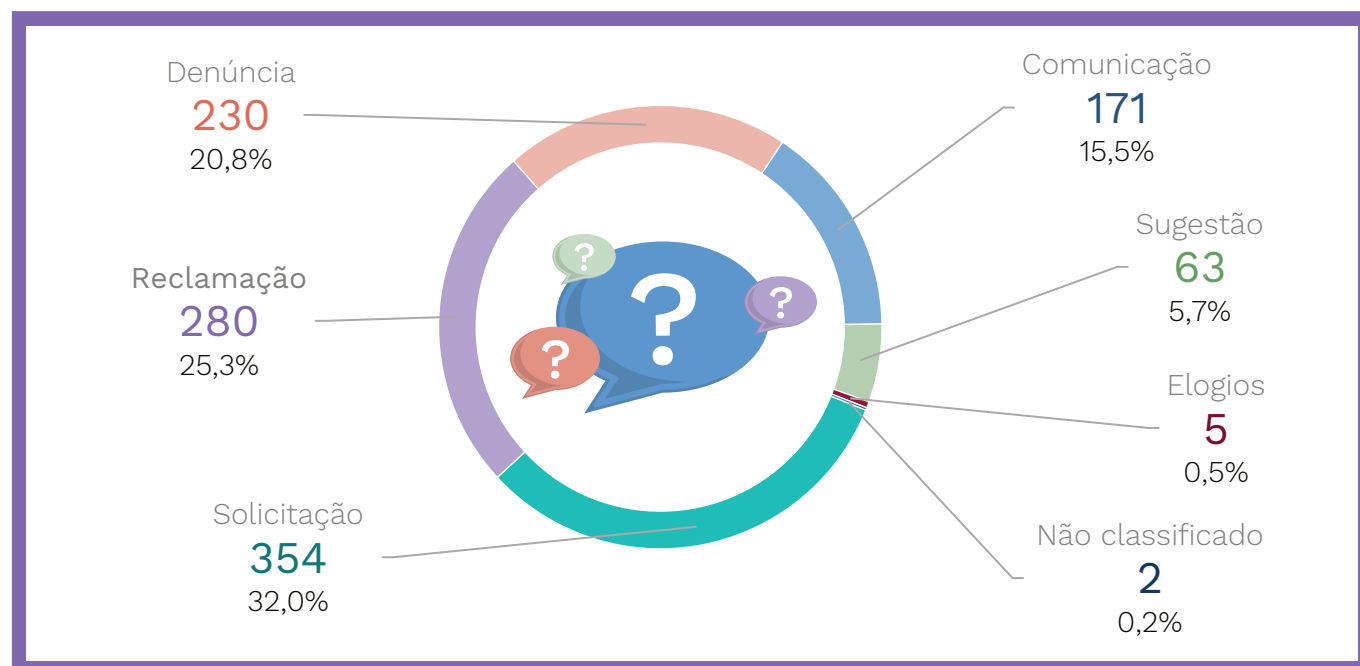
3.11.1. Manifestações de Ouvidoria e Pedidos de Acesso à Informação

Figura 24 – Atendimentos da Ouvidoria



Fonte: MTur

Gráfico 8 – Manifestações e-OUV, por tipo



Fonte: MTur

Figura 25 – Sistema SIMPLIFIQUE

Sistema SIMPLIFIQUE

Foram recebidas também, outras **40 demandas** por meio do sistema SIMPLIFIQUE, dentre as quais destacam-se as sugestões apresentadas para melhoria das funcionalidades de acesso e cadastro CADASTUR e de simplificação do processo de cadastramento de Guias de Turismo e para a realização de cadastro no site Turismo Acessível.



Todas as demandas foram repassadas as áreas técnicas, que emitiram suas respostas, contribuindo para a melhoria dos sistemas e do atendimento ao cidadão.

Fonte: MTur

Tabela 19 – Comparativo dos pedidos e de recursos SIC recebidos 2018/2019

ANO	TOTAL DE PEDIDOS	RECURSOS AO CHEFE HIERÁRQUICO (1ª INSTÂNCIA)		RECURSOS À AUTORIDADE MÁXIMA (2ª INSTÂNCIA)		RECURSOS À CGU		RECURSOS À CMRI
		QTD.	% EM RELAÇÃO AOS PEDIDOS	QTD.	% EM RELAÇÃO AOS PEDIDOS	QTD.	% EM RELAÇÃO AOS PEDIDOS	
2018	154	10	6,5%	2	1,3%	2	1,3%	0
2019	235	15	6,4%	3	1,3%	1	0,4%	0
Variação	52,6%	50,0%	-1,7%	50,0%	-1,7%	-50,0%	-67,2%	0

Fonte: MTur

Nota-se um aumento da ordem de 52,6% no número de pedidos de acesso à informação de 2018 para 2019, devido a uma maior divulgação da Plataforma Fala.Br, como canal para o registro de demandas. Por outro lado, nota-se que a quantidade de recursos

apresentados se mostrou praticamente inalterada, certamente, como consequência da qualidade, clareza e objetividade no tratamento das demandas pelas áreas competentes e respostas publicadas no e-Sic/Fala.Br.

Gráfico 9 – Serviço de Informação ao Cidadão - SIC



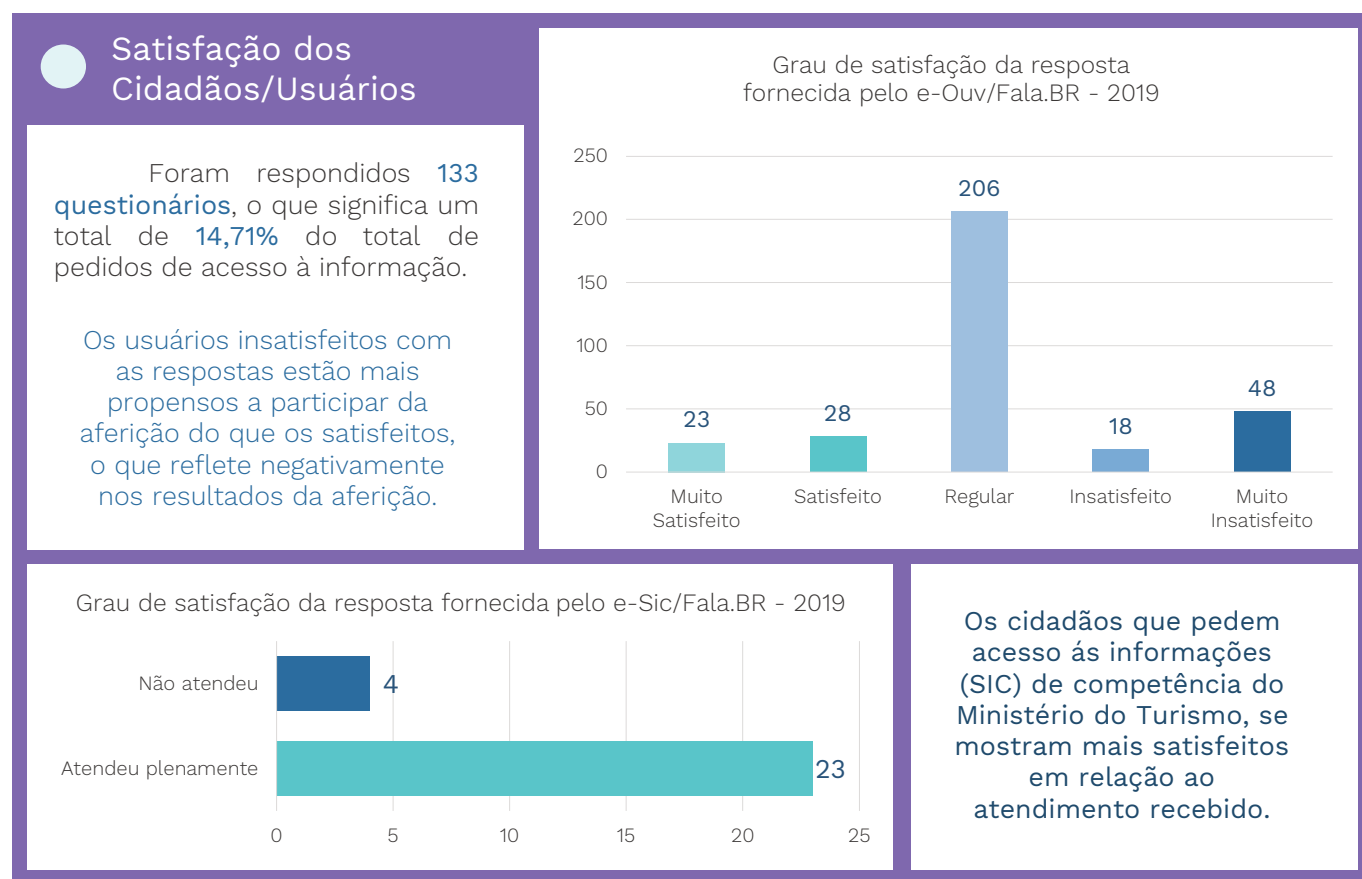
Fonte: MTur

3.11.2. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O Sistema e-OUV/Fala.BR e o Sistema e-SIC possibilitam a aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, por meio de um questionário de avaliação ao final do tratamento da demanda. Porém, nem todos respondem ao questionário e os que respondem são usuários insatisfeitos com as respostas às suas demandas, os mais propensos a participar da aferição. Entretanto, identifica-se que a insatisfação não se refere exatamente ao

atendimento realizado ou à resposta elaborada pelas áreas técnicas e pela equipe de Ouvidoria, mas sim ao fato de, muitas vezes, tratar-se de assunto que não é competência do MTur solucionar. Exemplo disso são as reclamações e as denúncias referentes às relações de consumo entre o cidadão e as empresas ou profissionais do setor de turismo.

Gráfico 10 – Serviço de Informação ao Cidadão - SIC



Fonte: MTur

3.11.3. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

- Monitoramento das informações publicadas pelo Ministério, em cumprimento às obrigações de transparência ativa.
- Elaboração do Plano de Dados Abertos do MTur 2020-2021.
- Divulgação das principais ações e atividades por meio das mídias impressa e sociais (interna e externa) e pelo portal do MTur, tais como:

1. Pagamentos das agências de publicidade, em conformidade com a Lei nº 12.232, de 29 de abril de

2010 (além da prestação de contas mensal à SECOM);

2. Relatórios de pesquisas;

3. Relatórios de gestão das unidades componentes do MTur, resultados de auditoria anual de contas provenientes da CGU, resultado da análise de cada uma das contas anuais analisadas, inclusive dos Acórdãos do TCU concernentes.

4. Normativos que regulam o funcionamento do MTur.

3.11.4. Carta de Serviços ao Cidadão

A versão 2019 da Carta se encontra disponível no Portal Único “gov.br” e pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-turismo>. Porém, seu conteúdo

está em processo de atualização, conforme pactuado no Plano Digital do Turismo, junto à SGDI, do ME, e à SEME, com previsão de conclusão até o 4º trimestre de 2020.

3.11.5. Plano de Dados Abertos

O último Plano de Dados Abertos do MTur vigorou no biênio 2016/2017, porém, o trabalho de atualização do referido Plano ocorreu ao longo do 4º trimestre de 2019, constando no rol de atividades que compõem

o Plano Digital do Turismo. A revisão do conteúdo elaborado e a publicação da versão final do documento estão previstas para o 2º quadrimestre de 2020.

4

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Ministério do Turismo

4.1.1. Declaração da Contadora

Declaração com Ressalva

Unidade Jurisdicionada: Ministério do Turismo

Exercício: 2019

Declaro que as informações relativas à execução levantada por Unidade Gestora Responsável integram os demonstrativos contábeis, levantados do SIAFI: Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.6) aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008, referentes ao exercício de 2019, e com base na Conformidade de Registro de Gestão, registradas pelas unidades, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, exceto no tocante as ressalvas por unidade gestora abaixo:

Unidade Gestora: 540007 - CEF – Ministério do Turismo:

- existência de saldos nas Contas do grupo 81.221.01.00, 81.221.01.02 e 81.221.01.03 – Convênios e Instrumentos Congêneres, em que se encontram registrados estoques de Contratos de Repasse, cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar (Restrição: 662), A comprovar (Restrição: 660) e A Aprovar (Restrição: 661);

- permanência de Saldo invertido na Conta 21.891.0700 – Contrato de Repasse a Pagar do Grupo Outras obrigações a Curto Prazo – Consolidação. - Restrição: 676;

- reclassificação inconsistente de Ordem Bancária devolvida em 2014, que gerou alerta nas Equações 0297 - Passivo Financeiro Extra X DDR Extra Orçamentária e 0696 - DDR a utilizar Extra Orçamentária e 0198 - BP - DSF - Recursos vinculados. Restrição: 772 - Demais Incoerências - DDR e 748 - Demais incoerências - Balanço Patrimonial.

A responsabilidade pelos demonstrativos da unidade gestora: 5400007 - CEF, cabe ao Contador Waldiney de Jesus Silva Carvalho, entretanto por se tratar de uma unidade gestora subordinada à SNETUR foi incluída nessa declaração.

Unidade Gestora: 540001 – Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF:

- Existência de Saldo na conta dos Grupos: 81.221.02.01 e 81.221.02.02 – TED A Repassar c/data expirada (restr.775) e TED A Comprovar c/data expirada (restr.773).

Unidade Gestora: 540004 – Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL:

- existência de saldo na conta dos grupos: 81.221.02.01 e 81.221.02.02 – TED A Repassar c/ data expirada (restr.775) e TED A Comprovar c/data expirada (restr.773);
- existência de saldos nas contas do grupo 81.221.01.02 - Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Convênio, cuja vigência expiraram nas situações de A Comprovar (restr.656);
- impossibilidade de aferir os saldos contábeis de Bens Móveis, por não haver remessa do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) e Relatório de Movimentação de Bens de Almoxarifado (RMA) desde o mês de julho. Bem como inconsistências no controle patrimonial encontrado na elaboração desses relatórios enviados em meses anteriores (Restrição 302), fragilidade ocorrida por não adoção de procedimentos obrigatórios de controle patrimonial tais como: inventário anual (até o encerramento do exercício), reavaliação dos bens móveis e utilização de sistema deficitário na gestão dos bens;
- falta/evolução incompatível de depreciação de ativos imobilizados (Restrição 642) e ativos intangíveis (restr.643);
- ausência de reclassificação de conta do Ativo imobilizado por determinação da Subsecretaria de Contabilidade Federal, por alteração de critérios contábeis das NBCT's em 2015 (Restrição 605);
- existência de saldos alongados em contas transitórias do Ativo Circulante (restr.606) – Bens não localizados, bem como de elevação significativa do saldo desta conta contábil.
- existência de saldos alongados indevidos em contas transitórias do Passivo Circulante e reclassificação utilizando código indevido para a situação (restr.674 e Restrição 681) - Conta 21.891.36.01 – GRU – Valores em trânsito para estorno de Despesa;
- ausência de registros de direitos em contas do

Ativos, tais como: Marcas e Patentes e Garantias em Contratos Administrativos (Restrição 604);

- pagamento de despesas com classificação equivocada, gerando saldo contábil indevido nas contas de imóveis (Restrição 538);
- ausência de conciliação de saldos de provisão de salários, 13º salário e 1/3 férias no encerramento do exercício (Restrição 321).

Unidade Gestora: 540005 – Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo SNETUR - Contratos:

- existência de saldo na conta dos grupos: 81.221.02.01 e 81.221.02.02 – TED A Repassar c/ data expirada (restr.775) e TED A Comprovar c/data expirada (restr.773);
- existência de saldos alongados indevidos em contas transitórias do Passivo Circulante (restr.674 e Restrição 737) – Ordem Bancária cancelada pendente de regularização de exercícios anteriores.

Unidade Gestora: 540012 – Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTUR) - Convênios:

- existência de saldos nas contas do grupo 81.221.01.03 - Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Convênio, cuja vigência expiraram nas situações de A Aprovar (restr.657);
- existência de saldos nas contas do grupo 81.221.01.03 - Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Termo de Parceria, cuja vigência expiraram nas situações de A Aprovar (restr.666).

Unidade Gestora: 540016 – SNETUR – Convênios:

- existência de saldos nas contas do grupo 81.221.01.03 - Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Convênio, cuja vigência expiraram nas situações de A Aprovar (restr.657);

- existência de saldos nas contas do grupo 81.221.01.03 - Saída de Recursos, em que se encontram registrados estoques de Termo de Parceria, cuja vigência expiraram nas situações de A Aprovar (restr.666).

Conformidade de Registro de gestão

A conformidade deixou de ser registrada em praticamente todas as unidades gestoras vinculadas ao MTur, em cerca de 80% dos meses. Com exceção da UG 540007 – CEF/MTUR em que todas as conformidades foram registradas sem restrições.

Ressalta-se que as Unidades foram inquiridas sobre as inconsistências mediante mensagens SIAFI e Notas Técnicas mensais – via Processo SEI e que muitas dessas inconsistências tem acontecido de forma reiterada ou não resolvidas. Foram lançadas no Sistema SIAFI as restrições contábeis durante o exercício de 2019 e não regularizadas até o encerramento do exercício.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as boas práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras foram realizados pela Setorial de Contabilidade do MTur via SIAFI;
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI;
- o registro das ocorrências contábeis no SIAFI deverá ser realizado independentemente de se referir a um problema de sistema, pois o objetivo do registro é evidenciar as ocorrências que necessitam de regularização, ajuste de rotina ou de sistema. Dessa forma, ressalta-se que algumas restrições durante o exercício foram registradas levando em consideração este item.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 09 de março de 2020.

Marielli Araújo Paiva

CRC/MG- 087.673/O-1 T-DF

4.1.2. Demonstrações Contábeis

A Setorial Contábil é responsável pelo acompanhamento da execução contábil e pelo registro da respectiva conformidade contábil do órgão superior e suas entidades supervisionadas nos termos do Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e da Portaria GM/MTur nº 36, de 29 de

janeiro de 2019, que aprova o Regimento Interno do Ministério.

O escopo das informações aqui apresentadas abrange as demonstrações contábeis consolidadas das unidades que compõem a Unidade Prestadora de Contas - Administração Direta do MTur enquanto Órgão Superior, no exercício de 2019:

Tabela 20 – Unidades que compõem a UPC

UG	UNIDADE
540001	Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF
540004	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
540005	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo - Contratos
540006	Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo - Contratos
540007	Caixa Econômica Federal - Ministério do Turismo
540012	Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo - Convênios
540013	Prodetur/NE-II TF054155/MTUR
540014	Prodetur Nacional - MTUR
540016	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo - Convênios
540017	Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional

Fonte: MTur

A estrutura do MTur conta ainda com o Fungetur e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). O Fungetur apresentará as suas demonstrações de forma separada no Relatório de Gestão do Ministério.

A Embratur passou por alterações em razão da publicação da Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro de 2019 (convertida na Lei nº 14.002/2020), e do Decreto nº 10.172, de 11 de dezembro de 2019, tendo sido efetivado este ato quando da publicação da Resolução GM/MTur nº 1, de 19 de dezembro de 2019, que aprovou o Estatuto da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - Embratur.

Os procedimentos de inventariança para encerrar as obrigações e os deveres do Instituto Brasileiro de Turismo foram iniciados ainda no exercício de 2019. Sendo, portanto, abrangida pelo art. 11 da Decisão

Normativa TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, a qual determina que às UPC que forem submetidas ao processo de extinção, prestarão contas referente à gestão ocorrida no encerramento desse processo, na forma de prestação ou tomada de contas extraordinárias. Destaca-se que os parâmetros para a apresentação da prestação de contas da Embratur (Instituto) estão em fase de tratativas junto ao TCU.

A conformidade das demonstrações contábeis é realizada pela Setorial, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI que seguem os Princípios e as Normas Contábeis aplicáveis ao setor público e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada para assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O relatório das Demonstrações Contábeis não incluirá a Demonstração das Variações do

Patrimônio Líquido, pois esta Demonstração não é obrigatória para a Administração Direta.

Balanco Patrimonial

O Balanco Patrimonial evidencia a situação patrimonial (ativos e passivos) da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio

público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Tabela 21 – Balanco Patrimonial Resumido

 MINISTÉRIO DO TURISMO Balanco Patrimonial Resumido Órgão Superior - Administração Direta - União (Exceto Fundos) Exercício 2019					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	134.562.563,75	136.440.753,15	PASSIVO CIRCULANTE	1.118.623.516,08	257.871.114,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.482.468,66	134.281.380,09	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.054.506,19	3.676.732,60
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	33.921.541,99	1.987.859,64	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	889.229,24	-
Estoques	158.553,10	171.513,42	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.114.679.780,65	254.194.382,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	72.228.805,76	60.267.657,24			
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.045.510,58	2.045.510,58	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.544.268,36	2.544.268,36
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.045.510,58	2.045.510,58	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	2.544.268,36	2.544.268,36
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	65.973.952,64	54.912.804,12	Provisões a Longo Prazo	-	-
Bens Móveis	7.269.065,07	6.919.195,24	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Bens Móveis	18.074.537,90	17.724.668,07	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(10.805.472,83)	-10.805.472,83	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.121.167.784,44	260.415.383,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	58.704.887,57	47.993.608,88	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Imóveis	58.704.887,57	47.993.608,88	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Resultados Acumulados	-914.376.414,93	-63.706.972,85
Intangível	4.209.342,54	3.309.342,54	Resultados do Exercício	-891.755.383,42	54.833.183,53
Softwares	4.209.342,54	3.309.342,54	Resultados de Exercícios Anteriores	-63.706.972,85	-198.168.372,12
Softwares	4.209.342,54	3.309.342,54	Ajustes de Exercícios Anteriores	41.085.941,34	79.628.215,74
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-914.376.414,93	-63.706.972,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
TOTAL DO ATIVO	206.791.369,51	196.708.410,39	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	206.791.369,51	196.708.410,39

Fonte: MTur

Os ativos e os passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, confere viés orçamentário ao Balanco Patrimonial ao separar o

ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Tabela 22 – Ativos e passivos

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.580.506,58	26.530.441,97	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.186.868.045,84	3.607.953.771,55
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.580.506,58	26.530.441,97	Execução dos Atos Potenciais Passivos	3.186.868.045,84	3.607.953.771,55
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	23.036.238,22	23.986.173,61	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	2.721.569.700,36	3.137.030.948,28
Direitos Contratuais a Executar	2.544.268,36	2.544.268,36	Obrigações Contratuais a Executar	465.298.345,48	470.922.823,27
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.580.506,58	26.530.441,97	TOTAL	3.186.868.045,84	3.607.953.771,55

Fonte: MTur

Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, o qual é apurado pelo confronto entre as

variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Tabela 23 – Demonstrações das Variações Patrimoniais

 MINISTÉRIO DO TURISMO Demonstração de Variações Patrimoniais Órgão Superior - Administração Direta - União (Exceto Fundos) Exercício 2019					
Em Unidade de Real (R\$)					
	2019	2018		2019	2018
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	Pessoal e Encargos	32.726.706,98	35.252.774,28
Contribuições	-	-	Remuneração a Pessoal	25.737.013,85	27.560.455,62
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	20.636,00	13.639,00	Encargos Patronais	4.242.461,14	4.658.121,82
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	20.636,00	13.639,00	Benefícios a Pessoal	2.724.329,12	2.759.938,28
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	238.121,78	613.250,71	Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	22.902,87	274.258,56
Juros e Encargos de Mora	95.214,26	189.586,75	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.084,45	6.922,12
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	142.907,52	423.663,96	Aposentadorias e Reformas	2.162,33	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.295.178.166,37	1.468.943.312,93	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.922,12	6.922,12
Transferências Intragovernamentais	1.295.178.166,37	1.468.850.812,62	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	79.783.642,89	100.367.804,40
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	92.500,31	Uso de Material de Consumo	69.838,90	167.097,70
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	44.794.033,61	-	Serviços	79.713.803,99	99.802.161,10
Ganhos com Incorporação de Ativos	35.708.931,84	-	Depreciação, Amortização e Exaustão	-	398.545,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.085.101,77	-	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	9.662,26
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	127.924.137,42	136.761.040,72	Descontos Financeiros Concedidos	-	9.662,26
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	127.924.137,42	136.761.040,72	Transferências e Delegações Concedidas	2.228.330.019,67	1.415.059.100,01
			Transferências Intragovernamentais	867.849.945,11	1.009.727.828,19
			Transferências Intergovernamentais	1.359.479.734,11	405.039.145,64
			Transferências ao Exterior	1.000.340,45	-
			Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	292.126,18
			Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18.097.580,12	139.711,09
			Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
			Incorporação de Passivos	13.630.508,59	-
			Desincorporação de Ativos	4.467.071,53	139.711,09
			Tributárias	1.081,83	255,00
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.081,83	255,00
			Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	962.362,66	661.830,67
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	962.362,66	661.830,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.468.155.095,18	1.606.331.243,36	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.359.910.478,60	1.551.498.059,83
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO				-891.755.383,42	54.833.183,53

Fonte: MTur

Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base no modelo apresentado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª edição. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o

saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Receitas Orçamentárias

No exercício de 2019, as receitas realizadas 147.651,52, de um valor total previsto de R\$ (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 512.142,00.

Tabela 24 – Receitas Orçamentárias

Em Unidade de Real (R\$)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	512.142,00	512.142,00	147.651,52	-364.490,48
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	512.142,00	512.142,00	142.907,52	-369.234,48
Valores Mobiliários	512.142,00	512.142,00	142.907,52	-369.234,48
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	4.744,00	4.744,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	4.744,00	4.744,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Balanco Orçamentário	512.142,00	512.142,00	147.651,52	-364.490,48
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	512.142,00	512.142,00	147.651,52	-364.490,48
DEFICIT			795.016.435,64	795.016.435,64
TOTAL	512.142,00	512.142,00	795.164.087,16	794.651.945,16
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

Fonte: MTur

Despesas Orçamentárias

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Verifica-se que as despesas empenhadas corresponderam a 94% do total da Dotação e liquidadas apenas 12%.

Tabela 25 – Despesas Orçamentárias

Em Unidade de Real (R\$)

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	274.864.200,00	233.518.027,00	194.098.388,53	99.921.437,19	96.346.835,59	39.419.638,47
Pessoal e Encargos Sociais	35.660.166,00	35.788.892,00	30.926.809,26	30.615.541,27	28.744.664,95	4.862.082,74
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	239.204.034,00	197.729.135,00	163.171.579,27	69.305.895,92	67.602.170,64	34.557.555,73
DESPESAS DE CAPITAL	550.411.689,00	607.068.262,00	601.065.698,63	1.905.608,86	1.905.608,86	6.002.563,37
Investimentos	550.411.689,00	607.068.262,00	601.065.698,63	1.905.608,86	1.905.608,86	6.002.563,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	825.275.889,00	840.586.289,00	795.164.087,16	101.827.046,05	98.252.444,45	45.422.201,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	825.275.889,00	840.586.289,00	795.164.087,16	101.827.046,05	98.252.444,45	45.422.201,84
TOTAL	825.275.889,00	840.586.289,00	795.164.087,16	101.827.046,05	98.252.444,45	45.422.201,84

Fonte: MTur

Restos a Pagar

No encerramento do exercício de 2019, a inscrição e reinscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados totalizaram a quantia de R\$ 2.733.199.161,83 (soma de “Inscritos em Exercícios Anteriores” e “Inscritos em 31/12 do Exercício Anterior”).

Ressalte-se que os valores de Restos a Pagar não Processados Liquidados a pagar foram tratados nesse item como Restos a Pagar Processados, conforme indica a Macrofunção SIAFI 02.03.17 – Restos a pagar.

Tabela 26 – Demonstrativo de execução de restos a pagar não processados

Em Unidade de Real (R\$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	26.124.624,06	39.617.229,24	28.576.572,82	27.601.572,82	24.329.446,98	13.810.833,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	146.071,04	-	-	146.071,04	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.124.624,06	39.471.158,20	28.576.572,82	27.601.572,82	24.183.375,94	13.810.833,50
DESPESAS DE CAPITAL	2.098.688.062,41	932.837.977,75	1.356.116.149,55	399.705.368,62	736.342.430,11	1.895.478.241,43
Investimentos	2.098.688.062,41	932.837.977,75	1.356.116.149,55	399.705.368,62	736.342.430,11	1.895.478.241,43
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.124.812.686,47	972.455.206,99	1.384.692.722,37	427.306.941,44	760.671.877,09	1.909.289.074,93

Fonte: MTur

Tabela 27 – Demonstrativo de execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

Em Unidade de Real (R\$)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.673.261,08	2.226.321,50	2.226.321,50	5.508.135,08	165.126,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.968.479,69	1.968.479,69	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.673.261,08	257.841,81	257.841,81	5.508.135,08	165.126,00
DESPESAS DE CAPITAL	225.833.513,62	21.089.321,49	60.313.450,83	59.776.066,09	126.833.318,19
Investimentos	225.833.513,62	21.089.321,49	60.313.450,83	59.776.066,09	126.833.318,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	231.506.774,70	23.315.642,99	62.539.772,33	65.284.201,17	126.998.444,19

Fonte: MTur

Balanco Financeiro

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro evidencia os ingressos e saídas de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como de recebimento e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício

anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra- orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Tabela 28 – Balanço Financeiro

 MINISTÉRIO DO TURISMO Balanço Financeiro Órgão Superior - Administração Direta - União (Exceto Fundos) Exercício 2019					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	147.651,52	426.035,96	Despesas Orçamentárias	795.164.087,16	1.108.053.869,13
Ordinárias	-	-	Ordinárias	570.215.545,34	1.013.459.681,73
Vinculadas	147.651,52	426.035,96	Vinculadas	224.948.541,82	94.594.187,40
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	14.000,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	147.651,52	426.035,96	Receitas Financeiras	224.934.541,82	-
Recursos a Classificar	-	-	Operação de Crédito	-	94.594.187,40
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.295.078.198,38	1.468.850.812,62	Transferências Financeiras Concedidas	867.749.977,12	1.009.727.828,19
Resultantes da Execução Orçamentária	338.125.115,17	440.759.326,89	Resultantes da Execução Orçamentária	234.366.610,96	340.319.274,94
Cota Recebida	193.117.298,32	280.633.317,96	Repassé Concedido	78.518.214,91	104.704.671,21
Repassé Recebido	-	3.456,72	Sub-repassé Concedido	109.762.617,77	160.122.552,21
Sub-repassé Recebido	109.762.617,77	160.122.552,21	Cota Devolvida	10.840.579,20	75.492.051,52
Sub-repassé Devolvido	35.245.199,08	-	Sub-repassé Devolvido	35.245.199,08	-
Independentes da Execução Orçamentária	956.953.083,21	1.028.091.485,73	Independentes da Execução Orçamentária	633.383.366,16	669.408.553,25
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	939.754.828,58	1.026.645.568,50	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	492.352.262,61	532.773.959,15
Demais Transferências Recebidas	6.697.546,40	970.527,27	Demais Transferências Concedidas	1.810.178,87	312.243,05
Movimentação de Saldos Patrimoniais	10.500.708,23	475.389,96	Movimento de Saldos Patrimoniais	139.220.924,68	136.322.351,05
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	824.048.778,55	1.112.221.106,73	Pagamentos Extraorçamentários	490.159.475,60	472.451.481,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.574.601,60	2.315.464,36	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	62.539.772,33	71.913.769,80
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	693.337.041,11	972.455.206,99	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	427.306.941,44	398.821.336,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-248.857,83	1.864.555,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	277.644,73	1.716.374,91
Outros Recebimentos Extraorçamentários	127.385.993,67	135.585.879,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	35.117,10	-
Arrecadação de Outra Unidade	127.350.172,38	135.585.879,43	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	35.117,10	-
Demais Recebimentos	35.821,29	-	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	134.281.380,09	143.016.603,50	Saldo para o Exercício Seguinte	100.482.468,66	134.281.380,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	134.281.380,09	143.016.603,50	Caixa e Equivalentes de Caixa	100.482.468,66	134.281.380,09
TOTAL	2.253.556.008,54	2.724.514.558,81	TOTAL	2.253.556.008,54	2.724.514.558,81

Fonte: MTur

Demonstração de Fluxo de Caixa

Esta Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF.

Tabela 29 – Demonstrativo de Fluxos de Caixa

 MINISTÉRIO DO TURISMO Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Todos os Orçamento Órgão Superior - Administração Direta - União (Exceto Fundos) Exercício 2019			Em Unidade de Real (R\$)	
	2019	2018		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-21.837.762,91	6.825.806,38		
INGRESSOS	1.422.362.985,74	1.606.727.283,96		
Receitas Derivadas e Originárias	147.651,52	426.035,96		
Remuneração das Disponibilidades	142.907,52	423.663,96		
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.744,00	2.372,00		
Transferências Correntes Recebidas	-	-		
Outros Ingressos Operacionais	1.422.215.334,22	1.606.301.248,00		
Ingressos Extraorçamentários	-248.857,83	1.864.555,95		
Transferências Financeiras Recebidas	1.295.078.198,38	1.468.850.812,62		
Arrecadação de Outra Unidade	127.350.172,38	135.585.879,43		
Demais Recebimentos	35.821,29	-		
DESEMBOLSOS	-1.444.200.748,65	-1.599.901.477,58		
Pessoal e Demais Despesas	-109.254.892,70	-127.814.586,58		
Administração	-8.604.025,93	-		
Previdência Social	-4.972,80	-		
Ciência e Tecnologia	-	-3.456,72		
Comércio e Serviços	-100.645.893,97	-127.811.129,86		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-		
Juros e Encargos da Dívida	-	-		
Transferências Concedidas	-466.883.117,00	-460.642.687,90		
Intergovernamentais	-461.658.404,01	-455.863.593,95		
A Estados e/ou Distrito Federal	-60.657.989,36	-79.624.242,10		
A Municípios	-401.000.414,65	-376.239.351,85		
Intragovernamentais	-4.224.712,99	-4.779.093,95		
Outras Transferências Concedidas	-1.000.000,00	-		
Outros Desembolsos Operacionais	-868.062.738,95	-1.011.444.203,10		
Dispêndios Extraorçamentários	-277.644,73	-1.716.374,91		
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-35.117,10	-		
Transferências Financeiras Concedidas	-867.749.977,12	-1.009.727.828,19		

Em Unidade de Real (R\$)		
	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.961.148,52	-15.561.029,79
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-11.961.148,52	-15.561.029,79
Aquisição de Ativo Não Circulante	-349.869,83	-451.986,45
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-11.611.278,69	-15.109.043,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-33.798.911,43	-8.735.223,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	134.281.380,09	143.016.603,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	100.482.468,66	134.281.380,09

Fonte: MTur

4.1.3. Notas Explicativas

Nota 01 – Informações Gerais: Estrutura Organizacional

O MTur é órgão público com personalidade jurídica própria situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Brasília/DF. Ele tem como competência a implantação de uma política nacional de desenvolvimento do turismo, a promoção e

divulgação do turismo nacional no país e no exterior por meio do estímulo de iniciativas públicas e privadas, conforme previsto no Decreto nº 9.664, de 02 de janeiro de 2019 (substituído pelo Decreto nº 10.359/2020, de 20 de maio de 2020).

Nota 02 – Base para Preparação das Demonstrações Contábeis

As notas explicativas das Demonstrações Contábeis do MTur (administração direta), consolidam as informações das unidades e são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade); NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto. As Demonstrações Contábeis foram extraídas diretamente do SIAFI e tiveram como

escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades órgão que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), excetuando o Fundo Geral do Turismo – Fungetur.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF); e
- VI. Notas Explicativas

Nota 03 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Detalhamento sobre os critérios e as políticas contábeis (ou alteração) adotados para mensuração e registro no âmbito deste Ministério serão apresentados nas notas a que se referem, nos casos em que for necessário para maior compreensão das informações.

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades da administração direta integrantes da UPC.

Nota 04 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

A conta de maior relevância no montante da rubrica é a de “Crédito a Receber por dano ao Patrimônio no valor de R\$ 2.029.676,21, valor integralmente relacionado à UG 540007 – CEF/MTUR, referente a registro de responsabilização por Tomada de Contas Especial – TCE.

Na conta Adiantamentos, os Termos de Execução

Descentralizado (TED) possuem a monta de R\$ 31.503.632,23, valores referentes à apropriação de créditos orçamentários e financeiros não utilizados em TED, pendentes de comprovação. A variação de valor entre os anos de 2018 e 2019 se deu por não ter sido efetuado o registro da apropriação dos valores referente a direitos a receber no exercício de 2018.

Nota 05 – Estoques

No estoque estão armazenados materiais de expediente para consumo, interno do Ministério,

registrados pelo valor de aquisição, sendo o saldo composto da seguinte forma:

Tabela 30 – Estoques

DESCRIÇÃO		VALOR (R\$)
1.1.5.6.1.01.00	Materiais de Consumo	142.838,10
1.1.5.8.1.01.01	Estoque Material Acond. E Embalagem Arma	3.245,00
1.1.5.8.1.02.05	Estoque de Materiais para Premiação	12.470,00
SALDO		158.553,10

Fonte: MTur

Os saldos existentes no encerramento do exercício de 2019 estão concentrados na UG 540004 – CGRL, não sendo possível legitimar os valores existentes nas contas contábeis de estoque, uma vez que durante o exercício não foram elaborados os RMA para conciliação das entradas e saídas de bens. Só foram registradas as saídas de matérias de

consumo, de bens de informática, adquiridos para consumo imediato.

Não foi realizado o Inventário Anual, como determinado pela Instrução Normativa nº. 205, de 08 de abril de 1988, a qual deveria ser entregue até 31/12/2019.

Nota 06 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por Bens Móveis e Bens Imóveis e suas respectivas depreciações. O total registrado de Imobilizado é no valor de R\$ 65.973.952,64, distribuído em Bens Móveis, no valor

de R\$ 18.074.537,90, e em Bens Imóveis, no valor de R\$ 58.704.887,57, com o saldo de depreciação acumulada de R\$ 10.805.472,83, mesmo valor do encerramento do exercício de 2018.

Nota 07 – Bens Móveis

O MTur, em 2019, passou por um intenso processo de Inventário e reavaliação dos Bens Móveis, ensejado pela necessidade de implantação do SIADS, e foram constatadas diversas inconsistências na classificação dos bens, algumas irregularidades como a não localização de bens e o não registro da depreciação. Esse cenário tem inviabilizado a emissão do RMB. Tendo em vista a presença de relevante divergências entre os registros do Sistema de Controle de Patrimônio atual

e os registros do SIAFI. O levantamento e a reavaliação dos bens não foram concluídos até o fechamento do exercício de 2019.

A realização do inventário, segundo relatório preliminar e registro no SIAFI, ocasionou na não localização de cerca de 2 mil e 500 bens e na elevação do saldo da conta de “Bens não localizados” na ordem de R\$ 11.653.861,31.

Nota 08 – Bens Imóveis

Valores inconsistentes tendo em vista a constatação de classificação como bens imóveis de aquisições e pagamentos referentes a tarifas do Contrato Administrativo da Caixa para administração e

execução de Contratos de Repasse, e a classificação de aquisição de Sala Cofre. Essas inconsistências já vêm sendo tratadas pela Setorial Contábil a fim de efetuar as regularizações.

Nota 09 – Bens Intangíveis

Conta corrente do grupo de intangíveis com classificação inconsistente por não reclassificação de conta do Ativo, conforme determinado pela Subsecretaria de Contabilidade Federal, por alteração de critérios contábeis das NBCT's em 2015.

Em análise preliminar junto à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), verificou-se a inexistência dos saldos contábeis apresentados nas contas no demonstrativo de 2019, em que algumas despesas classificadas como softwares, não se referiam a essa natureza de despesa.

Nota 10 – Depreciação, Amortização ou exaustão dos Bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-

se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Ministério está em fase de implantação do SIADS.

O registro da depreciação/amortização no SIAFI não foi realizado, durante todo o exercício de 2019.

A publicação da Portaria MP nº 385/2018, que torna obrigatória a implantação do SIADS em 2019 para a administração direta, tem evidenciado as falhas no controle e a necessidade de instituição de novos

fluxos para o controle patrimonial. O MTur encontra-se em fase de implantação, tendo sido realizado o inventário, o qual está em conclusão da conciliação das contas contábeis.

Após a implantação, entende-se que serão minimizadas as divergências, cuja regularização será monitorada por essa Setorial Contábil.

Nota 11 – Ajuste de Exercícios Anteriores

Ajustes na conta no montante de R\$ 2.809.150,00, para adequação dos registros entre o SICONV e SIAFI. Situação em que convênios constavam como cancelados no SICONV e apresentação nota de empenho válida e com valor. Para a regularização

por meio do cancelamento dos restos a pagar, fazia-se necessário o reestabelecimento dos convênios, orientação da CCONT/STN via Comunica SIAFI nº. 2019/1013627. Os procedimentos de regularização estão sendo acompanhados pela Setorial Contábil.

Nota 12 – Ativo Compensado e do Passivo Compensado

Há fragilidade na validação dos valores que compõe o Ativo Compensado, considerando que foi constatada a ausência do registro das garantias recebidas das empresas contratadas, apesar da sistemática de contratações, alterações e encerramento de contratos ao longo dos exercícios anteriores.

Bem como não migração de estoque de convênios entre unidades gestoras (540012 – Secretaria

Nacional Qualif. Promoção Turismo - Convênios e 540016 – Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo – Convênios), à época de alteração no Regimento Interno do MTur, em que se alterava a secretaria responsável pela execução de ações orçamentárias de acordo com as competências das políticas públicas, gerando o cenário de uma unidade gestora com grande vulto de instrumentos registrados em seus balanços, aos quais não possui ingerência.

Nota 13 – Obrigações Contratuais

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração Direta do MTur apresentou um saldo de R\$ 570.001.698,85, relacionado a obrigações contratuais, referentes a parcelas de Contratos em Execução no exercício de

2019 e a serem executadas no próximo exercício. A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços, que representam 92% do total das obrigações assumidas.

Nota 14 – Diversos Responsáveis

Foi constatado que os saldos das contas Pagamentos Indevidos e Multa e Juros referem-se a registros indevidos de falta de comprovação de

recursos de Convênios. Foi solicitada a reclassificação não efetivada até o encerramento do exercício.

Tabela 31 – Diversos Responsáveis

SITUAÇÃO	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	2018 (R\$)	2019 (R\$)
EM APURAÇÃO	Pagamentos Indevidos	1.413.678,24	1.163.678,24
EM APURAÇÃO	Falta ou Irregularidade de Comprovação	49.710.188,32	50.075.074,07
EM APURAÇÃO	Multas e Juros	200.000,00	200.000,00
APURADOS	Responsáveis por Danos ou Perdas	45.441.756,41	49.410.349,41
APURADOS	Falta ou irregularidade de Comprovação	2.017.372.781,51	2.208.549.353,38

Fonte: MTur

Nota 15 – Créditos por Danos ao Patrimônio (Diversos Responsáveis)

O saldo referente às contas de “Diversos Responsáveis Apurados” na UG 540007 – CEF/MTUR, no valor de R\$ 2.029.676,21, foi classificado de forma equivocada, considerando que, desde o exercício de 2017, o saldo referente às contas de “Diversos Responsáveis Apurados” deve ser

contabilizado nas contas 79.732.00.00 e 89.732.00.00 (Diversos Responsáveis Apurados). O reconhecimento desse direito no Ativo da unidade passará a ser feito após o julgamento das contas pelo TCU.

Nota 16 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Em 2019, esta UPC apresentou um resultado patrimonial negativo de R\$ 891.755.383,42, [Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) –

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)], o que indica um acréscimo nas obrigações da unidade (constantes do Balanço Patrimonial).

Nota 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), o item que apresentou o maior montante foi o de Transferências e Delegações Concedidas – Transf.

Intergorvenamentais, referentes ao aumento na apropriação de valores de Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar na UG 540007 – CEF/MTUR.

Nota 18 – Receitas Orçamentárias

No exercício de 2019, as receitas realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$

147.651,52, de um total previsto de R\$ 512.142,00.

Nota 19 – Despesas Orçamentárias

Verifica-se que as despesas empenhadas durante o exercício de 2019 corresponderam a 94% do total da

Dotação, tendo sido liquidadas apenas 12%.

Nota 20 – Restos a Pagar

No encerramento do exercício de 2019, a inscrição e reinscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados totalizaram a quantia de R\$ 2.733.199.161,83 (soma de “Inscritos em Exercícios Anteriores” e “Inscritos em 31/12 do Exercício Anterior”).

Ressalta-se que os valores de Restos a Pagar não Processados Liquidados a pagar foram tratados nesse item como Restos a Pagar Processados, conforme indica a Macrofunção SIAFI 02.03.17 – Restos a pagar.

Tabela 32 – Demonstrativo dos restos a pagar

DEMONSTRATIVOS DOS RESTOS A PAGAR	INSCRITO (R\$)	REINSCRITO (R\$)
Restos a Pagar Processados	960.960.382,53	126.998.444,19
Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	693.337.041,11	951.903.294,00
Restos a Pagar Não processados em Liquidação	0,00	0,00
TOTAL	1.654.297.423,64	1.078.901.738,19

Fonte: MTur

Os Restos a Pagar não Processados em 31/12/2019, no montante de R\$ 693.337.041,11, obedeceram ao disciplinado nas normas exaradas pela STN Macrofunção SIAFI 02.03.18 – Encerramento do Exercício, que é um processo automático a partir da indicação dos empenhos pelo Ordenador de Despesa ou servidor indicado por ato legal.

Frisa-se que a análise sobre a integridade dos saldos dos empenhos indicados cabe aos ordenadores de despesa, e devem estar em consonância com o disposto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Tabela 33 – Restos a pagar não processados por UG

CÓDIGO DA UG	UNIDADE GESTORA (UG)	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS, EM 31/12/2019 (R\$)
540004	Coordenação Geral de Recursos Logísticos	11.301.657,38
540005	Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo - Contratos	24.555.624,62
540006	Secretaria Nacional Des. e Competitividade do Turismo - Contrato	70.830.134,26
540007	CEF/MTUR	571.042.391,68
540012	Secretaria Nacional Qualif. Promoção Turismo – Convênios	13.432.446,69
540017	Secretaria Nacional de Integridade Interinstitucional	2.174.786,48
TOTAL		693.337.041,11

Fonte: MTur

Na tabela abaixo são demonstrados os valores de restos a pagar não processados cancelados, por exercício do empenho, considerando o disposto no Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018:

Tabela 34 – Restos a pagar não processados cancelados, por exercício

EXERCÍCIO	UG	SECRETARIA	VALOR (R\$)
2007	540007	SNETUR	1.921.964,85
	540016	SNETUR	5.784.663,95
2007			7.706.628,80
2008	540007	SNETUR	72.653.489,20
2008			72.653.489,20
2009	540007	SNETUR	62.683.116,55
	540012	SNDTUR	5.999.000,00
2009			68.682.116,55
2010	540007	SNETUR	32.238.249,02
	540012	SNDTUR	25.262.195,00
	540016	SNETUR	19.989.174,59
2010			77.489.618,61
2011	540004	SE	6.926.880,51
	540007	SNETUR	831.675,00
	540016	SNETUR	1.050.765,48
2011			8.809.320,99
2012	540004	SE	12.945.396,80
	540007	SNETUR	717.600,00
2012			13.662.996,80
2013	540004	SE	18.540.834,67
	540007	SNETUR	220.984.560,91
2013			239.525.395,58
2014	540004	SE	1.599.231,92
	540007	SNETUR	8.306.443,50
2014			9.905.675,42
2015	540004	SE	539.161,38
	540005	SNETUR	4.110.412,45
	540007	SNETUR	1.356.632,15
2015			6.006.205,98
2016	540005	SNETUR	1.198.283,29
	540006	SNDTUR	366.514,65
	540007	SNETUR	7.117.821,93
2016			8.682.619,87
TOTAL MTUR			513.124.067,80

Fonte: MTur

Na próxima tabela são demonstrados os valores de restos a pagar não processados cancelados, por

unidade gestora, considerando o disposto no Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018:

Tabela 35 – Restos a pagar não processados cancelados, por unidade gestora

SECRETARIA	VALOR (R\$)
SE	40.551.505,28
SNETUR	440.944.852,87
SNDTUR	31.627.709,65
TOTAL	513.124.067,80

Fonte: MTur

Nota 21 – Ingressos

Os valores que compõem as receitas extraorçamentárias tratam-se de registros nas contas de Remuneração de Aplicação Financeira, originadas nos valores enviados para o custeio de despesas de convênios não utilizados na consecução do objeto.

A mesma situação se dá na variação das Transferências Financeiras Recebidas – Movimentação de saldos patrimoniais que evolui de cerca de R\$ 500 mil para quase R\$ 10 milhões, sendo integralmente recursos de convênios devolvidos.

Nota 22 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2019, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$ 33.798.911,43, apresentando uma

elevação no valor negativo apurado em 2018.

Nota 23 – Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e entradas extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da UPC. Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC, por função de governo, e não por elemento de despesa

(categoria de gasto), conforme classificação orçamentária da Secretaria de Orçamento Federal.

No exercício de 2019, os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias totalizaram a quantia de R\$ 1.444.200.748,65. O desembolso mais significativo é referente a Transferências Financeiras Concedidas, no valor de R\$ 867.749.977,12, representando 60%.

Principais desafios e ações futuras

No exercício de 2019 foram identificados muitos desafios para a operacionalização dos procedimentos de contabilidade analítica, uma delas é a falta de estrutura da Setorial Contábil, contando apenas com um profissional responsável e a dificuldade na compreensão quanto à necessidade de controles e padronização dos atos e fatos administrativos para a consecução de informações contábeis fidedignas e para tomada de decisão. Um claro exemplo constatado no exercício de 2019 foi quanto aos procedimentos de Conformidade de Registro de Gestão. O MTur conta com conformistas que também são responsáveis pela execução de despesas e sem conhecimento técnico exigido para

a análise dos documentos. O que compromete a confiabilidade do instrumento de controle.

Outro grande desafio é a existência de inconsistências em registros ocorridos em exercícios anteriores, mas que transpuseram saldos para o exercício corrente, sem que os mesmos tivessem sido constatados ou regularizados.

A Setorial Contábil planeja a elaboração de normativos, plano de capacitação e com a expectativa de reestruturação do setor, a implantação de procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos atos de gestão.

4.2. Fundo Geral do Turismo (Fungetur)

4.2.1. Declaração do Contador

Unidade Jurisdicionada: Fundo Geral de Turismo - Fungetur

Exercício: 2019

De acordo com a análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e de Mutação do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.6) aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008, relativas ao exercício de 2019, dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante às ressalvas por órgão apresentadas abaixo:

Órgão: 54901 – Fundo Geral de Turismo

Ressalvas:

- Restrição 315 – Falta/restrição Conformidade Registros de Gestão.

Para a emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério, via SIAFI;
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI;
- O registro das ocorrências contábeis no SIAFI deverá ser realizado independentemente de se referir a um problema de sistema, pois o objetivo do registro é evidenciar as ocorrências que necessitam de regularização, ajuste de rotina ou de sistema. Dessa forma, ressaltamos que algumas restrições durante o exercício foram registradas levando em consideração este item.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2020.

Hugo Araújo Lucena
CRC/DF - 023.095/O-4

4.2.2. Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Tabela 36 – Balanço patrimonial - Fungetur

Em Unidade de Real (R\$)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	213.230.023,63	262.420.791,45	PASSIVO CIRCULANTE	290.744,03	290.744,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	212.876.586,45	262.420.791,45	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	353.437,18	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	290.744,03	290.744,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE	512.413.568,27	418.838.201,29	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	458.905.868,95	365.330.501,97	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	458.905.868,95	365.330.501,97	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	458.905.868,95	365.330.501,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	53.507.699,32	53.507.699,32	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	53.507.699,32	53.507.699,32	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	25.378.173,02	25.378.173,02	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	28.129.526,30	28.129.526,30	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	290.744,03	290.744,03
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	2019	2018	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	725.352.847,87	680.968.248,71
Imobilizado	-	-	Resultado do Exercício	44.384.599,16	173.562.751,32
Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	680.968.248,71	507.405.497,39
Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	725.352.847,87	680.968.248,71
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	725.643.591,90	681.258.992,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	725.643.591,90	681.258.992,74

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	212.876.586,45	262.420.791,45	PASSIVO FINANCEIRO	210.425.670,84	80.580.436,42
ATIVO PERMANENTE	512.767.005,45	418.838.201,29	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	515.217.921,06	600.678.556,32

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-
Recursos Vinculados			2.450.915,61
Previdência Social (RPPS)			-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog			2.450.915,61
TOTAL			2.450.915,61

Fonte: MTur

Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 37 – Demonstração das Variações Patrimoniais - Fungetur

	Em Unidade de Real (R\$)	
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	53.654.213,79	303.163.397,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	31.509.066,45	43.615.209,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.834.120,38	5.493.539,94
Juros e Encargos de Mora	515,75	65,77
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	18.674.430,32	38.121.604,03
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	9.526.056,15	129.600.646,30
Transferências Intragovernamentais	9.526.056,15	129.600.646,30
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12.619.091,19	129.947.541,58
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	128.664.232,53
Resultado Positivo de Participações	50.627,47	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	12.568.463,72	1.283.309,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.269.614,63	129.600.646,30
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.268.305,15	129.600.646,30
Transferências Intragovernamentais	9.268.305,15	129.600.646,30
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.309,48	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.309,48	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	44.384.599,16	173.562.751,32

Fonte: MTur

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 38 – Demonstração dos fluxos de caixa

	Em Unidade de Real (R\$)	
	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	34.762.856,83	44.128.456,13
INGRESSOS	44.031.161,98	173.729.102,43
Receitas Derivadas e Originárias	34.505.105,83	44.128.456,13
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	50.627,47	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	16.133.485,22	6.006.852,10
Remuneração das Disponibilidades	18.320.993,14	38.121.604,03
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	9.526.056,15	129.600.646,30
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	9.526.056,15	129.600.646,30
DESEMBOLSOS	-9.268.305,15	-129.600.646,30
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-9.268.305,15	-129.600.646,30
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-9.268.305,15	-129.600.646,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-84.307.061,83	-76.759.783,41
INGRESSOS	9.268.305,15	129.434.295,19
Alienação de Bens	-	30.810,23
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.268.305,15	129.403.484,96
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-93.575.366,98	-206.194.078,60
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-93.575.366,98	-206.194.078,60
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-49.544.205,00	-32.631.327,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	262.420.791,45	295.052.118,73
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	212.876.586,45	262.420.791,45

Fonte: MTur

Balanco Orçamentário

Tabela 39 – Balanco Orçamentário

Em Unidade de Real (R\$)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	44.128.375,00	44.128.375,00	34.505.105,83	-9.623.269,17
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	35.827.313,00	35.827.313,00	18.371.620,61	-17.455.692,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	35.827.313,00	35.827.313,00	18.371.620,61	-17.455.692,39
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	8.301.062,00	8.301.062,00	16.133.485,22	7.832.423,22
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	8.301.062,00	8.301.062,00	16.133.485,22	7.832.423,22
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	122.551.420,00	122.551.420,00	9.268.305,15	-113.283.114,85
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	122.551.420,00	122.551.420,00	9.268.305,15	-113.283.114,85
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	166.679.795,00	166.679.795,00	43.773.410,98	-122.906.384,02
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	166.679.795,00	166.679.795,00	43.773.410,98	-122.906.384,02
DEFICIT	-	-	179.647.190,42	179.647.190,42
TOTAL	166.679.795,00	166.679.795,00	223.420.601,40	56.740.806,40
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	80.053.000,00	80.053.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	80.053.000,00	80.053.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	166.679.795,00	246.732.795,00	223.420.601,40	24.960.847,55	24.960.847,55	23.312.193,60
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	166.679.795,00	246.732.795,00	223.420.601,40	24.960.847,55	24.960.847,55	23.312.193,60
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	166.679.795,00	246.732.795,00	223.420.601,40	24.960.847,55	24.960.847,55	23.312.193,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	166.679.795,00	246.732.795,00	223.420.601,40	24.960.847,55	24.960.847,55	23.312.193,60
TOTAL	166.679.795,00	246.732.795,00	223.420.601,40	24.960.847,55	24.960.847,55	23.312.193,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	80.289.692,39	68.614.519,43	68.614.519,43	68.614.519,43	-	11.675.172,96
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	80.289.692,39	68.614.519,43	68.614.519,43	68.614.519,43	-	11.675.172,96
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	80.289.692,39	68.614.519,43	68.614.519,43	-	11.675.172,96

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: MTur

Balanco Financeiro

Tabela 40 – Balanco Financeiro

Em Unidade de Real (R\$)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	43.773.410,98	173.562.751,32	Despesas Orçamentárias	223.420.601,40	286.483.770,99
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	43.774.720,46	173.661.331,99	Vinculadas	223.420.601,40	286.483.770,99
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	43.774.720,46	173.661.331,99	Alienação de Bens e Direitos	-	257.751,00
Recursos a Classificar	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	223.420.601,40	286.226.019,99
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.309,48	-98.580,67	Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	9.526.056,15	129.600.646,30	Transferências Financeiras Concedidas	9.268.305,15	129.600.646,30
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	9.526.056,15	129.600.646,30	Independentes da Execução Orçamentária	9.268.305,15	129.600.646,30
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	257.751,00	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	9.268.305,15	129.600.646,30
Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.268.305,15	129.600.646,30	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	198.459.753,85	80.289.692,39	Pagamentos Extraorçamentários	68.614.519,43	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	198.459.753,85	80.289.692,39	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	68.614.519,43	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	262.420.791,45	295.052.118,73	Saldo para o Exercício Seguinte	212.876.586,45	262.420.791,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	262.420.791,45	295.052.118,73	Caixa e Equivalentes de Caixa	212.876.586,45	262.420.791,45
TOTAL	514.180.012,43	678.505.208,74	TOTAL	514.180.012,43	678.505.208,74

4.2.3. Notas Explicativas

Nota 01 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizados pelas

Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.949, de 17 de junho de 2009, e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União.

Nota 02 - Balanço orçamentário

O orçamento aprovado para o exercício de 2019 foi no montante de R\$ 166.679.795,00. No entanto, em 20 de novembro de 2019, foi publicada a Lei nº 13.904, que concedeu uma suplementação orçamentária no montante de R\$ 80.053.000,00 ao Fungetur, totalizando, em 2019, o montante de R\$ 246.732.795,00.

A arrecadação da receita corrente foi no valor total de R\$ 34.505.105,83.

A arrecadação da receita de capital foi no valor total de R\$ 9.268.305,15.

Nota 03 - Balanço patrimonial

Contas Patrimoniais:

A Conta 1.2.2.1.1.01.01 – Participações em empresas (MEP) representa os investimentos em que o Fungetur tem influência significativa, referente ao montante de R\$ 25.378.173,02.

A Conta 1.2.2.1.1.02.01 – Participações em empresas (CUSTOS) representa as demais participações do Fungetur, em que o investimento não tem influência significativa, a conta apresenta a monta de R\$ 28.129.526,30.

Nota 04 - Demonstração das variações patrimoniais

Este demonstrativo pode ser comparado à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), exigida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, considerando que nessa demonstração calcula-se a apuração do resultado.

O resultado patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 demonstra um resultado superavitário no valor de R\$ 44.384.599,16.

Nota 05 - Disponibilidade

Para o exercício seguinte monta em R\$ 213.230.023,63 (duzentos e treze milhões, duzentos

e trinta mil, vinte e três reais e sessenta e três centavos).